

# **ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

## **Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais**

Edmar Augusto Santos de Araujo Junior

Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio  
por conta própria no Brasil, 1992 - 2008.

### **Dissertação de Mestrado**

**Rio de Janeiro/RJ  
Agosto de 2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais



Edmar Augusto Santos de Araujo Junior

Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio  
por conta própria no Brasil, 1992 - 2008.

*Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Estudos Populacionais e Pesquisas  
Sociais da ENCE/IBGE como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Estudos  
Populacionais e Pesquisas Sociais.*

***Orientadora:***

*Prof. Dra. Maria Salet Novelino*

***Co-orientadora:***

*Prof. Dra. Sonoe Sugahara  
Pinheiro*

**Rio de Janeiro/RJ  
Agosto de 2010**

# **EDMAR AUGUSTO SANTOS DE ARAUJO JUNIOR**

Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio  
por conta própria no Brasil, 1992 - 2008.

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais** no **Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais** da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (ENCE/IBGE).

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2010.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Maria Salet Novelino (Orientadora)**  
ENCE/IBGE

---

**Prof. Dra. Sonoe Sugahara Pinheiro (Co-orientadora)**  
ENCE/IBGE

---

**Prof. Dr Cesar Ajara**  
ENCE/IBGE

---

**Prof. Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão**  
UFRJ/I.E

**Rio de Janeiro/RJ**  
**Agosto de 2010**

## *Agradecimentos*

Gostaria de agradecer a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa. A Capes pela Bolsa, aos colegas e professores do Mestrado da ENCE pelo aprendizado e dedicação.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Maria Salet Novelino, pela orientação e aperfeiçoamento da parte escrita e da objetividade no uso da linguagem. Agradeço ainda a minha co-orientadora, Sonoe Sugahara Pinheiro, pelo suporte na utilização e tratamento dos dados, bem como do ajuste empírico ao conteúdo teórico.

Agradeço ainda o apoio dos meus pais durante todo o Mestrado e por acreditarem em mim, aos meus irmãos e a minha amiga Larissa Victório, com quem dividi durante esses dois anos as angústias e as alegrias do Mestrado.

## RESUMO

ARAUJO Jr, Edmar Augusto Santos. **Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio por conta própria no Brasil, 1992 - 2008**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, ENCE/IBGE, Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem por objetivo a análise comparativa do perfil sociodemográfico do trabalhador baseado em domicílio por conta própria feminino e masculino no Brasil de 1992 a 2008. Os diversos estudos de gênero sobre a feminização do trabalho baseado em domicílio justificam a desagregação das informações por sexo para a análise descritiva do perfil sociodemográfico.

Os conceitos sobre trabalho baseado em domicílio foram especificados a partir das definições da OIT – Organização Internacional do Trabalho. O Trabalho Baseado em Domicílio é dividido em: (a) os trabalhadores subordinados ou mantidos com algum grau de dependência aos empregadores, tais como os empregados com carteira de trabalho assinada e os empregados sem carteira assinada; (b) os trabalhadores que não possuem nenhuma relação de subordinação ou vínculo de trabalho com empregadores, como os autônomos e por conta própria, que são considerados trabalhadores independentes.

O trabalho baseado em domicílio, nesta dissertação é investigado empiricamente pela ótica do trabalhador por conta própria que representa a posição na ocupação de destaque absoluto desta categoria. O domínio feminino neste tipo de ocupação traz à tona elementos como a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero que podem aparecer de maneira mais efetiva entre as mulheres que trabalham em seus próprios domicílios.

Os resultados da análise sociodemográfica entre gêneros com os dados da Pnad de 1992 a 2008 revelaram um cenário em que as mulheres estão situadas historicamente em condições socioeconômicas piores do que as apresentadas pelos homens, possivelmente pela divisão de gênero do trabalho. As mulheres são majoritariamente cônjuges na condição no domicílio, enquanto os homens são predominantemente chefes, quando desempenham o trabalho baseado em domicílio por conta própria.

A condição no domicílio constitui-se em uma variável que mantém estreita relação com a divisão de gênero do trabalho e explica a superioridade de rendimento e escolaridade do trabalho masculino comparado ao trabalho feminino. O trabalho baseado em domicílio por conta própria é exercido em sua maioria por mulheres que são cônjuges em seus domicílios. Há uma relação de gênero presente a todo o momento nessas atividades femininas e um ambiente cultural propício para que haja a dicotomia socioeconômica entre homens chefes e mulheres cônjuges no trabalho em domicílio por conta própria.

**Palavras-chave: Trabalho baseado em domicílio; Economia informal urbana; Trabalho por conta própria; Políticas Públicas de empreendedorismo; Análise sociodemográfica de gênero.**

## Sumário

Sumário.....	6
Introdução.....	7
Capítulo 1 - Trabalho baseado em domicílio: definições, histórico, características, mensuração e regulamentação .....	13
1.1 Definições.....	13
1.2 Histórico .....	17
1.3 Feminização.....	23
1.4 Mensuração e Regulamentação .....	27
Capítulo 2 – O Trabalho Baseado em Domicílio na Economia Informal Urbana.....	32
2.1 O trabalho informal .....	32
2.2 Trabalho por conta própria: empreendedorismo ou estratégia de sobrevivência? .....	41
2.3 Políticas públicas: a construção social do território e a moradia como local de produção .....	47
2.4 Políticas públicas de fomento ao micro empreendedor individual e ao empreendedorismo feminino em domicílio.....	52
2.4.1. O empreendedorismo em domicílio e as mulheres.....	62
Capítulo 3: O trabalho baseado em domicílio na Economia Informal Urbana - Ecinf 2003 .....	67
Capítulo 4: Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio por conta própria no Brasil de 1992 a 2008.....	81
4.1. Trabalho baseado em domicílio por posição na ocupação .....	82
4.2. Razão de sexo do Trabalho Baseado em Domicílio por Conta Própria .....	87
4.3. Análise descritiva das características sociodemográficas do Trabalho Baseado em Domicílio por Conta Própria entre os sexos.....	89
4.3.1. Faixa etária .....	89
4.3.2. Condição no domicílio .....	92
4.3.3. Cor ou raça .....	95
4.3.4. Anos de estudo .....	99
4.3.5. Rendimento mensal .....	103
4.3.6. Ramo de atividade .....	106
4.3.7. Contribuição à Previdência.....	109
Considerações Finais .....	112
Bibliografia.....	119
Anexo .....	124

## Introdução

Esta dissertação tem por objetivo a investigação do trabalho baseado em domicílio por conta própria pela abordagem teórica e pela análise temporal das características sociodemográficas entre os sexos, no Brasil, de 1992 a 2008. A abordagem teórica por meio da revisão da literatura orienta a análise descritiva das variáveis selecionadas nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e contribui para a interpretação dos resultados. Os diversos estudos de gênero sobre a feminização do trabalho baseado em domicílio justificam a desagregação por sexo das informações sociodemográficas das variáveis para uma análise descritiva entre homens e mulheres.

Buscou-se especificar os conceitos sobre trabalho baseado em domicílio, a partir das definições da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Os trabalhadores incluídos na categoria Trabalho Baseado em Domicílio podem se inserir em dois grupos distintos: (a) os trabalhadores subordinados ou mantidos com algum grau de dependência aos empregadores, tais como os empregados com carteira de trabalho assinada e os empregados sem carteira assinada; (b) os trabalhadores que não possuem nenhuma relação de subordinação ou vínculo de trabalho com empregadores, como os autônomos e por conta própria, que são considerados trabalhadores independentes.

De acordo com estas definições, trabalhadores com graus distintos de dependência com seus contratantes estão na mesma categoria que trabalhadores independentes (autônomos e conta própria) por desempenharem as atividades em domicílio, no mesmo local de moradia.

Desta forma, determinar a posição na ocupação destes trabalhadores é fundamental para o direcionamento da análise teórica. O trabalho baseado em domicílio dependente, geralmente é visto como uma forma de precariedade do emprego assalariado onde os trabalhadores encaram frequentemente problemas de exploração, na medida em que recebem baixa remuneração, sem seguro de contrato e cobrindo custos de produção. Enquanto que o trabalho baseado em domicílio independente é visto geralmente pela ótica da

economia informal, onde os trabalhadores frequentemente encaram problemas associados à exclusão social, sobretudo dificuldades de acesso ao crédito financeiro e de fortalecimento competitivo para inserção no mercado.

Esta pesquisa enfoca o trabalho baseado em domicílio independente, marcado pela ausência de regulamentação e precariedade em suas relações de produção. A abordagem do trabalho baseado em domicílio tradicional está focada na relação de subordinação entre contratado e contratante ou na relação de dependência entre empregado e empregador, desconsiderando a participação do trabalhador por conta própria.

Assim, o objeto de análise empírica nesta dissertação consiste no trabalho principal realizado no domicílio em que o trabalhador morava. Tal objeto é definido como toda atividade econômica remunerada, realizada por conta própria no espaço do domicílio por qualquer membro da família, excluídos os menores de 18 anos.

No capítulo 1, serão apresentadas as definições, os conceitos, o histórico, as formas do trabalho em domicílio e suas características, como a feminização, a partir da revisão da literatura sobre este tema. Também será abordada a dificuldade de mensuração e regulamentação deste tipo de ocupação, devido à heterogeneidade de formas de ocupação e atividades, com trabalhadores subcontratados ou assalariados estando na mesma categoria que trabalhadores por conta própria.

O capítulo 2 constitui-se em uma contribuição para os estudos sobre mercado de trabalho informal, pois busca desvendar as relações e as características sociodemográficas do trabalho baseado em domicílio. Trata-se de um trabalho invisível aos olhos dos formuladores de políticas públicas, por ser realizado em um local híbrido, onde 'espaço de trabalho' e 'espaço de não trabalho' se sobrepõem.

As atividades de lazer, o ócio e o tempo livre, do ponto de vista sociológico, são opostas à concepção de trabalho, embora sejam, ao mesmo tempo, acessórios ao trabalho, na medida em que permitem repor o desgaste diário da força de trabalho (Blass, 2004). No caso do trabalho baseado em domicílio, as atividades produtivas estão propensas a serem diluídas no conjunto das práticas de lazer e ócio inerentes ao tempo livre, ou ao exercício

do não-trabalho. Essa interpenetração da atividade produtiva com a vida é típica das atividades pré-modernas: impossibilitando a separação rigorosa entre trabalho e lazer (Blass, 2004) e, talvez por isso, o trabalho baseado em domicílio por conta própria apresenta uma jornada de trabalho mal definida e menos concentrada por ser considerada muitas vezes como atividade de subsistência.

Nas atividades modernas, há uma separação entre local de trabalho e local de moradia, na medida em que a concepção de trabalho está orientada pelo emprego fabril no que diz respeito a salários, jornadas, sindicatos e direitos trabalhistas (Blass, 2004). Mas, como pode ser visto pelas palavras de Hirata e Prétenceille (2002), “o declínio do mundo operário, os efeitos sociais dramáticos do desemprego e da exclusão a que isso pode conduzir (...) ao esfacelamento do assalariamento” e conseqüentemente, a práticas precárias de trabalho onde o tempo social, dividido entre o tempo regular da jornada de trabalho e o tempo livre, aparece diluído.

As atividades de trabalho e não-trabalho são bem delimitadas nas formas tradicionais do mundo do trabalho orientadas pela concepção de generalização do assalariamento nas empresas. A noção de trabalho imaginada passa a estar associada ao emprego, sendo a forma histórica que o trabalho assume nas sociedades modernas, mas o trabalho desassociado ao emprego refere-se aos sentimentos de castigo, dever moral, punição, dor e obrigação (Blass, 2004).

Em sociedades em desenvolvimento, atividades como o trabalho baseado em domicílio por conta própria não está fundamentado em uma análise sociológica que tem como referência o trabalho assalariado. A oposição entre trabalho, emprego e lazer e a dicotomia entre trabalho e não-trabalho, uma das dimensões teóricas da noção moderna de trabalho (Blass, 2004), não estão postas claramente no trabalho baseado em domicílio e esse parece ser o contra-senso desta condição sócio-ocupacional cujas atividades estão deslocadas, pois são desenvolvidas no chamado mundo do não trabalho e em um local privilegiado do ócio, lazer e tempo livre.

Uma discussão mais aprofundada sobre as questões referentes ao uso da moradia como local de viver e trabalhar coaduna-se com abordagens

transdisciplinares, como relações de gênero, políticas públicas, segregação socioespacial e outras que serão discutidas ao longo do segundo capítulo.

Os trabalhadores, por exemplo, adaptam-se à ineficiência das redes de transporte urbano, à distância dos centros de trabalho e aos baixos rendimentos para realizarem suas atividades econômicas em domicílio. A falta de emprego, de oportunidades, bem como, a falta de mobilidade entre trabalho-moradia podem levar muitos trabalhadores a se apoiarem produtivamente em seus domicílios como alternativa possível de local de trabalho. O trabalho baseado em domicílio por conta própria<sup>1</sup> constitui-se em uma saída frente à impossibilidade ou rejeição de se inserir no mercado de trabalho formal, seja por razões pessoais ou conjunturais.

A utilização da base de dados da PNAD de 1992 a 2008, limitando a posição na ocupação ao trabalhador por conta própria, aproxima essa dissertação ao debate sobre economia informal urbana e políticas públicas de empreendedorismo e formalização do trabalho. Pesquisas sobre o trabalhador baseado em domicílio por conta própria ampliam o debate sobre trabalho informal e fornecem subsídios críticos às propostas de políticas públicas de trabalho embasadas pela concepção que relaciona o trabalho por conta própria ao empreendedorismo.

Essas políticas públicas buscam solucionar os efeitos negativos da informalidade sobre o desenvolvimento econômico, como o programa do micro empreendedor individual, com a incorporação dos negócios potencialmente capazes de arcar com o ônus financeiro da formalização sem penalizar atividades que geram renda e ocupação para trabalhadores. Porém, as condições sócio-ocupacionais do trabalho baseado em domicílio por conta própria distanciam esses trabalhadores da concepção schumpeteriana do empreendedor, baseado na inovação e criatividade do processo produtivo, e os aproximam da condição de integrantes do exército industrial de reserva.

---

<sup>1</sup> Oliveira, 2003, considera que muitas vezes o exercício da atividade econômica realizada no próprio domicílio faz com que muitos moradores de favelas não reconheçam essa atividade como um trabalho, contribuindo para o sub-registro da ocupação econômica desses trabalhadores no mercado informal.

Programas sociais de fomento ao empreendedorismo se tornaram populares mundialmente, sobretudo, aqueles destinados ao empreendimento em domicílio, na maioria das vezes operados por mulheres. A discussão sobre o recorte de gênero e a condição da mulher no domicílio e no trabalho está fortemente relacionada ao debate sobre trabalho baseado em domicílio.

As atividades econômicas realizadas em domicílio são mais comuns entre as mulheres, cônjuges, casadas e com filhos. O trabalho realizado em domicílio apresenta uma situação em que dois tipos de relações distintas estão em jogo: a condição no domicílio e o trabalho por conta própria.

A sobreposição de espaços, domicílio e trabalho, pode entrelaçar essas relações contribuindo para a natureza predominantemente informal deste tipo de ocupação. Esta é a contradição do trabalho baseado em domicílio que associa questões e decisões dicotômicas como trabalho e lazer, família e mercado. A condição no domicílio, se o trabalhador é chefe ou cônjuge, por exemplo, relaciona-se à análise de gênero, uma vez que as mulheres são majoritariamente cônjuges e os homens, chefes. Esta pode ser a explicação para a diferença do perfil sociodemográfico entre sexos do trabalhador baseado em domicílio por conta própria no Brasil.

No capítulo 3, o trabalho baseado em domicílio é abordado pela perspectiva da economia informal urbana, onde o trabalho por conta própria é considerado pela ótica da unidade econômica domiciliar. As informações sobre o Brasil, sudeste, Rio de Janeiro (UF) e região metropolitana do RJ disponibilizadas pela Ecinf 2003 fornecem um panorama complementar à análise empírica feita com os microdados da Pnad no capítulo 4.

As características principais das unidades econômicas domiciliares da economia informal urbana são: produção em pequena escala, baixo nível de organização, quase inexistência de separação entre capital e trabalho e falta de barreiras à entrada no mercado. O caráter informal de uma determinada atividade refere-se à divisão técnica e social do trabalho estabelecida, mas essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas em cada unidade econômica.

A expressão “setor informal” refere-se às empresas informais que não estão inseridas nas condições regulamentadas e formalizadas do mercado de

trabalho, enquanto que a expressão “economia informal urbana” refere-se ao fenômeno completo da informalidade nas grandes cidades: do status de ocupação do trabalhador às condições socioeconômicas das unidades produtivas.

O efeito da informalidade no mercado de trabalho guarda uma relação com a composição do trabalhador baseado em domicílio, no Brasil, pelo predomínio do trabalhador por conta própria como ocupação independente. O conceito de posição na ocupação mostra-se importante para a análise sobre informalidade, pois serve de referência à condição de trabalho dos proprietários dos domicílios.

O predomínio da posição na ocupação por conta própria no trabalho baseado em domicílio vem acompanhado na maioria das vezes de situações de subsistência, baixa qualificação e falta de apoio institucional, público ou privado. Trabalhadores por conta própria em domicílio na economia informal urbana sofrem dos efeitos da segregação socioespacial, determinando suas atividades como estratégias de sobrevivência.

Entretanto, o trabalho baseado em domicílio também assume outras formas, cuja discussão não se limita apenas a relações maléficas para o trabalhador. Também está relacionado a uma visão otimista em que atividades rentáveis, de uma mão de obra bem qualificada e que usufrui do avanço das tecnologias informacionais, podem ser realizadas em casa pelo trabalhador em busca de melhorias no desempenho do negócio, na qualidade de vida ou para se adaptar a situações conjunturais ou pessoais.

Até mesmo sob o prisma da economia informal urbana composta em sua maior parte por atividades de subsistência, percebemos situações vantajosas para o trabalhador, com rendimento superior a 20 salários-mínimos mensais e escolaridade elevada, sobretudo para homens chefes de domicílio.

Portanto, esta dissertação contribui com o estudo sobre trabalho baseado em domicílio ao analisar descritivamente, no capítulo 4, a variação temporal das características sociodemográficas do trabalhador baseado em domicílio por conta própria, desagregando as informações por sexo. O perfil sociodemográfico foi sistematizado pelas informações de variáveis, como: faixa etária, condição no domicílio, cor e raça, anos de estudo, rendimento mensal,

ramo de atividade e contribuição à Previdência, selecionadas na PNAD de 1992 a 2008.

## **Capítulo 1 - Trabalho baseado em domicílio: definições, histórico, características, mensuração e regulamentação**

### **1.1 Definições**

O objeto de estudo desta dissertação é a atividade econômica remunerada realizada em domicílio do trabalhador. Para operacionalização metodológica com relação à abordagem teórica e empírica, optou-se pela utilização do termo “trabalho baseado em domicílio” para a designação do objeto em análise. Este termo refere-se tanto aos trabalhadores a domicílio subcontratados com distintos graus de dependência econômica aos empregadores, quanto aos trabalhadores independentes, autônomos e por conta própria, sem nenhum tipo de vínculo ou subordinação a possíveis empregadores.

Desta forma, os trabalhadores incluídos na categoria Trabalho Baseado em Domicílio podem se inserir em dois grupos distintos: (a) os trabalhadores subordinados ou mantidos com algum grau de dependência aos empregadores, tais como os empregados com carteira de trabalho assinada e os empregados sem carteira assinada; (b) os trabalhadores que não possuem nenhuma relação de subordinação ou vínculo de trabalho com empregadores, como os autônomos e por conta própria, que são considerados trabalhadores independentes.

Desta forma, o conceito de trabalho baseado em domicílio refere-se a uma categoria de trabalho bastante ampla e abrangente que inclui, numa mesma definição, trabalhadores em posições na ocupação distintas. O trabalhador dependente ou subordinado a um vínculo de trabalho ao empregador, que pode estar inserido numa relação de assalariamento explícita ou disfarçada, também é chamado pela literatura como trabalhador a domicílio.

No entanto, quando o Trabalho Baseado em Domicílio começa a ser definido e regulamentado, somente o primeiro grupo era considerado, o que pode ser visto pelo artigo primeiro da Convenção 177<sup>2</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1996, sobre trabalho a domicílio. A definição referente a essa categoria, expressa em seu artigo primeiro, limita-se ao trabalhador que realiza a atividade em seu domicílio ou em instalações diferentes do local de trabalho do empregador, por remuneração, o que resulta em um produto ou serviço, conforme especificado pelo empregador, independentemente de quem fornece os equipamentos, materiais ou outros insumos utilizados, exceto se essa pessoa tem o grau de autonomia e de independência econômica necessário para ser considerado um trabalhador independente sob as leis nacionais, regulamentos ou decisões judiciais.

Deve-se ressaltar que esta Convenção<sup>3</sup> considera apenas os trabalhadores que mantêm uma relação de subordinação com empregadores, estando excluídos de sua definição os trabalhadores independentes, autônomos e por conta própria. O objetivo desta convenção é proteger os Trabalhadores Baseados em Domicílio que não teriam os mesmos direitos de outros trabalhadores assalariados.

A análise da definição de trabalhador a domicílio na Convenção<sup>4</sup> 177 da OIT permite que se perceba a figura obrigatória do empregador que

---

<sup>2</sup> Esta Convenção da OIT sobre trabalho a domicílio estabelece que os membros participantes devam adotar, implementar e periodicamente rever uma Política Nacional de Trabalho a Domicílio, mediante leis específicas e regulamentos, com as organizações representativas desta categoria, a fim de que se efetive um tratamento igualitário entre os trabalhadores a domicílio e os demais assalariados, bem como se viabilize o cumprimento dos direitos e seguridades sociais desta categoria.

<sup>3</sup> Pelas definições da Convenção 177 da OIT, pessoas com status de empregado não se tornam trabalhadores a domicílio, apenas por ocasionalmente desempenharem suas funções em casa, em vez de realizarem em local de trabalho habitual estabelecido pelo empregador. O termo “empregador” relaciona-se à pessoa, singular ou coletiva, que, seja diretamente ou através de um intermediário, prevista na legislação nacional, dá origem ao trabalho a domicílio em força de sua atividade empresarial.

<sup>4</sup> Com relação ainda à Convenção 177, os autores apontam algumas de suas insuficiências, a começar pelo reduzido número de cinco países que a ratificaram, a saber: Albânia, Finlândia, Irlanda, Holanda e Argentina. Outra lacuna da Convenção é com relação aos mecanismos que viabilizariam o sucesso da Política Nacional de Trabalho a Domicílio a qual os países signatários se propuseram a implementar. Também foram insuficientes as formas que os países utilizariam para mensurar os números de pessoas engajadas, os setores, as taxas, o

remunera em troca de produto ou serviço previamente especificado. Consideram-se também o setor de serviços e o tradicional setor industrial como atividades típicas do trabalho a domicílio. Além disso, fica estabelecido que os equipamentos, materiais e insumos utilizados no processo produtivo do trabalhador podem ser fornecidos por terceiros, pelo empregador ou pelo próprio trabalhador.

Desta forma, a definição de trabalho a domicílio considera apenas trabalhadores com algum grau de dependência aos empregadores, tornando-se insuficiente para uma análise mais agregada sobre trabalho baseado em domicílio. As transformações socioeconômicas ocorridas no mercado de trabalho nas duas últimas décadas, com aumento da informalidade e do trabalho autônomo e por conta própria levaram a uma demanda para reformular a definição do trabalho a domicílio na década atual de forma a abranger trabalhadores independentes.

Tal como descrito no início deste capítulo, alguns autores, como Kon (2000), sinalizaram para a necessidade de uma distinção a ser feita sobre os tipos de trabalho a domicílio. Pode-se apresentar a situação de subordinação permanente do trabalhador com a empresa, sendo, portanto, um assalariado, ou a situação do trabalhador autônomo e por conta própria cuja atividade não depende de forma permanente da empresa, exercendo um trabalho não assalariado (Kon, 2000).

Vandenberg e Selvakumar (2006) distinguem trabalho a domicílio de trabalho baseado em domicílio. O trabalho baseado em domicílio é uma categoria mais inclusiva, abrangente e heterogênea que representa trabalhadores dependentes e independentes que podem vender para o público os bens e serviços produzidos, mas também podem estabelecer distintos graus de dependência com empregadores ou empresas.

O trabalho a domicílio começa a ser estudado unicamente enquanto, uma relação de dependência do trabalhador com o empregador. Segundo

---

rendimento do trabalho a domicílio que deveriam estar incluídas dentro das estatísticas oficiais do trabalho.

Vandenberg e Selvakumar (2006), o trabalho a domicílio seria, de fato, uma subcategoria do trabalho baseado em domicílio, sendo que este último se mostra muito mais abrangente devido à inserção do trabalhador autônomo e por conta própria em sua definição metodológica.

Neste sentido, o trabalho baseado em domicílio inclui desde o trabalhador não qualificado até o altamente qualificado. As várias formas de trabalho baseado em domicílio consideradas atualmente são: manufatura e montagem (exemplos: costura e embalagem), produção artesã (tecelagem e bordado), serviços pessoais (salão de beleza e pequenos reparos), trabalhos de escritório (*telemarketing, freelance*) e trabalhos profissionais qualificados (consultorias especializadas e tecnologias da informação) (Vandenberg & Selvakumar, 2006).

O trabalho menos qualificado apresenta baixos níveis de tecnologia, de remuneração e de qualificação do trabalho, além de rotina normatizada, de grau de dependência com o empregador e esforço físico do trabalhador. É neste caso que geralmente se incluem as formas mais usuais de “trabalho a domicílio”. O trabalhador a domicílio tem maior probabilidade de ter um alto grau de dependência ao empregador, conforme sua qualificação seja menor (Vandenberg & Selvakumar, 2006).

Já o trabalho profissional altamente qualificado envolve atividades variadas, complexas e criativas que contam com tecnologias da informação, envolvendo escolha do trabalhador, garantindo boa ou alta remuneração. Geralmente, esta forma de trabalho pode ser estruturada por uma firma que atende a demanda especializada do mercado e que dispõe de profissionais que exercem as tarefas de suas próprias residências na busca de melhor qualidade de vida e diminuição de custos de produção com aluguéis, transporte e alimentação (Tomei, 1999).

Outras formas de trabalho baseado em domicílio estão entre essas formas descritas com relação ao nível de qualificação, de dependência ao empregador ou de independência produtiva plena. Sabe-se que, em geral, o

grau de autonomia sobre as etapas produtivas por parte do trabalhador pode ser determinado pela sua posição na ocupação.

O trabalhador por conta própria, por exemplo, pode ser o responsável pela venda ou prestação do serviço diretamente ao mercado consumidor, sem um cliente fixo ou pré-estabelecido. É o caso dos inúmeros estabelecimentos informais onde o trabalhador usufrui do espaço físico de sua moradia para dotá-lo de infraestrutura necessária para realização de atividade econômica remunerada produtiva ou prestadora de serviço.

## **1.2 Histórico**

O trabalho baseado em domicílio foi estudado por muito tempo pela literatura no sentido em que foi definido por Marx, como uma atividade externa à indústria, que se converte numa seção externa da fábrica, realizada na residência de trabalhadores super explorados, sujeitos a precárias condições de trabalho, a jornadas intensas e irregulares e a salários pagos por peças produzidas (Bruschini, 1993).

Neste sentido, grande parte da bibliografia dedicada a esta temática adotou a definição decorrente daquela abordagem marxista onde há uma relação de subordinação entre empregado e empregador na medida em que este controla as decisões técnicas e econômicas da produção. O trabalho domiciliar passa a ser bastante estudado como um trabalho a domicílio industrial, geralmente nos setores de montagem e confecção (Bruschini, 1993).

Neste tópico, é apresentada uma breve evolução histórica das relações produtivas que acompanharam a trajetória do trabalho baseado em domicílio. A abordagem, a princípio, refere-se ao trabalhador com alto grau de dependência e subordinação às empresas, pois é nesta situação que se originou a discussão sobre o trabalho baseado em domicílio. Conforme a dinâmica capitalista e do mercado de trabalho se transforma e se modifica, novas maneiras de trabalho domiciliar aparecem ou reaparecem, seja por condições tecnológicas ou informacionais, institucionais ou até culturais.

As origens do trabalho a domicílio remontam ao período pré-revolução industrial, nos séculos XVI e XVII, na Europa, onde a economia doméstica interligava a vida familiar e o trabalho. Os membros das famílias utilizavam equipamentos rudimentares para a fabricação de diversos artigos, sendo que este sistema de indústria familiar pressupunha uma independência entre a economia camponesa e o artesanato urbano, na medida em que suas bases de acumulação e de produção não eram as mesmas (Abreu, 1993).

Com o advento da Revolução Industrial, o trabalho a domicílio assumiu sua forma mais usual, onde os trabalhadores realizavam atividades manuais de montagem da indústria nascente em casa em troca de remuneração, sendo considerada como a forma mais degradada de trabalho dos antigos artesãos urbanos. A exploração desta forma de trabalho foi tão essencial para a consolidação da indústria como foram a produção fabril e o vapor, pois estes três fatores permitiram uma base de acumulação de capital até então sem precedentes (Thompson, 1968 apud Abreu, 1993).

Neste sentido, pela abordagem histórica da literatura, percebe-se que, embora seja uma categoria do trabalho baseado em domicílio, o trabalhador a domicílio, aquele que desempenha suas atividades em casa devido à estratégia de subcontratação e diminuição dos custos com o trabalho por parte das empresas, aparece quase que concomitante ao operário industrial (Abreu, 1993).

A realização do trabalho da indústria em domicílio do operário começa a apresentar a partir da Revolução Industrial sua face mais exploratória. Conforme as condições de trabalho do operariado fabril melhoravam, ao longo do século XIX, a estrutura do trabalho em domicílio se deteriorava cada vez mais, sobretudo, com a diminuição dos preços dos artigos produzidos por esses trabalhadores e com o aumento da concorrência capitalista que levou a uma redução com os custos de produção pelas empresas. Além disto, há uma mudança substancial na composição sexual deste tipo de trabalho, na medida

em que as mulheres passam a substituir em larga escala a mão-de-obra masculina no desempenho do trabalho industrial em domicílio (Abreu, 1993)<sup>5</sup>.

Importante destacar que a maior ou menor intensificação e demanda de trabalho em domicílio depende das mudanças, ao longo do tempo, na organização do trabalho e no processo produtivo do sistema capitalista.

No início da primeira metade do século XX, o trabalho a domicílio foi reduzido a poucos segmentos da indústria, tornando-o invisível aos olhos dos observadores sociais e formuladores de políticas públicas. Esta redução coincide com a vigência do modo de produção fordista nos países industrializados que por novas formas de gestão do trabalho, concentrava e aumentava o controle dos trabalhadores em fábricas, oficinas etc. (Abreu, 1993).

A partir da década de 1970, mediadas pelas novas tecnologias, a organização produtiva apresentou mudanças importantes que levariam nas décadas seguintes a um novo padrão flexível de organização do trabalho. As contradições entre capital e trabalho, cada vez mais acentuadas no regime de acumulação flexível, resultaram em uma expansão da subcontratação do trabalho a domicílio. Nesta contradição, benefícios para o capital levam a perdas para o trabalhador, expressas pela precarização nas relações de assalariamento (Abreu, 1993).

Durante a década de 1980, o trabalho a domicílio era tido como um “reservatório inexplorado de flexibilidade” que poderia ser amplamente utilizado na medida em que o enfrentamento da crise econômica pelas empresas estimulava formas flexíveis de emprego da força de trabalho. Atividades realizadas muitas vezes a partir de uma estrutura em rede produtiva em que empresas grandes vão repassando etapas a empresas menores que por final contratam trabalhadores a domicílio (Abreu, 1993).

---

<sup>5</sup> Abreu (1993) considera ainda que esta mudança estrutural do trabalho a domicílio, pautada pela feminização deste mercado, veio acompanhada do emprego maciço de mão-de-obra imigrante e que a deterioração nas condições deste tipo de trabalho alertou as instituições trabalhistas a regulamentarem o trabalho a domicílio ainda no início do século XX em países como França e Inglaterra.

A ocorrência dessas situações tornou-se evidente, sobretudo na Europa, ao longo dos anos 1980 e posteriormente, na década de 1990, em países da América Latina, onde trabalhadores a domicílio autônomos sem registro, principalmente mulheres, produziam componentes ou até o produto final para subsidiárias de grandes empresas. Essas ocupações estão relacionadas à ponta ou ao último elo da cadeia produtiva onde as empresas demandam esse tipo de trabalho em países diferentes ao da sede da empresa principal em busca de melhores condições de competição internacional (Kon, 2000).

Neste sentido, o trabalho a domicílio era visto como sinônimo de uma atividade realizada no âmbito da precariedade, com baixos salários, ocupações desqualificadas e sem proteção legal e previdenciária, ausência de planos de carreira e baixo nível de organização e representação de interesses dos trabalhadores (Abreu & Sorj, 1993).

No Brasil, atividades geralmente de montagem e acabamento final passavam a ser realizadas nas casas dos trabalhadores e não mais nas empresas. A rápida expansão da indústria moderna, com o advento da tecnologia informacional, levava ao aumento da subcontratação de pequenas empresas que, por sua vez, distribuía tarefas a trabalhadores a domicílio ou se abasteciam por unidades produtivas familiares (Abreu, 1993).

Na década de 1990, o impacto da descentralização produtiva, operada pelas estruturas globalizantes sobre o mercado de trabalho, fez com que as empresas se instalassem em locais onde os custos com salários fossem mais baixos e não houvesse regulamentação jurídica para poderem contratar trabalhadores a domicílio (Kon, 2000).

Desta forma, pesquisas incentivadas pela OIT nos anos 1990, como as de Lavinias (1998) e Tomei (1999), a respeito de trabalho a domicílio tinham como paradigma a crise da relação salarial, levando a desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. Grandes contingentes de trabalhadores eram postos em condições precárias de ocupação, sendo que o trabalho a domicílio constituía-se em uma dessas formas de precariedade das relações tradicionais de assalariamento.

A grande relevância do estudo do trabalho a domicílio<sup>6</sup> subcontratado por empresas era discutir as maneiras em que se operava esta forma atípica de trabalho assalariado e verificar a forma de precarização do trabalho, intensificada, sobretudo a partir do último quarto do século XX com a reestruturação produtiva. Os fatores de demanda do mercado de trabalho foram alterados a partir dos anos 1990, associando a demanda por trabalho pelas empresas ao progresso tecnológico e à competição internacional. Este processo foi resultado da reestruturação técnica e produtiva com impacto significativo no perfil do trabalhador a domicílio, favorecendo certos tipos de ocupações de acordo com o sexo, a idade, a qualificação e o setor de atividade (Kon, 2000).

Assim, a expansão<sup>7</sup> de formas atípicas de relações de trabalho, principalmente o trabalho autônomo e o trabalho sem vínculos formais, estava relacionada com a flexibilidade da relação salarial. Além disso, o crescimento do setor terciário, ou de serviços, em detrimento de uma redução do emprego industrial, aliado ao aumento da informalidade e precarização, fez com que o trabalho a domicílio se tornasse mais heterogêneo, não necessariamente relacionado ao setor industrial.

O crescimento do setor terciário favoreceu o aumento tanto da informalidade quanto da contratação de mão de obra feminina em domicílio. O setor de serviços do mercado de trabalho, nos anos 1990, no Brasil, apresentou um crescimento acelerado em face à reestruturação produtiva, ao padrão flexível de organização do trabalho e à desindustrialização em algumas regiões metropolitanas, levando muitas empresas a diminuir seus custos de

---

<sup>6</sup> Segundo Lavinás & Sorj (1998), a categoria “trabalhador a domicílio é polissêmica e em franca mutação”, na medida em que se referem a relações atípicas de trabalho com características cada vez mais heterogêneas em setores de atividades mais diversos. Nos anos 1990, em um contexto de crescente flexibilização, as características mais gerais do trabalho a domicílio eram: heterogeneidade, internacionalização, feminização e precarização.

<sup>7</sup> A expansão de formas atípicas de relações de trabalho, como: trabalho autônomo, por conta própria, formas de subcontratação e de flexibilidade das relações tradicionais de assalariamento, foi estimulada por alguns fatores tais como: o aumento da competição global que levou as firmas a flexibilizarem os contratos de trabalho, a difusão de tecnologias de informação e comunicação que permitiu o deslocamento do trabalho e a perda de oportunidades de empregos formais no mercado de trabalho ou o aumento acentuado da informalidade e do trabalho por conta própria (OIT, 2002).

produção ao terceirizar ou subcontratar mão-de-obra para realização das atividades em domicílio (Kon, 2000).

Os trabalhadores a domicílio eram mantidos, muitas vezes como autônomos prestadores de serviços, sem vínculo empregatício, para que não fosse configurada uma relação salarial, dissimulando-se um contrato de trabalho para evitar os custos com encargos trabalhistas. O trabalho a domicílio disfarçado como trabalho autônomo pretende evitar o vínculo empregatício, sobretudo, em momentos de desemprego crescente e crise econômica (Tomei, 1999).

Entretanto, de acordo com Tomei (1999), o trabalho a domicílio subcontratado também está associado a contextos de crescimento econômico e taxas sustentáveis de redução do desemprego aberto e da pobreza. As formas deste tipo de trabalho são caracterizadas não só por remunerações baixas, longas jornadas de trabalho, instabilidade ocupacional e ausência de qualquer tipo de proteção social, mas também por formas que correspondem a qualidades de emprego e remunerações elevadas.

O que diferencia a inserção do trabalhador a domicílio em uma ou em outra forma de trabalho a domicílio depende da qualificação, habilidade, contatos e experiência laboral. Este fato indica que a existência desse tipo de trabalho depende também de outros fatores, não só aqueles condicionados ao desempenho da economia sobre o mercado de trabalho (Tomei, 1999).

Desta forma, a categoria trabalho baseado em domicílio assume novas formas, cuja discussão não se limita apenas a relações maléficas para o trabalhador. Coaduna-se, por um lado, a uma visão pessimista associada à precarização, baixa remuneração e qualificação do trabalho manual, associados também às ocupações emergenciais da economia informal urbana, beirando ao nível de subsistência.

Mas, por outro lado, também está relacionado a uma visão otimista em que atividades rentáveis, de uma mão de obra bem qualificada, usufruindo do avanço constante das tecnologias informacionais, são realizadas em casa pelo trabalhador em busca de melhorias no desempenho do negócio e na qualidade

de vida. Devido à grande heterogeneidade de casos e de ramos de atividades envolvidas nessa relação de trabalho, há situações em que se revela um quadro onde existe um compartilhamento de benefícios entre o contratado e o contratante.

Contudo, em países ou regiões onde houve uma redução do emprego industrial, notou-se um crescimento do trabalho a domicílio no setor de serviços<sup>8</sup>, reconfigurando o perfil tradicional do trabalhador a domicílio industrial. No setor de serviços, as jornadas, a remuneração e a ajuda familiar são menores e as condições de trabalho, em geral, são mais precárias do que no setor industrial (Tomei, 1999).

### **1.3 Feminização**

A compatibilização do trabalho realizado em domicílio com a família favorece a ocupação feminina em um trabalho de menor remuneração, sobretudo no setor de serviços. As relações de trabalho a domicílio são permeadas pelas diferenças entre o papel da mulher na família e no trabalho.

O aumento da proporção de mulheres no trabalho baseado em domicílio nas duas últimas décadas as deixou mais visíveis, tornando-as objeto de análise dos estudos, tais como o de Bruschini (1993), Ehlers (1998), Tomei (1999), Kon (2000), Ghafur (2002), Kantor (2003), Kean (2007) e Thompson (2009).

Tomei (1999) confirma que as mulheres, além de dominarem o trabalho a domicílio, pela possibilidade de compatibilizar suas responsabilidades domésticas e familiares com atividades remuneradas, estão sobre-representadas em atividades de menor produtividade e maior precariedade,

---

<sup>8</sup> Este fato pode estar relacionado, por exemplo, ao crescimento da economia informal na região metropolitana do Rio de Janeiro que, ao longo dos anos 1990, registrou uma forte queda do emprego industrial e um crescimento considerável do setor de serviços, inclusive de trabalho em domicílio.

concentradas em espectros de atividades mais limitadas e com menores qualificações.

Porém, elas demonstram o desejo de trabalhar fora do local de moradia para romper o isolamento em que vivem e conseguir uma separação entre o trabalho e a esfera privada, o que muitas vezes é dificultado pela ausência de serviços e de equipamentos públicos voltados para cuidados com crianças.

As pesquisas sobre trabalhadores a domicílio citadas acima, realizadas a partir dos anos 1990, apontavam o perfil de destaque desta força de trabalho como sendo constituído preponderantemente por mão de obra feminina com idade entre 45 a 55 anos, casadas, com filhos, com poucos anos de estudo e baixa remuneração, sobretudo nos setores de costura e montagem.

As funções reprodutivas legadas às mulheres casadas as conduzem a procurar conjugar suas atividades produtivas com atividades domésticas. A possibilidade de desempenhar suas atividades profissionais em casa serve como um estímulo para seu engajamento no trabalho baseado em domicílio. Com isso, as desigualdades entre os gêneros no que tange ao trabalho são aprofundadas com o trabalho baseado em domicílio (Kon, 2000).

Vale ressaltar que a redução da renda familiar no início dos anos 1990 contribuía para a participação de outros membros da família, que não os chefes, no orçamento financeiro familiar. Geralmente, mulheres ou idosos conciliam a vida doméstica, como cuidados com a casa e os filhos, com alguma atividade econômica que lhes possam auferir rendimentos extras e complementares, embora não sejam poucos os casos em que esta atividade seja preponderante no orçamento familiar (Bruschini, 1993).

Neste sentido, o papel produtivo feminino é considerado muitas vezes como complementar ao papel masculino, devido à concepção sociocultural da divisão sexual do trabalho que define a domesticidade das atividades de cuidar, ensinar, costurar etc. No setor informal as disparidades entre homens e mulheres não podem ser minimizadas por meio do registro de carteira assinada e benefícios previdenciários, fazendo com que o papel produtivo feminino seja diluído no mito da “dona de casa” (Bruschini, 1993).

Neste caso, Bruschini (1993), em artigo publicado sobre família e trabalho baseado em domicílio em São Paulo, analisa uma amostra não-probabilística de trabalhadoras autônomas por conta própria que foram selecionadas a partir dos critérios sugestivos apontados pela literatura examinada, tais como: natureza da atividade, camada social, estrutura familiar e ciclo de vida.

Foram realizadas 40 entrevistas com mulheres das camadas alta, média e baixa, voltadas para atividades de Produção e comércio (confecção de roupas, alimentos, produção de objetos variados e vendas) e Prestação de serviços (advogadas, psicanalistas, professoras, higiene pessoal e culinária). A classificação social das entrevistadas foi estabelecida de acordo com critérios como: ocupação, escolaridade, renda familiar, localização da moradia (bairro) e condição física do domicílio.

Procurou-se desvendar as relações ocultas envolvidas no trabalho em domicílio das entrevistadas. A atividade econômica domiciliar e a inserção socioeconômica familiar são variáveis-chaves para o estudo da autora. São importantes também para a análise o grau de instrução e de profissionalismo da trabalhadora, além da localização socioespacial de sua moradia que mostra ser determinante para entender o escoamento da produção, em face do poder de compra da vizinhança.

Bruschini (1993) parte do princípio de que essas trabalhadoras são independentes, pois controlam os instrumentos de trabalho, a matéria-prima e o produto final. Além disso, são responsáveis diretamente pelas etapas de produção e comercialização dos bens e serviços que prestam para o público consumidor.

A autora aborda a questão do trabalho domiciliar com ênfase no grau de autonomia e independência das trabalhadoras contribuindo com a literatura que geralmente estuda esta temática pela relação trabalhista existente entre contratado e contratante ou pela lógica do trabalho a domicílio subcontratado pelas empresas. Segundo Bruschini: “atividades domiciliares como as acima definidas (autônomas e por conta própria) podem estar presentes em famílias de diferentes estratos sociais.”

Entretanto, as formas de trabalho baseado em domicílio independente relativas a condições precárias de ocupação por conta própria têm sua razão de existir por serem seus fatores de produção sub-remunerados, onde não são computados nos custos o valor do espaço doméstico, a depreciação do capital utilizado e nem o trabalho não remunerado dos membros da família, fazendo com que seus preços sejam inferiores, permitindo a competição com o mercado tipicamente capitalista (Prandi, 1978, apud Bruschini, 1993).

Conforme se ampliam o setor de atividade, a qualificação, a posição na ocupação e a divisão sexual do trabalho, modificam-se o cenário de relações de trabalho e concessões de garantias e benefícios, pois algumas das desigualdades postas no mercado de trabalho convencional, como as de gênero, se reproduzem ou se agravam na análise do mercado de trabalho informal em domicílio (Kantor, 2003).

Vale ressaltar que para os homens a inserção no trabalho a domicílio é diferente, pois, geralmente, eles se dedicam ao trabalho a domicílio depois de serem despedidos de empregos assalariados ou por falta de oportunidades no mercado tradicional. Sendo que eles dominam o trabalho a domicílio em atividades atrativas com tecnologias informacionais que possibilitam maiores rendimentos e melhores condições de trabalho (Tomei, 1999).

Os papéis de gênero no trabalho baseado em domicílio podem se reconfigurar, pois conforme os resultados apontados pela pesquisa de Marsh (2008), sobre trabalho em domicílio masculino, os homens constroem suas identidades como trabalhadores, maridos e pais ao transitarem com satisfação entre a “fronteira física e emocional” da família e da carreira profissional realizada em um local híbrido de trabalho e moradia.

A pesquisa de Marsh (2008) procurou suprir uma lacuna na literatura, que geralmente enfoca o trabalho baseado em domicílio pelo gênero feminino, em uma pequena amostra de trabalhadores, entrevistando sete homens: três consultores em tecnologia da informação, um consultor de marketing, um consultor de telecomunicações, um gerente de relações empresariais e um engenheiro eletricitista. Todos trabalham em casa a maior parte da semana e

são dependentes da tecnologia de informação e comunicação para realizarem seus trabalhos.

O discurso de gênero, carreira e família dos entrevistados revelou a forma com que eles encaram seus papéis sociais na família em uma construção narrativa marcada por aspectos emocionais, tais como: amor, ansiedade, medo e orgulho, típicos do discurso do gênero feminino. Os papéis de gênero podem sofrer transformações entre homens e mulheres de modo que, neste caso, os maridos podem se envolver mais com os filhos e dedicar mais tempo às tarefas domésticas, tornando-se emocionalmente mais engajados e comprometidos em seu papel paterno e dividindo as tarefas com as esposas, sobretudo, quando conseguem gerenciar os papéis paternidade/trabalho e organizar o espaço simbólico e material de seus domicílios como local de trabalho (Marsh, 2008).

Portanto, a recorrência de pesquisas de cunho predominantemente qualitativo e subjetivo, como a de Marsh (2008), sobre as características do trabalhador baseado em domicílio, despertou o interesse em investigar quantitativamente o perfil sociodemográfico desta força de trabalho em proporção com a população economicamente ativa e a sua evolução nos anos de 1992 a 2008.

Esta dissertação procura responder, pela análise dos microdados disponíveis pela PNAD, se os resultados apresentados por diversos autores, que apontam para a feminização e precarização desta força de trabalho, são confirmados para o Brasil.

## **1.4 Mensuração e Regulamentação**

Neste tópico, serão apresentadas algumas das dificuldades de mensurar e regulamentar o trabalho baseado em domicílio pelas instituições ligadas ao mundo do trabalho. Tais dificuldades são justificadas pelas grandes diferenças de tipos e características, de graus de dependência até a independência total

em que esses trabalhadores se situam, além dos diferentes graus de qualificação e de informalidade dessa mão de obra.

A dificuldade de mensuração, de modo geral, das formas que as relações informais no mercado de trabalho podem assumir, indica que as estatísticas oficiais sobre trabalho não conseguem estimar a dimensão do crescimento exato do setor informal em muitos países, até mesmo quando os dados disponíveis são filtrados pela variável: local do trabalho principal - no domicílio em que morava. Muitas pesquisas estatísticas sobre população e trabalho não consideram essa variável e, mesmo quando a incluem, os resultados não são tabulados em uma análise estatística oficial (OIT, 2002).

No Brasil, torna-se possível mensurar o trabalho baseado em domicílio a partir das bases de dados da PNAD de 1992 a 2008 e da ECINF somente nos anos de 1997 e 2003. No terceiro capítulo desta dissertação será dada ênfase à base de dados da PNAD, que embora não disponha de variáveis mais completas sobre a economia informal como a ECINF, está atualizada para os anos correntes, favorecendo uma análise evolutiva de 1992 até 2008, além de estar disponível no Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), o que não ocorre com a ECINF.

Segundo artigo publicado pela OIT (2002), os trabalhadores baseados em domicílio estão situados numa zona cinzenta entre a independência total de trabalho e a dependência como empregados assalariados. Este fato impede que muitos trabalhadores baseados em domicílio sejam mensurados pelas normas estatísticas internacionais guiadas pela classificação “*status of employment*”<sup>9</sup>.

Variáveis chaves como: natureza do contrato, forma de remuneração, local de trabalho, provisão de meios de produção e grau de supervisão devem estar presentes em pesquisas para melhor concepção analítica a respeito do trabalho baseado em domicílio para que se possa determinar a necessidade de ser introduzida uma nova categoria ou subdividir categorias existentes de emprego intermediário (OIT, 2002).

---

<sup>9</sup> Definição utilizada pela OIT para mensurar e classificar as formas de emprego nas pesquisas sobre mercado de trabalho nos países.

Ainda de acordo com documento da OIT (2002), a heterogênea categoria do trabalho baseado em domicílio que também inclui trabalhadores independentes, apresenta dificuldades ainda maiores de regulamentação jurídica nos países do que a forma tradicional de trabalho a domicílio industrial onde pode ficar configurada pela Justiça uma relação de subcontratação dissimulada.

Segundo este documento, o trabalhador baseado em domicílio independente frequentemente encara problemas sociais associados à exclusão, sobretudo dificuldades de acesso ao crédito financeiro e de fortalecimento competitivo para inserção no mercado.

Enquanto isso, o trabalhador a domicílio subcontratado encara frequentemente problemas de exploração, na medida em que recebe baixa remuneração, sem seguro de contrato e cobrindo alguns custos de produção. Embora, ambos lidem com a falta de poder de barganha sobre as instituições trabalhistas e tenham de prover sua própria proteção social, as estratégias para abordar as questões de exploração e de exclusão no mercado de trabalho são distintas (OIT, 2002).

O trabalho a domicílio subcontratado, visto como uma subcategoria do trabalho baseado em domicílio, como definiu Vandenberg e Selvakumar (2006), tem apresentado maior destaque historicamente na tentativa de regulamentação específica do que os trabalhadores independentes baseados em domicílio, como os informais urbanos.

No Brasil, ao contrário de países como a França, por exemplo, pouco se tinha avançado com relação à regulamentação do trabalho a domicílio até o final dos anos 1990. A ausência de um estatuto específico na CLT para o trabalho a domicílio implica em que a relação de trabalho seja regida, de forma análoga, por outros estatutos trabalhistas: “essa tem sido a tendência dos tribunais brasileiros ao aplicarem ao trabalho a domicílio normas trabalhistas” (Lavinias & Sorj, 1998).

Em relatório feito para a OIT, Lavinias & Sorj (1998) discutem de forma exaustiva as novas formas de contratualidade presentes nos diversos modelos

de trabalho a domicílio. Para as autoras, a legislação brasileira, por analogia, aplica à situação do trabalho a domicílio garantias estendidas aos casos de regime de subcontratação e de emprego independente e que por isso o considera como uma forma de assalariamento explícito ou disfarçado. Mas, situações próximas impostas por relações atípicas de trabalho acabam sendo interpretadas a cada caso concreto pela Justiça do Trabalho.

Dessa forma, muitos processos e litígios envolvendo trabalhadores a domicílio favorecem o trabalhador quando se prova alguma forma de vínculo, subordinação ou grau de dependência produtiva com o empregador. Muitas destas ações que tramitam pela Justiça do Trabalho têm como pretensão o reconhecimento da existência de vínculo empregatício<sup>10</sup>. As empresas contratam trabalhadores a domicílio como trabalhadores autônomos e independentes, para diminuir seus custos com salários, tendendo a ocultar uma relação de emprego existente (Lavinias, 1998).

Relação esta que pode ser caracterizada pela presença de requisitos, como: subordinação, exclusividade, remuneração ajustada e periódica etc. Trabalhadores a domicílio considerados autônomos<sup>11</sup>, mas que estão de certa forma subordinados aos empregadores ou clientes, não têm seus direitos trabalhistas garantidos devido à ausência de regulamentação jurídica.

Além das decisões judiciais sobre os litígios envolvendo trabalhadores a domicílio, as legislações trabalhistas também causam controvérsias para a compreensão sobre esta categoria. A casa, como um local híbrido de moradia e trabalho, gera estranhamento no senso comum geralmente desconhecendo o valor social deste sentido material (recurso e abrigo) e imaterial (identidade) na vida dos trabalhadores (Araujo Junior, 2008).

---

<sup>10</sup> Juristas e advogados, a favor dos empresários, defendem a desregulamentação trabalhista que associa o trabalhador a domicílio ao autônomo para incentivar a geração de trabalho pelas empresas sem onerá-las com custos trabalhistas. Os que defendem as mudanças nas leis asseguram que nem todo trabalhador baseado em domicílio é empregado, para não prejudicar a empresa que contrata trabalhadores mesmo em situações de crise de empregos.

<sup>11</sup> As empresas defendem a autonomia dos trabalhadores, para o não cumprimento de suas obrigações contratuais, onde o trabalhador assume os riscos de sua atividade. Esta liberdade do autônomo se traduz pela escolha dos tomadores de seu serviço, e pela formação de seus preços de acordo com as regras do mercado e a legislação vigente.

Tampouco há políticas públicas capazes de nortear a forma de inserção no mercado de trabalho e de garantir as obrigações sociais devidas, abrindo uma série de brechas, por parte do empregador, para o não cumprimento de suas obrigações contratuais<sup>12</sup>. O resultado desta relação escamoteada entre empregado e empregador vem muitas vezes com a perda do poder de barganha do primeiro, fazendo com que os empregadores estabeleçam relações que lhes sejam quase sempre favoráveis.

Outro aspecto importante, que tange à questão da regulamentação trabalhista e contribui para a falta de garantias e direitos dos trabalhadores a domicílio, constitui-se na dificuldade histórica de reconhecimento desses trabalhadores por parte dos sindicatos. Sabe-se que no plano da organização do trabalho, a atividade sindical é essencial para garantia dos direitos e da relação salarial entre os trabalhadores organizados que compartilham situações de trabalho bastante homogêneas. Como a heterogeneidade e a não-regulamentação são características marcantes do trabalho baseado em domicílio, percebe-se o grande entrave para o desenvolvimento das ações coletivas.

Abreu & Sorj (1993) destacam que a posição ambígua entre autonomia e assalariamento do trabalho a domicílio faz com que os interesses trabalhistas não sejam percebidos com muita clareza, dificultando ainda mais o caráter coletivo dessas atividades. Além disso, a composição eminentemente feminina desta categoria em alguns setores produtivos como confecção e montagem sugere que as mulheres mostram-se menos sensíveis aos vínculos sindicais.

Assim, os trabalhadores baseados em domicílio tendem a permanecer isolados de outros trabalhadores, sendo, portanto, menos organizados e com menos voz sobre os empregadores e regulamentadores jurídicos, resultando numa posição de inferioridade com relação à conquista de direitos devidos e a condições ocupacionais de saúde e segurança (OIT, 2002).

---

<sup>12</sup> Neste caso, podemos citar o caso das cadeias de produção global, onde uma firma principal estabelece uma série de relações contratuais com firmas intermediárias que por sua vez subcontratam trabalhadores a domicílio. Por ser o último elo da cadeia produtiva, o trabalhador a domicílio assume os prejuízos repassados pelos intermediários (OIT, 2002).

Portanto, após essa análise sobre as dificuldades de mensuração e regulamentação da categoria de trabalho baseado em domicílio, pelo fato desta estar inserida em uma zona cinzenta entre a independência total e os variados graus de dependência com a figura do contratante, compreende-se a necessidade de que as análises empíricas sobre esta categoria estipulem as variáveis que delimitarão o perfil do trabalhador em domicílio de acordo com o objeto específico de investigação. No caso do terceiro capítulo desta dissertação, delimitou-se o trabalho baseado em domicílio pela posição na ocupação por conta própria, uma vez que é nesta posição que se encontra o maior percentual de trabalhadores baseados em domicílio em proporção da População Economicamente Ativa (PEA).

## **Capítulo 2 - O Trabalho Baseado em Domicílio na Economia Informal Urbana**

### **2.1 O trabalho informal**

Neste tópico, apresenta-se a abordagem metodológica encontrada na literatura sobre trabalho informal para a explicação das causas e efeitos sobre o mercado de trabalho em geral e sobre o trabalho baseado em domicílio em particular.

A expansão do setor informal como atividade econômica principal para milhões de trabalhadores brasileiros, desde a década de 1990, está relacionada ao impacto das transformações socioeconômicas sobre o mercado de trabalho. A economia informal urbana se destaca, em muitos estudos, como pano de fundo da discussão sobre as diversas formas e setores que o trabalho informal abrange nas grandes metrópoles brasileiras.

Silva e Barbosa (2001) utilizam a definição de trabalho informal, adotada pela OIT para a compreensão do sentido desse tipo de trabalho no contexto da análise da Ecinf <sup>13</sup> 1997:

Trabalho informal é a unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem trabalhos instáveis e reduzidas rendas.

Além dessa definição, para os autores, a informalidade é associada a um circuito inferior que funciona como um subsistema da economia urbana e a reboque do circuito superior da economia capitalista moderna. O circuito superior exerce uma influência sobre a divisão técnica e territorial do trabalho na medida em que estabelece formas de subcontratação, segmentação e terceirização com o circuito inferior, sendo uma forma de apropriação do trabalho desprotegido e intensivo (Silva e Barbosa, 2001).

Bruschini (1993) apresenta uma revisão da literatura relativizando a dualidade formal/informal e a marginalidade deste setor, pois, para ela, a informalidade deveria ser entendida como um “resultado do movimento econômico realizado pelo formal”. Outras instâncias sociais regulam as relações do trabalho como, por exemplo, as “redes de mútua colaboração” compostas por amigos, vizinhos e parentes e não apenas aquelas protegidas legalmente pelo Estado.

---

<sup>13</sup> A pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf) foi realizada pelo IBGE pela primeira vez no ano de 1997, obtendo como recorte geográfico de investigação 73 municípios e 50 mil domicílios entrevistados. Identificou-se que 25% dos trabalhadores das cidades brasileiras estavam vinculados ao setor informal que já era responsável por 8% do total de mercadorias e serviços gerados no país em 1997. Constatou-se que a Economia Informal Urbana naquele ano movimentava algo em torno de 12,89 bilhões de reais e era composta por 9,47 milhões de empresas, com lucros alcançando R\$ 5,2 bilhões. Além disso, verificou-se que o setor informal envolvia 12 milhões de pessoas em atividades de produção e/ou distribuição de bens e prestação de serviços (Silva, 2001).

O trabalho informal consiste muitas vezes em uma alternativa não só ao desemprego, mas também ao emprego formal, possibilitando, inclusive, uma forma possível de ascensão social. Embora, muitas vezes, torna-se importante para as famílias que pelo menos um membro esteja inserido no mercado formal para que outros membros possam usufruir dos benefícios, inclusive para alavancar seus estabelecimentos informais (Woortmann, 1984 apud, Bruschini, 1993).

Carneiro (1989) considera que o setor informal <sup>14</sup> está subordinado ao processo de desenvolvimento capitalista e permanece como forma dinâmica de produção que não necessariamente oferece serviços de má qualidade e atende a mercados de baixa renda. Por estar subordinado à dinâmica capitalista, o setor informal pode ter suas atividades recriadas ou destruídas, a partir dos processos de desenvolvimento e modernização da produção capitalista. O autor afirma que o crescimento do setor informal não é autossustentado e que este não se desenvolve de forma competitiva com o setor formal. Trata-se de uma relação intersticial operada no seio da produção capitalista que assume novas formas de acordo com o sistema econômico vigente.

Machado (2003) acredita que o setor informal constitui-se em uma categoria cuja perda da força analítica do debate político e teórico fornece uma aparência de um significado unívoco para a definição de informalidade. Para ele, o significado do setor informal vai além de questões sobre precariedade, flexibilidade e desregulamentação que são discussões típicas do debate sobre a crise do emprego formal e do assalariamento.

O autor discute as implicações das transformações na percepção social que favoreceram essa perda da bagagem reflexiva e cognitiva do setor informal, fazendo com que este seja utilizado como um termo vago que se refere a “agregados estatísticos, como, por exemplo, trabalhadores sem

---

<sup>14</sup> A expressão “setor informal” refere-se às empresas informais que não estão inseridas nas condições regulamentadas e formalizadas do mercado de trabalho, enquanto que a expressão “economia informal urbana” refere-se ao fenômeno completo da informalidade nas grandes cidades: do status de ocupação do trabalhador às condições socioeconômicas das unidades produtivas (Souza, 2004).

carteira assinada”. A dificuldade de apresentar uma fórmula compreensiva para este setor enfraquece a capacidade crítica do debate político a respeito das condições de precariedade, flexibilidade e desregulamentação jurídica do uso da força de trabalho (Machado, 2003).

Machado (2003) apresenta as diversas teorias sociológicas utilizadas, pela literatura, desde os anos 1960, para explicar a informalidade como uma categoria analítica. O autor considera que a informalidade, geralmente, é apresentada como “sinônima de pobreza urbana, de atividades de rua, de ausência de enquadramento regular e de iniciativa econômica individualizada, de limites fluidos e contingentes”.

Desde sua origem, informalidade aparecia em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado ou então, era explicado no contexto dos países desenvolvidos como um fenômeno residual. Até por isso, o significado da informalidade dentro do contexto das economias capitalistas periféricas, mais especificamente no Brasil, está atrelado às consequências dos desequilíbrios estruturais e da estratificação social sobre a dificuldade histórica de inserção da força de trabalho no mercado formal.

No Brasil, a informalidade não apareceu como um fenômeno residual que colocou apenas parte dos trabalhadores de fora do processo produtivo e dos benefícios do crescimento econômico. A intensificação da informalidade do trabalho nas últimas décadas deve-se ao aprofundamento das condições históricas de fragmentação e estratificação social, ligadas à modernização brasileira incompleta que não seguiu o padrão de desenvolvimento socioeconômico europeu: migração, urbanização, industrialização, assalariamento, política de pleno emprego, estado de bem-estar e, por isso, lançou no mercado de trabalho um excedente estrutural de mão-de-obra (Araujo Junior, 2008).

A precariedade nas condições de ocupação do trabalho, no Brasil, está mais ligada ao trabalho na economia informal do que no setor formal. O conceito original de precariedade remonta à crise da relação de assalariamento no início dos anos 1980 em países europeus, como a França, onde muitos trabalhadores perderam os benefícios plenos do emprego assalariado. No

Brasil, a precariedade não se refere necessariamente à desregulamentação e perda de proteções sociais existentes, como na Europa (Kalleberg, 2009).

Arbache (2003)<sup>15</sup> e Silva e Barbosa (2001)<sup>16</sup> apresentam os resultados da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF) de acordo com o foco de interesse sobre os objetos que investigam que, no caso, tratam da discussão da informalidade compreendida pelo sentido da precariedade como meio de subsistência. Os autores analisaram os dados da pesquisa buscando traçar o perfil socioeconômico do trabalhador informal urbano no Brasil, também do trabalhador informal da metrópole carioca feita por Silva e Barbosa (2001).

Para a Ecinf, o objeto de investigação e análise é a unidade econômica ou a empresa informal e não o trabalhador individual. De acordo com a metodologia da pesquisa, a posição na ocupação desses trabalhadores informais se divide<sup>17</sup> em pequenos empregadores (com até cinco contratados), trabalhadores por conta própria e trabalhadores sem remuneração, com ou sem carteira assinada.

Arbache (2003) enfatiza que a condição precária do trabalhador informal justifica a sua não contribuição para a Previdência e que políticas públicas que o levem a se formalizar podem acabar penalizando ainda mais a sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Silva e Barbosa (2001), analisando os resultados do trabalho informal para o Brasil e para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), apontam que apenas a noção de precariedade, defendida pela teoria tradicional sobre informalidade, não é capaz de abranger uma multiplicidade de situações e variáveis que compreendem o conjunto de dados sobre a economia informal. Os autores consideram que de fato, há um percentual reduzido, mas

---

<sup>15</sup> Arbache (2003) investigou a relação do setor informal com a queda na capacidade de arrecadação da Previdência a partir de uma análise do perfil do trabalhador informal pesquisado pela Ecinf 1997. O autor utiliza o conceito de empreendimento para designar o negócio ou estabelecimento do trabalhador informal urbano.

<sup>16</sup> Silva (2001) investiga o perfil do trabalhador informal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) buscando compreender se apenas a precariedade torna-se capaz de fornecer o sentido do trabalho informal para milhões de trabalhadores informais urbanos no Brasil.

<sup>17</sup> Segundo Silva (2001), pela análise da Ecinf 1997 no Brasil, 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% eram pequenos empregadores e ofereciam até 5 postos de trabalho, 10% eram empregados sem carteira assinada, 7% possuíam vínculos empregatícios e 4% trabalhavam sem receber nenhum tipo de remuneração. Além disso, 86% das empresas informais pertenciam aos trabalhadores por conta própria.

considerável, de trabalhadores com nível de escolaridade e renda satisfatório na economia informal urbana, sobretudo de pequenos empregadores que buscaram recursos contra a escalada de desemprego aberto<sup>18</sup> nos anos 1990.

Pochmann (1998) destaca que o mercado informal funciona como um “colchão amortizador” das taxas de desemprego aberto. Para o autor, as altas taxas de desemprego verificadas nos anos 1990 acabaram por alimentar o crescimento do setor informal, tornando complexa a sua relação com o setor formal.

Até o final dos anos 1980, a ligação entre o setor formal e o informal ocorria, indiretamente, pelo circuito da renda, ou seja, parte da renda gerada no setor formal gerava demanda por produtos e serviços do setor informal. Nos anos de 1990, essas relações também passam a ser estabelecidas pelo circuito produtivo: devido ao processo de reestruturação, as empresas do setor formal passam a contratar produção e serviços do setor informal (Pochmann, 1998).

O desemprego formal nas duas últimas décadas só não foi maior porque continuou aumentando em ritmo intenso tanto o trabalho por conta própria como o trabalho sem carteira assinada. O trabalhador por conta-própria refere-se a uma categoria que não possui nenhum vínculo empregatício e que abrange artesãos, ambulantes, serviços de reparação e consertos, além de profissionais liberais e técnicos não assalariados (Pochmann, 1998).

Já Arbache (2003) considera que o setor informal urbano não funciona mais como “colchão amortecedor” do desemprego. Segundo ele, este setor assiste a um processo de transformação com aumento na competição por ocupação e não vem sendo mais capaz de incorporar os indivíduos desempregados do setor formal e até mesmo os trabalhadores menos qualificados.

Para o autor, uma evidência deste fato reside na constatação de que o aumento do desemprego vem sendo acompanhado ao longo das últimas décadas pela diminuição da taxa de participação da força de trabalho. A demanda por trabalho em favor dos trabalhadores mais qualificados contribuiu

---

<sup>18</sup> Pela definição de desemprego aberto, excluem-se as pessoas que desistiram de procurar trabalho, por desalento, sendo considerados apenas trabalhadores desocupados, mas que tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho.

para que grande parte dos trabalhadores com padrões de vida e escolaridade mais baixos desistissem de procurar ocupação (Arbache, 2003).

Dessa forma, o autor examina a natureza e as características do setor informal urbano para compreender se elas contribuem para a não formalização dos trabalhadores informais. O diagnóstico, definido por Arbache, de que se trata de atividades precárias de baixo valor agregado e com pouco dinamismo justifica as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em formalizar sua mão de obra e regularizar o seu negócio.

Com relação às características do setor informal, a análise dos dados da ECINF 1997 feita por Arbache (2003) e por Silva e Barbosa (2001) revela que os pequenos empregadores são os que apresentam maiores rendimentos, mas que a grande maioria dos estabelecimentos apresenta receita bruta muito baixa onde 65% dos trabalhadores alcançavam uma remuneração média de R\$ 253,00.

Segundo Arbache (2003) cerca de 40% dos trabalhadores informais no Brasil tinham mais de 40 anos, fato também destacado por Silva e Barbosa (2001) que afirmam que o setor informal na metrópole carioca era composto por mais de 50% de trabalhadores com mais de 40 anos, sendo que 67% destes trabalhadores eram homens.

Ambas as pesquisas afirmam que não mais de 4% dos negócios no Brasil receberam algum tipo de assistência e que para Silva e Barbosa (2001), 66% não possuíam qualquer tipo de licença estadual ou municipal para o exercício das atividades. Para Arbache (2003), quase 55% do total de trabalhadores apresentaram escolaridade bastante baixa, sugerindo-se assim que as técnicas utilizadas sejam rudimentares e que os preços reflitam condições do mercado sem cálculos de custos.

Os resultados apresentados por Silva e Barbosa (2001) sobre a escolaridade do trabalhador informal na RMRJ, entretanto, destoam da realidade apresentada para o Brasil como um todo. O pequeno empregador informal da RMRJ apresenta uma escolaridade bem superior aos demais trabalhadores informais nesta região. Silva e Barbosa (2001) afirmam que quase 50% possuem uma escolaridade maior do que a média atual da população carioca, que se encontra em torno de 8 anos. Ainda segundo eles, pouco mais de 30% têm 11 anos ou mais de estudo e 13% tiveram ensino

superior, percentual bem superior ao dos analfabetos, que estava em torno de 7%.

Silva e Barbosa (2001) consideram que 28% dos negócios no Brasil estavam localizados na própria moradia<sup>19</sup> do trabalhador, que 27% se realizavam nas casas dos clientes e que 9% estavam em logradouros públicos. Além disso, os autores afirmam que 23% das unidades econômicas possuíam estabelecimentos específicos para o desenvolvimento de suas atividades.

O recorte de gênero<sup>20</sup> merece ser destacado na análise sobre o mercado de trabalho informal no Brasil, uma vez que reproduz as desigualdades entre gêneros postas pelo mercado formal. As mulheres, além de estarem em maior número dentre o percentual de trabalhadores que não percebem remuneração, também estão em condições de desvantagem em relação à renda média do setor (R\$ 240,00), pois recebem R\$ 218,00. Já os homens alcançam uma remuneração média de R\$ 253,00 e estão entre a maioria dos proprietários das empresas informais (66% do setor e com ganhos médios de até R\$ 565,00) (Silva e Barbosa, 2001).

Silva e Barbosa (2001) revelam que o setor informal é marcado pela heterogeneidade, dinamismo e ausência de intervenção do poder público. Essa ausência do setor público sobre a heterogeneidade de formas, em que a economia informal opera, revela uma necessidade de tornar o trabalho informal visível aos formuladores de políticas públicas, desvendando as práticas socioeconômicas, sobretudo do trabalho informal em domicílio.

Arbache (2003) destaca que o típico empreendimento informal apresenta as seguintes características: é permanente, resulta da falta de emprego e de necessidade de complemento de renda, inexistente juridicamente e perante as autoridades, apresenta receita bastante baixa, é operado na própria moradia por apenas um trabalhador por conta própria com pouca escolaridade

---

<sup>19</sup> No terceiro capítulo, analisa-se a participação das empresas do setor informal segundo a localização das atividades realizadas, inclusive em domicílio, para Brasil, Sudeste, Rio de Janeiro (UF) e RMRJ, com os dados disponíveis da Ecinf de 2003.

<sup>20</sup> Essa atenção dada pelos autores, ao recorte de gênero em pesquisas sobre economia informal, motivou a apreciação em particular do papel feminino no trabalho em domicílio investigado pelos dados da Pnad no quarto capítulo desta dissertação. As desigualdades entre sexos estão ainda mais evidentes na análise dos dados sobre trabalho baseado em domicílio.

e produtividade e escala baixa, cujas maiores dificuldades são a falta de clientes e elevada concorrência.

Para Arbache (2003), estas características indicam que estas atividades se constituem em recursos<sup>21</sup> para combater a pobreza e a miséria e que estes estão condenados a um círculo vicioso que os mantém em situações precárias em condições econômicas adversas.

Entretanto, embora Arbache (2003) aponte para uma situação de vulnerabilidade deste setor, alguns resultados apresentados por Silva e Barbosa (2001) relativizam uma análise determinística<sup>22</sup> neste sentido.

Segundo Silva e Barbosa (2001), os principais motivos para condição de informalidade, justificados pelos trabalhadores, são o desejo de independência, a dificuldade de encontrar emprego e a necessidade de complemento de renda (cada um desses três motivos para a informalidade foi apontado por 20% dos trabalhadores). Destacam-se também, a tradição familiar, a experiência na área e o negócio promissor. Os demais motivos com percentuais bem baixos foram: a oportunidade de fazer sociedade, o horário flexível, era um trabalho secundário, entre outros.

Além disso, uma parte razoável dos trabalhadores, cerca de 30%, demonstraram boas perspectivas quanto ao futuro com a possibilidade de investimento e ampliação de seus negócios. Um número expressivo de 93% dos negócios operava com algum lucro e a grande maioria das atividades não era iniciativas sazonais<sup>23</sup> ou efêmeras que necessariamente sumiriam em momentos de crise (Silva e Barbosa, 2001).

Desta forma, quando analisamos os dados da Ecinf apresentados por Silva e Barbosa (2001) dos trabalhadores informais da metrópole carioca, percebemos que as dificuldades socioeconômicas dos negócios não impedem a satisfação com a atividade desempenhada. No caso, quase 70% das

---

<sup>21</sup> Nas palavras de Silva e Barbosa (2001) “o trabalho informal parece despontar como um recurso e abrigo dos trabalhadores face à escalada do desemprego”.

<sup>22</sup> A própria constatação, de Arbache, de que se trata de uma forma de trabalho bastante divergente relativiza esse diagnóstico de pobreza e vulnerabilidade extrema dos trabalhadores da economia informal urbana.

<sup>23</sup> Segundo Silva e Barbosa (2001), 91% dos negócios e serviços funcionavam durante o ano inteiro o que de fato não caracteriza a economia informal urbana como uma atividade sazonal.

empresas informais pretendem aumentar o negócio ou pelo menos manter o nível atual de investimento. Cerca de 9% querem mudar de atividade, mas continuar independente. Quase 13% dos entrevistados pensam em abandonar a atividade e procurar emprego, o mesmo percentual quer buscar alternativas de trabalho.

Portanto, os pressupostos da exclusão e da precariedade da economia informal urbana dificultam a compreensão da multiplicidade de variáveis presentes nesse setor, sejam com relação ao perfil socioeconômico dos profissionais, às motivações que os orientam, aos interesses que os mantêm na informalidade e às condições culturais e históricas de inserção no mercado de trabalho.

O diagnóstico de que a economia informal urbana está atrelada às condições de vulnerabilidade e pobreza enfraquece a compreensão de que o próprio mercado de trabalho formal brasileiro está sustentado sobre uma relação de assalariamento que não se mostra capaz de remunerar adequadamente os trabalhadores brasileiros.

Historicamente, os salários do setor formal não se mostraram capazes de garantir os gastos mensais do trabalhador com saúde, educação, transporte, habitação, segurança e lazer. O setor informal sofre com as relações de vulnerabilidade que se inicia na precarização do setor formal do mercado de trabalho e na incapacidade de abrangência dos serviços públicos prestados a toda população brasileira.

## **2.2 Trabalho por conta própria: empreendedorismo ou estratégia de sobrevivência?**

Nesta seção, é apresentada uma pesquisa que aborda o trabalho informal por conta própria em comparação com a força de trabalho de modo geral naquele país. Esta pesquisa foi realizada por Benjamin Temkin (2009) no México, buscando traçar o perfil sociodemográfico da força de trabalho naquele país. A base de dados da edição mexicana da pesquisa *World Value Survey*

(WVS) de 2005, utilizada pelo autor, procurou dar validade empírica<sup>24</sup> à abordagem teórica sobre o verdadeiro conceito de empreendedorismo.

O objetivo da pesquisa de Temkin consiste em constatar se o trabalho informal por conta própria está relacionado a um sintoma de precariedade como fator de reprodução da pobreza ou se este tipo de trabalho se relaciona a um espaço de ação social que reflete um comportamento e iniciativa empreendedora que são essenciais para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente para a redução da pobreza.

Como sintoma de precariedade, o trabalhador por conta própria não consegue garantir um trabalho no mercado formal e por isso traça estratégias de sobrevivência, como um “retorno a economia de subsistência pré-moderna”. Quando esta estratégia de se autoempregar informalmente rende prosperidade econômica, diz-se que essas atividades são reflexos de um empreendedorismo incipiente que podem ser estimuladas por políticas públicas.

Ao se assentar sobre bases de inovação e criatividade, o trabalhador por conta própria induz a geração de trabalho e renda capazes de levar a acumulação e crescimento econômico. Tornam-se capazes de contribuir para a redução da desigualdade, na medida em que assumem os riscos de novas oportunidades ao desenvolverem mercados, oferecendo trabalhos e aperfeiçoando mercadorias, processos produtivos e formas de distribuição.

Entretanto, a concepção sobre economia informal refere-se ao trabalhador que permanece fora do emprego integral, estável e protegido. A informalidade é relacionada ao trabalho temporário, parcial e por conta própria e por isso vai de encontro com a questão do trabalho decente discutido pela OIT que dentre várias proposições, busca minimizar o quadro de crescente precarização do trabalho promovendo o emprego de qualidade (Prони, 2009).

Temkin (2009) analisa duas abordagens teóricas sobre a economia informal para entender a precariedade da natureza desse setor e as condições em que se desenvolve até levar parte da força de trabalho a traçar estratégias

---

<sup>24</sup> Temkin investigou variáveis subjetivas quanto às percepções do trabalhador informal sobre sua realidade socioeconômica e sua perspectiva quanto ao futuro. Essas variáveis permitiram uma avaliação qualitativa da atividade econômica do informante e uma autoanálise a respeito de seus principais problemas e dificuldades mais frequentes. Buscou-se ainda identificar o grau de satisfação com a atividade desenvolvida e o motivo que o levou a iniciar o negócio, a partir da perspectiva quanto aos planos futuros e da análise sobre sua trajetória pessoal.

de sobrevivência, sobretudo pelo baixo nível de capital humano dos países em desenvolvimento.

A primeira abordagem entende a informalidade como um fenômeno residual decorrente da falta de capacidade do setor formal em absorver parte da força de trabalho, enquanto a segunda entende a informalidade como um resultado do próprio desenvolvimento do setor formal que sob pressão por competitividade nacional e internacional, reduziu os custos do trabalho, sub-remunerando os trabalhadores informais.

O diagnóstico sobre informalidade, defendido por Temkin, contrasta com os argumentos teóricos e práticos defendidos por alguns observadores, consultores e elaboradores de políticas públicas, sobretudo em países desenvolvidos. Segundo estes, o trabalho por conta própria deve ser visto como uma situação de empreendedorismo incipiente do trabalhador autônomo que prefere a independência na iniciativa individual à subordinação a superiores em companhias do setor formal que sub-remuneram seus contratados.

Essa visão revela uma dicotomia sobre o tratamento do trabalho por conta própria entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A literatura tende a apresentar o trabalho informal por conta própria em países em desenvolvimento como atividades beirando o nível de subsistência, enquanto que em países desenvolvidos, as atividades econômicas por conta própria são vistas como empreendedorismo incipiente capazes de gerar inovações e riqueza no processo produtivo.

Temkin (2009) apresenta uma revisão da literatura sobre a distinção entre atividades genuinamente empreendedoras e atividades empresariais em si. O autor conclui que o tamanho do negócio não define a atividade empreendedora que pode contrastar com iniciativas de negócios familiares, devido a um fator schumpeteriano: criatividade e inovação em combinação de recursos para o lucro.

O fator schumpeteriano<sup>25</sup> é a concepção adotada por Temkin (2009) para definir empreendedorismo que difere do pequeno negócio informal por

---

<sup>25</sup> Joseph Alois Schumpeter (1883 - 1950), um dos mais importantes economistas do século XX, em seu livro "Teoria do Desenvolvimento Econômico" de 1911, relacionou o processo de

conta própria em países em desenvolvimento. As características consideradas típicas do empreendedor são: a necessidade de realização, controle interno, tomada de risco, tolerância para a ambiguidade, autoconfiança e inovação.

Na pesquisa de Temkin (2009), a variável trabalho informal é operacionalizada como um trabalho sem contrato ou acordo entre empregado e empregador, sem proteção social e sem registro oficial de receitas de impostos ou de vendas das unidades econômicas ou ocupacionais<sup>26</sup>.

Segundo Temkin (2009): "O trabalho na unidade econômica informal fortalece a natureza da informalidade mais do que aquele trabalho informal realizado em companhias formais". Ou seja, pode-se dizer que o trabalho informal urbano por conta própria contextualiza a natureza da informalidade nos países em desenvolvimento mais do que o trabalho precarizado, sem o cumprimento das obrigações contratuais e das relações de assalariamento.

A partir da investigação sobre a percepção, valores, opiniões e atitudes da força de trabalho, embasado pela teoria que traça o perfil psicológico do empreendedor, Temkin consegue mensurar com significância estatística a extensão de trabalhadores informais da força de trabalho mexicana. Em particular, os trabalhadores por conta própria, que apresentam os traços do perfil do empreendedor, como: independência, iniciativa e criatividade. Ou apresentam as síndromes pessoais caracterizadas pelos trabalhos de sobrevivência marcados pela precariedade, vulnerabilidade e insegurança<sup>27</sup>.

A comparação dos resultados permite que se percebam quais valores e atitudes são mais condizentes com a explicação da informalidade sob o prisma

---

desenvolvimento econômico a mudanças endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços destacando a figura do empreendedor (ou empresário schumpeteriano) como agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico. "(...) o novo é apenas o fruto de nossa imaginação. Levar a cabo um plano novo e agir de acordo com um plano habitual são coisas tão diferentes quanto fazer uma estrada e caminhar por ela." (Schumpeter).

<sup>26</sup> Essas são as três características que definem informalidade na metodologia utilizada por Temkin (2009). O autor estabelece quatro níveis de resultados onde a força de trabalho mexicana é classificada como: formal (sem características de informalidade), informal de nível 1 (com uma característica de informalidade), informal de nível 2 (com duas características) e informal de nível 3 (com as três características).

<sup>27</sup> Com relação a essas síndromes associadas às condições precárias dos trabalhadores informais independentes, Temkin elenca algumas de suas características, tais como: baixa autoconfiança e bem-estar, ausência de iniciativa, motivação e criatividade, autopercepção negativa da saúde e locus externo de controle.

do empreendedorismo ou da precariedade. Identificar e quantificar o nível e o tipo de informalidade da força de trabalho torna-se fundamental em países em desenvolvimento onde não há uma dicotomia clara entre o trabalho formal e informal, como no Brasil. Por tipos de informalidade, Temkin (2009) classifica os trabalhadores em: empregados formais, trabalhadores informais e trabalhador informal por conta própria.

Temkin constata com os resultados da WVS que o perfil sociodemográfico e o perfil subjetivo do trabalhador informal por conta própria mexicano são distintos daqueles atribuídos pela literatura do empreendedor individual. Pelos resultados da pesquisa, esse grupo traça verdadeiras estratégias de sobrevivência frente à crise geral de empregos, compondo-se por grupos etários mais velhos e com níveis mais baixos de escolaridade e renda.

Confirma ainda, que quanto maior o nível de informalidade, maior o grau de vulnerabilidade e precariedade do trabalhador. Com relação às abordagens subjetivas, como a questão referente à autopercepção do trabalhador, foi possível verificar que o trabalhador por conta própria se considera em classe social inferior, menos satisfeito com sua situação econômica e com menos perspectiva de poupança com seu trabalho.

Revela-se ainda claramente o sentimento de vulnerabilidade e insegurança, em comparação com o empregado e com o trabalhador informal, pois se sentem menos felizes, menos saudáveis, com menos capacidade de escolha, decisão e controle sobre suas metas de vida.

Além disso, eles não se veem como pessoas criativas e inovadoras ou como quem faz coisas de sua própria maneira, atribuindo menos importância ao valor de independência e determinação como qualidades que devem ser ensinadas aos seus filhos (Temkin, 2009).

A pesquisa de Temkin apresenta em uma abordagem qualitativa e subjetiva a sua maior contribuição, fornecendo subsídios aos formuladores de políticas públicas para considerar as características subjetivas e sociodemográficas da força de trabalho mexicana, sobretudo do trabalhador informal por conta própria.

Levar em consideração os sentimentos e valores da força de trabalho é de extrema importância para a elaboração de políticas públicas, pois permite o estabelecimento de uma relação mais igualitária de poder entre Estado e força de trabalho, evitando o clientelismo e as relações desiguais de troca, fazendo com que os trabalhadores se tornem sujeitos corporificados de direito<sup>28</sup>.

Políticas públicas norteadas pela concepção de que o trabalhador informal por conta própria é um potencial empreendedor e que pode contribuir para a geração de trabalho e riqueza incentivam mecanismos de investimento em recursos humanos e financeiros para a promoção e suporte do empreendedorismo incipiente, que supostamente caracterizaria a economia informal urbana. Além disso, buscam a facilitação das regras, incluindo a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução de custos que sufocam o potencial de crescimento e de inovação dos empreendedores informais e dos pequenos negócios (Temkin, 2009).

Já as políticas públicas norteadas pela concepção de exclusão e segregação na condição de ocupação do trabalhador por conta própria funcionam como funil de fundos públicos para a concessão de empréstimos e microcréditos produtivos para a geração de renda dessa mão de obra excluída do mercado formal de crédito e financiamento.

Importante evitar uma compreensão unívoca sobre o sentido da informalidade que limita o debate analítico sobre trabalho informal por conta própria ao empreendedorismo. Os problemas da economia informal não podem ser resolvidos de forma definitiva com políticas públicas isoladas e direcionadas a grupos específicos de trabalhadores.

O sucesso efetivo das políticas públicas para a economia informal perpassa pelo bom dinamismo do mercado de trabalho formal que, por sua vez, depende do crescimento econômico e de políticas que facilitem o uso de tecnologias intensivas em trabalho. Políticas macroeconômicas de incentivo a

---

<sup>28</sup> Práticas sociais participativas indicam se as políticas públicas constroem cidadãos como objetos sem percepção própria de sua trajetória pessoal e realidade de vida e sem capacidade de definir os rumos do seu próprio futuro ou se constroem sujeitos que participam na efetivação de seus direitos e sonhos pessoais (Ribeiro, 2005).

criação de empregos seguros, estáveis, bem remunerados e com benefícios sociais são fundamentais para o combate às formas de precariedade. Além disso, o fortalecimento da inspeção das condições de trabalho e da melhora significativa de todo o capital humano disponível no país, através de investimentos em educação e qualificação profissional, preparam a força de trabalho a enfrentar os desafios da crise geral do emprego no século atual (Temkin, 2009).

A pesquisa realizada por Temkin (2009) é importante para desmistificar a relação do trabalho informal por conta própria ao empreendedorismo e abre espaço para a discussão do trabalho informal por conta própria realizado em domicílio no Brasil. Além de contribuir com a sugestão de que as políticas públicas mais efetivas para o combate das mazelas sociais da economia informal urbana são aquelas orientadas por uma visão macroeconômica de incentivo as relações formais e regulamentadas pelo Estado.

### **2.3 Políticas públicas: a construção social do território e a moradia como local de produção**

A pesquisa apresentada a seguir aborda o trabalho baseado em domicílio por conta própria em um contexto em que as desigualdades socioespaciais podem ser expressas pela utilização da moradia como local de produção em espaços populares. Esses territórios semiurbanizados marcados pela ausência histórica de serviços públicos são (re)construídos socialmente pela intervenção de políticas públicas.

Esta pesquisa foi resultado do trabalho de campo realizado entre os meses de agosto de 2007 e janeiro de 2008, teve como foco principal os moradores que utilizavam a moradia também como local de produção. Os resultados da pesquisa resultaram em uma monografia que foi entregue ao final do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional no IPPUR-UFRJ.

Muitos moradores em favelas<sup>29</sup> utilizam os recursos de suas moradias como locais de obtenção de renda em atividades de subsistência cujo público alvo são os próprios moradores desses espaços.

A possibilidade de desvendar o trabalho invisível do trabalhador baseado em domicílio por conta própria fornece a percepção desse grupo sobre a oferta dos serviços públicos e da infraestrutura urbana construída em um território popular marcado pela segregação socioespacial.

No morro do Preventório em Charitas, Niterói - RJ, local onde foi realizado o trabalho de campo, estava em fase de planejamento e execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Favelas) que pretendia modificar o cenário urbano e socioeconômico deste território, alterando inclusive as condições que favoreciam a realização do trabalho baseado em domicílio por conta própria. A instalação de serviços públicos, tais como: água, esgoto, luz, gás, pavimentação, reflorestamento, remoção de casas em área de risco e título de propriedade, valorizaria a terra urbana, aumentando os aluguéis e os preços pelos custos dos serviços e modificaria o cenário de informalidade que favorece práticas<sup>30</sup> de trabalho precário.

Os serviços de infraestrutura urbana disponibilizados de um modo geral para o consumo das famílias representam importante fator de produção ou capital fixo para os trabalhadores baseados em domicílio por conta própria. O ambiente urbano construído serve tanto como capital fixo, pois fornece as condições materiais de produção, circulação e consumo, quanto como fundo de consumo para a classe trabalhadora, na medida em que fornece as condições necessárias para a reprodução do trabalho (Harvey, 1982).

---

<sup>29</sup> Algumas favelas se transformaram, a partir das mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas, em áreas de intensa produção, comércio e prestação dos tipos mais diversos de bens e serviços informais, inclusive com atividades econômicas realizadas nos domicílios dos moradores (Oliveira, 2006).

<sup>30</sup> Territórios de ocupação popular têm suas relações sociais de trabalho regidas por laços e redes de vizinhança de colaboração mútua. A falta de regulação do poder público favorece práticas e estratégias econômicas de sobrevivência que reconfiguram espaços inteiros em territórios de produtividade informal.

Neste sentido, é apresentada a pesquisa elaborada a partir do trabalho de campo realizado no Morro do Preventório. A pesquisa ocorreu a partir de entrevistas individuais em uma amostra não probabilística de 20 moradores que concordaram em responder às perguntas relativas às características funcionais de suas moradias como unidades econômicas. A fim de realizar uma análise qualitativa, as entrevistas abordaram, principalmente, aspectos relativos à oferta dos serviços públicos, acesso à infraestrutura urbana e expectativas com a implementação do PAC na comunidade.

Os resultados da pesquisa indicaram que os trabalhadores baseados em domicílio temiam que a promessa de instalação das redes de infra-estrutura de energia e de água e esgoto na comunidade, com as obras do PAC, os levassem a pagar pelos serviços públicos disponibilizados. Em várias localidades da comunidade, o fornecimento de água era gratuito. Essa questão era essencial para a formação dos preços dos produtos/serviços desses trabalhadores, pois o pagamento pela utilização desse serviço implicaria em aumentos no custo de produção, sendo que os preços eram, muitas vezes, negociados com os clientes.

Sob o prisma do trabalho, foi identificado um rol heterogêneo e diversificado de atividades econômicas realizadas nas moradias, como a produção e vendas de alimentos, serviços de costura, confecção, salões de beleza (manicure, cabeleireira etc.), oficina de marcenaria, reparos de eletrodomésticos, reparo de automóveis, locadora de DVD, atividades que vão desde a tradicional "birosca" à recente *lan house*.

Os consumidores ou clientes destes estabelecimentos, na sua grande maioria, eram moradores da própria comunidade. Muitas destas moradias foram adaptadas ou receberam algum tipo de investimento para a infraestrutura produtiva, demonstrando certo otimismo dos moradores quanto à rentabilidade do negócio. Muitos desejavam ampliar, investir ou aprimorar a produção, acreditando na capacidade de expansão. Nenhuma moradia se encontrava na fase de acumulação ou constituição de pequena empresa.

As unidades produtivas domiciliares utilizavam, sobretudo, mão de obra familiar. Poucos foram os relatos de haver mão de obra contratada e mesmo quando isto ocorria, geralmente era um amigo ou parente que ajudava, mediante remuneração, na prestação do serviço ou produção.

Importante destacar que a maioria dos trabalhadores não percebia que os serviços utilizados para a reprodução da força de trabalho como: alimentação, higiene e lazer deveriam ser contabilizados separadamente do processo de produção. Esses serviços eram somados aos gastos totais da moradia sem discernimento do que era utilizado produtivamente e sem a utilização de livro-caixa para o registro desses custos.

Os gastos com luz elétrica, água, gás incidem sobre os custos da produção, mas esses são contabilizados sobre os custos da reprodução da força de trabalho, aquela em que o trabalhador destina para recarregar suas energias e seu potencial produtivo. Logo, os fatores de produção aparecem disfarçados de fatores de reprodução e são sub-remunerados, pois não são computados nos custos o valor do espaço doméstico, a depreciação do capital utilizado e nem o trabalho não remunerado dos membros da família, fazendo com que seus preços sejam inferiores e acessíveis aos moradores da própria comunidade.

Os custos produtivos (água, luz, gás etc.) com o processo de produção de mercadorias e serviços e para o consumo familiar, constituem-se em um importante subsídio para a intervenção de política pública, pois afetam o aumento da oferta e demanda por esses serviços em cada domicílio. Poderia ser proposto, por exemplo, uma redução das tarifas nas unidades econômicas domiciliares (Araujo Junior, 2008).

Desta forma, verifica-se uma associação problemática entre hora de trabalho e hora de descanso ou lazer, na medida em que jornadas de trabalho em domicílio tendem a ofuscar o sentido da moradia como local de reprodução social do trabalho. Pode-se dizer que há uma contradição<sup>31</sup> na moradia como

---

<sup>31</sup> A sobre-exploração do trabalho está ligada à insuficiência de emprego e da habitação. Os trabalhadores que sobrevivem do uso de suas moradias como local de produção precisam

local de produção, pois a casa aparece culturalmente como o local do não-trabalho, ou o local de lazer, levando a uma dificuldade de reconhecimento do domicílio como local de descanso, sobretudo quando este se mistura às atividades econômicas.

As atividades de lazer, o ócio e o tempo livre, do ponto de vista sociológico, são opostas à concepção de trabalho, embora sejam, ao mesmo tempo, acessórios ao trabalho, na medida em que permitem repor o desgaste diário da força de trabalho (Blass, 2004). No caso do trabalho baseado em domicílio, as atividades produtivas estão propensas a serem diluídas no conjunto das práticas de lazer e ócio inerentes ao tempo livre, ou ao exercício do não-trabalho. Essa interpenetração da atividade produtiva com a vida é típica das atividades pré-modernas: impossibilitando a separação rigorosa entre trabalho e lazer (Blass, 2004) e, talvez por isso, o trabalho baseado em domicílio por conta própria apresenta uma jornada de trabalho mal definida e menos concentrada por ser considerada muitas vezes como atividade de subsistência.

Nas atividades modernas, há uma separação entre local de trabalho e local de moradia, na medida em que a concepção de trabalho está orientada pelo emprego fabril no que diz respeito a salários, jornadas, sindicatos e direitos trabalhistas (Blass, 2004). Mas, como pode ser visto pelas palavras de Hirata e Prétenceille (2002), “o declínio do mundo operário, os efeitos sociais dramáticos do desemprego e da exclusão a que isso pode conduzir (...) ao esfacelamento do assalariamento” e conseqüentemente, a práticas precárias de trabalho onde o tempo social, dividido entre o tempo regular da jornada de trabalho e o tempo livre, aparece diluído.

As atividades de trabalho e não-trabalho são bem delimitadas nas formas tradicionais do mundo do trabalho orientadas pela concepção de generalização do assalariamento nas empresas. A noção de trabalho imaginada passa a estar associada ao emprego, sendo a forma histórica que o trabalho assume nas sociedades modernas, mas o trabalho desassociado ao

---

dotá-las de infraestrutura produtiva e habitacional, onde as bases materiais (uso do espaço) e imateriais (pertencimento e identidade) do sentido do trabalho e da moradia se misturam (Araujo Jr, 2008).

emprego refere-se aos sentimentos de castigo, dever moral, punição, dor e obrigação (Blass, 2004).

Em sociedades em desenvolvimento, atividades como o trabalho baseado em domicílio por conta própria não está fundamentado em uma análise sociológica que tem como referência o trabalho assalariado. A oposição entre trabalho, emprego e lazer e a dicotomia entre trabalho e não-trabalho, uma das dimensões teóricas da noção moderna de trabalho (Blass, 2004), não estão postas claramente no trabalho baseado em domicílio e esse parece ser o contra-senso desta condição sócio-ocupacional cujas atividades estão deslocadas, pois são desenvolvidas no chamado mundo do não trabalho e em um local privilegiado do ócio, lazer e tempo livre.

Portanto, as duas pesquisas apresentadas neste tópico revelam que os trabalhadores informais por conta própria em países em desenvolvimento se distanciam da condição de empreendedores em potencial e se aproximam de uma situação de vulnerabilidade social e precariedade nas relações de trabalho e habitação. A moradia como local de produção em espaços populares aparece como uma das formas do trabalho baseado em domicílio por conta própria. Ao mesmo tempo em que está inserida no contexto da economia informal urbana, o trabalho baseado em domicílio apresenta uma de suas formas mais usuais: aquela em que coaduna a exclusão social com a segregação socioprodutiva.

## **2.4 Políticas públicas de fomento ao micro empreendedor individual e ao empreendedorismo feminino em domicílio**

Nesta seção, são apresentadas duas abordagens sobre políticas públicas de fomento ao empreendedorismo: primeiramente, discute-se a criação da figura jurídica do micro empreendedor individual no Brasil e posteriormente, em uma abordagem de gênero, são analisadas algumas pesquisas sobre políticas públicas de empreendedorismo para trabalhadoras baseadas em domicílio.

O fomento ao empreendedorismo vem sendo recorrente como lemas de programas sociais promovidos por diversos tipos de instituições, de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nacionais, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a organizações da sociedade civil e do poder público. O objetivo dos programas de empreendedorismo é gerar trabalho e renda e, no caso do programa do micro empreendedor individual, atuar sobre os efeitos indesejados da informalidade em alguns agregados macroeconômicos, tais como: poupança pública, com aumento da arrecadação previdenciária, e nível de investimento privado.

A Resolução nº 58, que entrou em vigor no dia 1º de julho de 2009, regulamentando o capítulo da Lei Complementar nº 128/08, criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual, como uma categoria regulamentada, demonstrando uma preocupação do poder público em enfrentar os problemas causados pela informalidade do trabalho ao desenvolvimento socioeconômico do país. Esta medida representa um atrativo para que trabalhadores por conta própria formalizem seus negócios, constituindo-se em um caminho para o aumento das receitas previdenciárias.

O perfil do microempreendimento individual idealizado por esta política consiste no pequeno negócio que apresenta receita bruta anual de até 36 mil reais, que não haja sócio e que possua no máximo um empregado recebendo até um salário mínimo mensal e opte pelo Simples Nacional<sup>32</sup>.

O microempreendedor paga uma taxa única de até R\$ 57,00, por mês, de impostos e contribuição, recebendo os benefícios da Previdência e acesso a linhas de financiamento bancário.

Essas medidas de estímulo às atividades empreendedoras estão inseridas em um contexto macroeconômico de incentivo à poupança pública e

---

<sup>32</sup> Sistema simplificado de tributação das micro e pequenas empresas que recolhe valores fixos mensais e opera no país desde 2007. Segundo reportagem veiculada em O Globo, mais de 277 mil pedidos de adesões já foram deferidos somente em 2009, devido à ampliação da lista de atividades enquadradas pelo sistema (O Globo, 18 de novembro de 2009).

em uma concepção de que são esses agentes, tomadores de risco, os responsáveis pelo dinamismo do mercado interno, em uma tentativa de alavancar o otimismo e o investimento produtivo no país. Ao fomentar e regulamentar as atividades do micro setor empresarial, que desponta com grande potencial de gerar oportunidades de trabalho e renda, estimulam-se a contribuição ao sistema previdenciário e a capacidade de gerar poupança e investimentos na economia, proporcionando um crescimento sustentável ao longo do tempo.

O aumento do trabalho informal representa um fator negativo ao crescimento econômico sustentável, devido a sua capacidade de afetar agregados macroeconômicos, como poupança pública, investimento e nível de renda. Fazer com que os trabalhadores informais por conta própria formalizem seus negócios, contribuindo em um sistema simplificado e barato, representa um grande incentivo à formação de poupança na economia, proporcionando menores juros e maiores investimentos, induzindo o aumento dos níveis de empregos e salários, onde mais renda das famílias potencialize a contribuição.

Vale ressaltar que esta estratégia de fomento ao micro empreendedor individual faz parte de uma política mais ampla do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>33</sup>. Segundo a campanha em vigor sobre o processo de formalização do pequeno negócio informal, a escolha pela formalização de suas atividades<sup>34</sup> faz com que o micro

---

<sup>33</sup> O processo de formalização e criação da microempresa é feito pelo site: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

<sup>34</sup> As atividades previstas pelo portal do empreendedor incluem as seguintes categorias: comércio em geral, indústria em geral, serviços (exceto prestação de serviços intelectuais, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios), como por exemplo, ambulante, camelô, lavanderia, salão de beleza, artesão, costureira, lava-jato, reparação, manutenção, instalação, autoescolas, chaveiros, organização de festas, encanadores, borracheiros, digitação, usinagem, solda, transporte municipal de passageiros, agências de viagem, escritórios de serviços contábeis, prestação de serviços de creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres; agência terceirizada de correios; agência de viagem e turismo; centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga; agência lotérica e serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, e revestimento de metais.

empreendedor individual tenha acesso a: cobertura previdenciária, contratação de um funcionário com menor custo, isenção de taxas para registro da empresa, ausência de burocracia, acesso a serviços bancários, inclusive crédito, compras e vendas em conjunto, redução da carga tributária, controles muito simplificados, emissão de alvará pela internet, cidadania, benefícios governamentais, assessoria gratuita, apoio do técnico do SEBRAE na organização do negócio, possibilidade de crescimento como empreendedor e segurança jurídica.

Entretanto, como visto anteriormente, o setor informal urbano está mais próximo das atividades de subsistência do que daquelas que caracterizam o empreendedor. Os negócios informais são constituídos, em sua grande parte, por atividades para gerar renda e ocupação para população pobre e por isso não se pode esperar pela legalização e formalização<sup>35</sup> dessas atividades como fonte potencial de receita para a Previdência (Arbache, 2003).

O perfil do micro empreendedor individual, idealizado pelo programa e sob a análise da economia informal urbana, está mais próximo da figura do trabalhador de subsistência com baixíssima remuneração sem suporte financeiro para a contribuição voluntária. Mesmo não sendo empreendedor de fato, o trabalhador que se encaixar no perfil e optar pela formalização poderá obter os benefícios da Previdência. A figura do verdadeiro empreendedor está relacionada àquele trabalhador que consegue inovar nas etapas do processo produtivo, combinando recursos e adquirir lucros crescentes.

Os trabalhadores informais tiveram a cidadania regulada historicamente por um sistema de estratificação ocupacional, tornando difícil a missão de dinamizar o mercado interno e incentivar o desenvolvimento econômico com o fomento de atividades econômicas dos trabalhadores informais por conta própria.

---

<sup>35</sup> Ainda neste tópico, serão vistos os motivos alegados pelos trabalhadores informais investigados pela Ecinf 2003 para a não formalização de seus negócios.

Na concepção de direito como concessão, o Estado brasileiro iniciou a construção de uma política social, reconhecendo apenas como cidadãos os trabalhadores de profissões regulamentadas e reconhecidas por lei. De acordo com Santos (1994):

A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece.

Uma das estratégias da regulamentação do trabalho informal por conta própria consiste em criar um ambiente cultural favorável às práticas empreendedoras<sup>36</sup> e à formalização das atividades. A decisão voluntária do trabalhador por achar vantajosa a adesão ao sistema simplificado de contribuição garantirá a popularidade da figura jurídica do micro empreendedor individual. Tornar a contribuição previdenciária atrativa consiste em um desafio para o sucesso desta política pública de romper todo um ciclo cultural de informalidade.

A parcela<sup>37</sup> de trabalhadores informais por conta própria que se encaixa no perfil desta política e que estaria disposta a contribuir com o Simples Nacional, suportando o ônus da formalização, seria capaz de criar, segundo estimativas do SEBRAE<sup>38</sup>, cerca de quatro milhões de micro empresas.

---

<sup>36</sup> A simplificação da estrutura tributária e burocrática no país também aparece como fator preponderante apontado por especialistas como desafios à condição de um país empreendedor (O Globo, 17 de novembro de 2009).

<sup>37</sup> A Identificação do percentual do trabalhador informal por conta própria capaz de arcar com esse ônus requer uma análise empírica sobre variáveis como rendimento mensal, nível de instrução e ramo de atividade, o que será feito na análise dos dados da Pnad no quarto capítulo.

<sup>38</sup> Estimativa citada em artigo por mundo SEBRAE, disponível em: <http://mundosebrae.wordpress.com/2008/11/25/mei-micro-empendedor-individual/>

Entretanto, os pré-requisitos da lei, tais como: o limite máximo de rendimento anual (R\$ 36 mil), a possibilidade de ter no máximo um trabalhador contratado, ganhando não mais que um salário mínimo, e a impossibilidade de haver sócio no negócio, limitam o enquadramento do trabalhador ao perfil do micro empreendedor individual. Além disso, atividades como prestação de serviços intelectuais, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constituam profissão regulamentada ou não, bem como serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios, não estão inseridas no perfil determinado pelo projeto do micro empreendedor individual.

O programa do micro empreendedor individual pretende ajudar a reverter o atual quadro de declínio da Previdência pública. O desequilíbrio financeiro ocasionado pela alteração na estrutura populacional brasileira, como aumento da expectativa de vida, conjugado a fatores econômicos e institucionais, bem como a problemas gerenciais, causa impacto direto na previdência. Esse impacto aliado à queda nas contribuições previdenciárias em função das perdas salariais, ao crescimento do desemprego e do mercado informal explica, em parte, a crise em curso (Gomez, 2001).

A previdência é um sistema de repartição cuja principal fonte de financiamento é a folha de pagamento das empresas. Os recursos arrecadados pelo INSS são diretamente afetados pelo nível de formalização e pelo rendimento médio da população ocupada, que por sua vez dependem do desempenho da economia. Os anos 1990 foram marcados por baixas taxas de crescimento econômico e por mudanças nas relações de trabalho, com participação decrescente de trabalhadores com carteira assinada.

Para amenizar o efeito desta participação decrescente, houve um aumento das alíquotas de contribuição, deflagrando permanentes problemas de financiamento por parte do sistema previdenciário. Em 1940, havia 31 contribuintes para cada beneficiário. Na década de 80, essa relação despencou para 2,9 contribuintes. Nos anos 2000 esta proporção está em aproximadamente 1,7. Se a redução continuar nesse ritmo, em 2030 haverá 1,3 contribuintes para cada beneficiário da Previdência (Giambiagi, 2004).

Indicadores de informalidade, presentes na economia informal urbana, agravam ainda mais as perspectivas de caixa na Previdência. Algumas variáveis investigadas pela ECINF, tais como: licença pública, filiação a sindicato ou órgão de classe, tipo de constituição jurídica (firma individual, sociedade ou cooperativa), carteira assinada, contribuição a instituto de Previdência e acesso a crédito e a financiamento, são indicadores das condições de informalidade no mercado de trabalho.

A seguir, são apresentados alguns resultados da ECINF 2003 sobre a participação em Instituto de Previdência dos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores da economia informal urbana e as razões alegadas para a não contribuição, além de uma análise dos contribuintes por sexo e posição na ocupação. Essas informações são importantes para análise de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, em particular, o programa do micro empreendedor individual.

Tabela 1: Participação dos Proprietários de empresas do setor informal na contribuição ao instituto de previdência, Brasil - 2003		
	Contribuinte	Não contribuinte
Previdência Oficial	24%	76%
Previdência Privada	4%	96%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

A análise das informações da tabela acima revela que 24% dos proprietários de empresas do setor informal contribuem ao Instituto de Previdência Oficial, enquanto que 76% não contribuem a nenhum tipo de instituto previdenciário, seja público ou privado. Apenas 4% dos proprietários informais contribuíam para instituto de previdência privado, proporção bem inferior aos contribuintes do instituto oficial, sinal de que a primazia do mercado não vigora no setor informal.

No gráfico 1, a seguir, são apresentadas as razões alegadas pelos trabalhadores para a não contribuição em instituto de previdência. Nota-se que

o custo elevado aparece como a principal razão alegada para a não contribuição, destaca-se ainda a falta de conhecimento como razão relevante para a não contribuição. As opções: acha que não vale a pena, longo tempo de contribuição e não considera importante, juntas representam percentual importante e refletem a falta de interesse <sup>39</sup> dos trabalhadores com a contribuição previdenciária.

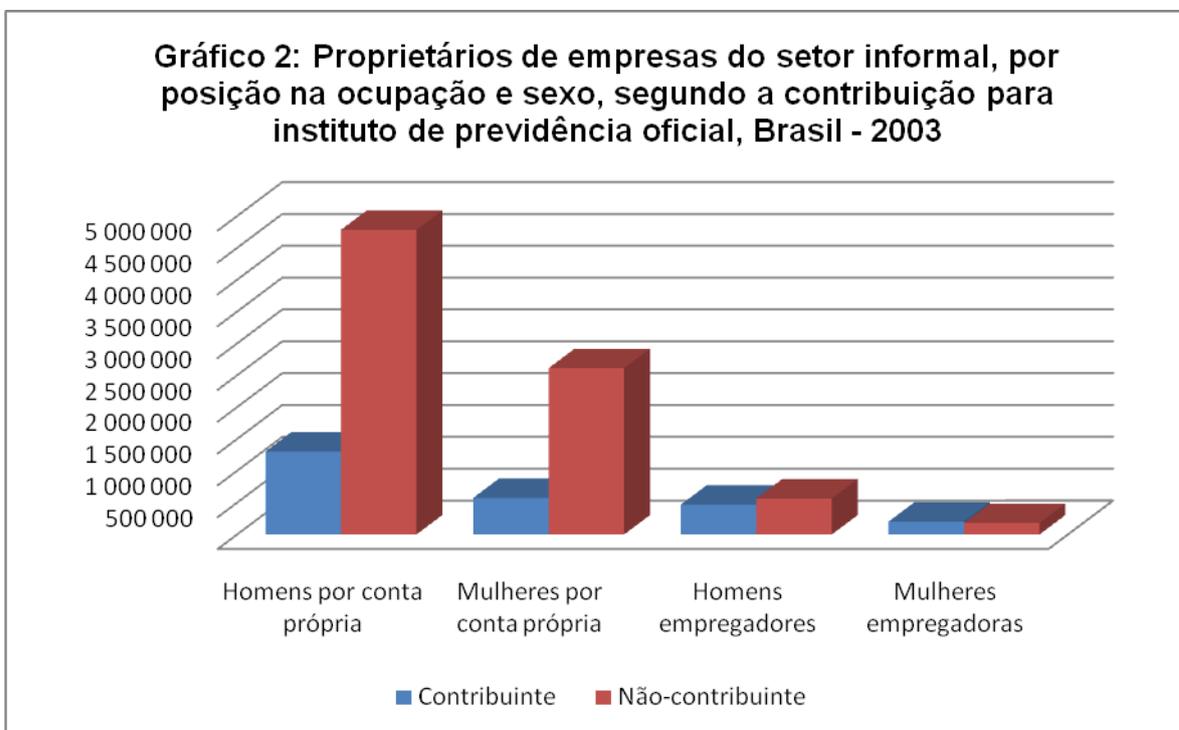


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

No gráfico 2, são apresentados os dados dos contribuintes informais segundo o sexo e a posição na ocupação, por conta própria e empregador. Primeiramente, percebe-se que a grande maioria dos proprietários das empresas informais é de trabalhadores por conta própria. Destaque para os homens por conta própria não contribuintes, com mais de quatro milhões de pessoas. As empresas informais de propriedade de mulheres por conta própria

<sup>39</sup> O programa do micro empreendedor individual levou em consideração essas razões alegadas pelos trabalhadores informais para a não contribuição à Previdência criando campanhas informativas e processos barateados, simplificados e desburocratizados para atrair os trabalhadores informais ao processo de formalização.

não contribuintes também apresentam um número expressivo, embora seja bem inferior ao número apresentado pelos homens por conta própria não contribuintes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Quando analisamos os números apresentados das empresas informais de propriedade de empregadores, percebemos que sua participação no setor informal é bem menor do que aquelas de propriedade de trabalhadores por conta própria. Além disso, a proporção entre não contribuintes e contribuintes é mais bem equilibrada, uma vez que as empresas com capacidade de empregar apresentam melhores condições de formalização com maior propensão de seus proprietários em contribuir com a Previdência oficial.

Na tabela 2, abaixo, apresenta-se a razão entre não contribuintes e contribuintes dos proprietários de empresas informais, segundo o sexo e a posição na ocupação, com o objetivo de analisar a proporção entre os sexos e verificar em qual posição, segundo o sexo, está a maior propensão para a contribuição à Previdência.

Tabela 2: razão entre não contribuintes e contribuintes a instituto de Previdência oficial, Brasil - 2003	
Sexo por posição na ocupação	Razão: não contribuintes/contribuintes
Homens por Conta Própria	3,67
Mulheres por Conta Própria	4,55
Homens Empregadores	1,21
Mulheres Empregadoras	0,90

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

A razão entre contribuintes e não contribuintes para os homens por conta própria é menor do que a razão apresentada para as mulheres por conta própria. Embora esta proporção, entre os que contribuem e os que não contribuem, seja maior para as mulheres, é semelhante aos dados apresentados pelos homens. Ou seja, o trabalhador por conta própria tende a não contribuir para a Previdência, mas a condição de precariedade da ocupação por conta própria, expressa pela variável contribuição à Previdência, tende a ser mais expressiva entre as mulheres por conta própria.

Com relação à razão entre os empregadores, os dados revelam uma melhora significativa na relação entre não contribuintes e contribuintes, sobretudo pela preponderância de contribuintes em relação a não contribuintes para as mulheres. A categoria de mulheres empregadoras é a única em que há supremacia de contribuintes sobre não contribuintes, indicando que políticas públicas, como a do micro empreendedor individual, podem ser mais eficazes para as mulheres empregadoras.

### **2.4.1. O empreendedorismo em domicílio e as mulheres**

Um grande número de políticas de empreendedorismo foi direcionado especificamente para mulheres, sobretudo para aquelas trabalhadoras cuja atividade econômica era realizada em domicílio. O trabalho informal baseado em domicílio é uma atividade com uma significativa participação feminina. Por isso, torna-se importante abordar pesquisas que relacionem políticas públicas de empreendedorismo feminino em domicílio, como as que serão citadas a seguir, pois são as mulheres que dominam o trabalho por conta própria baseado em domicílio e demonstram maior potencial para aderir a programas como o do micro empreendedor individual.

Programas de fomento ao empreendedorismo e de formação de microempresas foram amplamente implantados primeiramente nos EUA ainda na década de 1980. Eram programas apreciados na época devido a sua estratégia de desenvolvimento econômico e de redução da pobreza, especialmente para mulheres de baixa renda (Ehlers, 1998).

No entanto, Ehlers (1998) aponta alguns elementos que podem impedir que as mulheres sigam o caminho da formalização e do desenvolvimento de suas atividades econômicas por conta própria. Tais elementos, como a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero podem aparecer de maneira mais efetiva entre as mulheres que trabalham em seus próprios domicílios, frustrando a tentativa das políticas de empreendedorismo em alavancar e formalizar as atividades produtivas femininas.

A divisão sexual do trabalho aparece em determinados contextos socioculturais em que as mulheres tendem a dar mais atenção ao exercício de suas funções reprodutivas, como os cuidados domésticos e familiares, do que ao exercício de suas atividades profissionais. A atividade econômica feminina é vista como complementar a do cônjuge, fazendo com que as mulheres se dediquem a negócios pouco rentáveis, de baixa escala e reduzida capitalização (Ehlers, 1998).

Kon (2000), em artigo publicado sobre as características da trabalhadora por conta própria, inclusive aquelas baseadas em domicílio, examina os padrões diferenciados de distribuição ocupacional feminina em relação ao gênero masculino. A autora afirma que, no Brasil, a assimetria ocupacional também ocorre entre trabalhadores por conta própria, onde as mulheres desempenham atividades com menores rendimentos e nível de instrução.

A distribuição do trabalho entre os sexos vai além das capacidades inatas ou adquiridas da força de trabalho para homens e mulheres. Segundo Kon (2000): “o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos”.

No trabalho baseado em domicílio, a divisão sexual do trabalho desfavorece ainda mais a situação feminina, pois o local de trabalho das atividades produtivas é dividido ou sobreposto ao local requerido para a reprodução do trabalho, em atividades diárias como: dormir, comer, socializar, cuidar dos filhos e educá-los. Esta sobreposição de local ocorre existindo uma divisão de gênero do trabalho, ditado por noções patriarcais, contribuindo para que as atividades econômicas das mulheres sejam quase sempre inferiores às dos homens (Ghafur, 2002).

Kean (2007) acredita que o conflito da sobreposição de papéis que a trabalhadora baseada em domicílio encara, entre a sua posição na família, como cônjuge, e no trabalho, como fonte complementar de renda familiar, faz com que as mulheres reportem-se a fatores subjetivos quase sempre negativos, comprometendo o sucesso do empreendimento feminino em domicílio.

Para Thompson (2009), as mulheres proprietárias de negócios em domicílio podem combinar flexivelmente geração de renda e responsabilidades domésticas. Porém, segundo a autora, é geralmente quem está numa posição de inferioridade na família e no trabalho, com limitadas alternativas, que opta pela combinação do negócio em casa. As desvantagens que constroem o crescimento do negócio em domicílio consistem em parte pelas poucas horas comprometidas exclusivamente a essas atividades, fazendo com que esses empreendimentos estejam muitas vezes à margem da luta pela sobrevivência.

Além disso, programas de formação de microempresas reforçam as condições de segregação ocupacional que as mulheres sofrem ao levar consigo para os negócios as condições socioculturais desfavoráveis ao crescimento pessoal. O resultado deste processo se traduz na manutenção da vulnerabilidade socioeconômica feminina, desencorajando as mulheres a se tornarem empreendedoras, sobretudo quando elas estão baseadas em domicílio (Ehlers, 1998).

Para que não ocorram os problemas apontados pelos autores acima, com relação ao desenvolvimento de microempresas, viabilizando o empoderamento feminino, as políticas públicas devem levar em conta em suas estratégias tanto o mercado quanto as famílias e suas relações domésticas peculiares, que, pela divisão sexual do trabalho, desfavorecem a emancipação profissional feminina e a formalização de suas atividades (Kantor, 2003).

A consideração sobre o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade está relacionada às oportunidades oferecidas para cada sexo no mercado de trabalho. A capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como a qualificação ou capacitação para exercer ocupações de maior responsabilidade ajudariam a explicar a possibilidade de o trabalho por conta própria feminino ser bem sucedido (Kon, 2000).

A existência de cooperações entre as mulheres e seus maridos para os afazeres domésticos e familiares intervém de forma positiva no desempenho do trabalho baseado em domicílio feminino. São essas relações de cooperação entre gêneros que são importantes para a estratégia de elaboração de programas de empreendedorismo feminino, pois o contexto sociocultural específico em cada região influencia no resultado econômico da microempresa domiciliar (Ghafur, 2002).

Tomei (1999) contribui com a discussão sobre a economia informal e as políticas de fomento ao empreendedorismo, considerando que as estratégias de incentivo às atividades microempresariais no setor informal perpassam por uma boa interpretação sobre as características e necessidades do trabalhador baseado em domicílio. As políticas públicas e programas sociais

para esta categoria devem considerar a heterogeneidade de formas, de setores e ramos de atividades, de níveis de produtividade, de condições de trabalho, de graus de subordinação e de proteção social.

A elaboração de uma tipologia de trabalhadores baseados em domicílio por meio de indicadores capazes de medir o diferente grau de informalidade, precariedade, desproteção e vulnerabilidade proporcionaria um redesenho de políticas públicas específicas para cada tipo de trabalhador baseado em domicílio, inclusive entre sexos. A promoção de campanhas de informação e sensibilização da opinião pública, dos governos e dos círculos acadêmicos a cerca do debate multissetorial do empreendedorismo em domicílio, é importante para que o empreendedorismo não seja vendido como a solução para vulnerabilidade do trabalho informal por conta própria (Tomei, 1999).

Sob o enfoque de gênero, as estratégias de fomento ao empreendedorismo em domicílio não podem ser vendidas como “remédio para todos os males” às mulheres que estão fora do mercado formal e trabalham por conta própria em domicílio. As mulheres que desejam iniciar uma atividade empreendedora em casa devem ter um suporte maior de recursos e treinamentos, a partir de políticas públicas, pois embora prefiram manter-se formalizadas, em relação aos homens, elas enfrentam riscos maiores e estariam mais suscetíveis à falência (Thompson, 2009).

Neste sentido, a agenda neoliberal promoveu o fomento ao empreendedorismo pelo mundo nas últimas décadas, enquanto política pública para o mercado de trabalho. O empreendedorismo contribui com o enfraquecimento do debate analítico sobre informalidade, pois generaliza situações e diagnósticos do setor informal, desconsiderando sua heterogeneidade.

As políticas de empreendedorismo aceitam a primazia do mercado e a desregulamentação do trabalho, estimulando o setor informal a buscar em suas bases o caminho para a formalização. O trabalhador é incentivado a se afastar do emprego protegido e regulamentado, reunindo por conta própria suas forças e recursos materiais e subjetivos para se tornar um verdadeiro empreendedor.

Políticas públicas que visem a combater a informalidade devem buscar o crescimento econômico e atuar sobre as diferentes características das atividades informais. Como a fronteira entre o trabalho formal e o informal não é bem demarcada, dentro do setor informal também podemos identificar um *continuum* de situações em que os pressupostos de um trabalho decente estão mais ou menos presentes. Então, a classificação das atividades econômicas segundo níveis criteriosos de informalidade: alta, média e baixa nos diversos setores de atividade, segundo graus de precariedade na forma de organização da produção, constitui-se em uma contribuição ao debate analítico a respeito de informalidade e políticas públicas (Feijó *et al*, 2009).

Para Feijó *et al* (2009), identificar em que setores de atividade a informalidade é mais acentuada, torna-se importante para nortear políticas públicas de combate à informalidade. Para esses autores, as políticas devem ser diferenciadas, considerando o grau de heterogeneidade da atividade produtiva e as características dos negócios informais e sua articulação com a estrutura formal da economia.

Setores de baixa informalidade, cuja estrutura de funcionamento mais se assemelha a empresas formalmente constituídas, podem progredir à medida que uma legislação específica contribua para melhor funcionamento dos negócios e na articulação com o setor formal. Este parece ser o perfil do programa do micro empreendedor individual e sua estratégia de formalização.

Em estabelecimentos de média informalidade, possivelmente políticas de fortalecimento da estrutura do negócio, através de políticas de crédito e qualificação profissional, podem surtir mais efeito nos ganhos e na produtividade.

Entretanto, dada a extensão das atividades de alta informalidade (presente em quase a metade dos setores de atividade), associadas à estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, políticas de capacitação e qualificação devem ser acompanhadas de políticas de garantia de emprego ou de renda mínima, por apresentarem efeito positivo na redução da precariedade nas condições de trabalho. Políticas macroeconômicas que promovam o

crescimento devem ser consideradas como parte das políticas de inclusão social (Feijó *et al*, 2009).

Portanto, pela análise neste capítulo, fica estabelecida uma relação entre a economia informal urbana, trabalho por conta própria em domicílio e divisão sexual do trabalho, a qual não pode deixar de ser consideradas quando do desenho de políticas públicas. A perspectiva de o trabalho por conta própria em domicílio favorecer a ocupação feminina, em certos grupos etários, despertou o interesse em investigar empiricamente essa situação e é disso que tratam os próximos capítulos. Através do cruzamento de variáveis, como: sexo, faixa etária, nível de instrução, rendimento e ramo de atividade, torna-se possível o reconhecimento do perfil sociodemográfico do trabalhador brasileiro em domicílio brasileiro a partir dos dados da PNAD de 1992 a 2008 para o Brasil.

### **Capítulo 3: O trabalho baseado em domicílio na Economia Informal Urbana - Ecinf 2003**

Neste capítulo, apresentam-se alguns aspectos metodológicos, objetivos e a análise dos dados divulgados pela Pesquisa Economia Informal Urbana, ECINF 2003, sobre a participação das empresas informais com local de funcionamento em domicílio, segundo a posição na ocupação e o setor de atividade para o Brasil, Sudeste, Rio de Janeiro (UF) e Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Os principais objetivos da pesquisa Ecinf são: - identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas, que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas outras fontes estatísticas disponíveis; - dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; - ampliar a base de informações necessárias para o Sistema Consolidado das Contas Nacionais; e - subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular, aqueles relacionados às situações de pobreza urbana no país (Ecinf, 2003).

A pesquisa apresenta os resultados sobre a situação dos pequenos empreendimentos não-agrícolas, em especial aqueles pertencentes ao setor informal relativos aos proprietários, abrangendo informações sobre investimentos, receitas, despesas e lucro médio, assim como as características das pessoas ocupadas, como sexo, idade, nível de instrução, vínculo de trabalho e posição na ocupação, além de aspectos relacionados à regularização do negócio, acesso a serviços não-financeiros e crédito (Ecinf, 2003).

Os aspectos metodológicos que definiram os conceitos e objetos de análise foram traçados de acordo com as recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993.

A metodologia adotada pela Ecinf consistiu na utilização de um plano amostral complexo, onde a pesquisa foi realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em dois estágios de seleção, com probabilidade proporcional ao total de domicílios ocupados no Censo, com estratificação dos setores urbanos, primeiramente, e dos domicílios com moradores ocupados como conta própria ou como empregadores com até cinco empregados (Almeida e Bianchini, 1998).

Para a Ecinf, a delimitação do âmbito do setor informal não se verifica pelo trabalhador individual ou pela ocupação que ele exerce, mas sim, pela unidade econômica, vista como unidade produtiva, sendo excluídas as unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo. As unidades são identificadas através dos proprietários de negócios informais que foram entrevistados nos domicílios em que moravam, a fim de que se investigassem as características de funcionamento da unidade produtiva.

Tal unidade pode ser operada por pequenos empregadores, com até cinco<sup>40</sup> empregados, ou pelo trabalhador por conta própria. As características

---

<sup>40</sup> Fixa o mesmo corte (até cinco funcionários) já adotado por diversos estudos sobre a economia informal (Ecinf, 2003).

principais destas unidades investigadas são: produção em pequena escala, baixo nível de organização, quase inexistência de separação entre capital e trabalho e falta de barreiras à entrada no mercado (Ecinf, 2003).

O setor informal, na Ecinf, refere-se ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal ou às relações que os proprietários mantêm com as autoridades públicas. O sentido da informalidade na economia informal urbana é a estrutura de funcionamento da unidade econômica, mas o grau de formalização dessas unidades pode ser apreendido por algumas variáveis que, entretanto, não são determinantes isoladamente para considerar a ocupação como informal (Souza, 2004).

A partir da definição de setor informal dada pela OIT, em que a unidade econômica é o ponto de referência da investigação empírica, torna-se possível investigar a diversidade da estrutura de funcionamento das empresas informais. As características de funcionamento dos estabelecimentos informais, tais como: nível de receita; posição do proprietário; local de funcionamento; mercado consumidor; controle de contas e constituição jurídica permitem que seja traçado um *continuum* de empresas com graus diferenciados de informalidade (Feijó *et al*, 2009).

A definição de uma unidade econômica como informal não depende da utilização de ativos fixos, nem da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) ou do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa. Na verdade, o caráter informal de uma determinada atividade refere-se à divisão técnica e social do trabalho, sendo que essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas em cada unidade econômica.

Indicadores de informalidade, como a ausência de registros, não servem de critério para a definição do informal e não são suficientes para determinar a natureza da informalidade. Embora seja útil para propósitos analíticos, esse critério não apresenta uma clara base conceitual e não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes (Ecinf, 2003).

O nível de formalização é indicado por variáveis como: regularização do negócio (constituição jurídica e registro junto às autoridades públicas), tipo de contabilidade adotada para registro das transações, composição do quadro de pessoal ocupado e local onde se desenvolve a atividade (Ecinf, 2003).

Com relação a esta última variável, o objetivo foi investigar se o trabalhador desenvolvia as atividades relativas ao negócio no próprio domicílio, fora do domicílio ou no domicílio e fora. Esta questão do local onde a atividade se desenvolve constitui-se na variável chave para este estudo. Torna-se possível dimensionar o trabalho baseado em domicílio, na economia informal urbana, a partir da consideração da empresa informal ou unidade econômica domiciliar.

Quando o local da atividade for fora do domicílio em que reside, então, considera-se a pessoa que trabalha fora de seu domicílio, seja em outro domicílio (do sócio ou de clientes), seja em loja, oficina, fábrica, escola, escritório, galpão, ou ainda, em veículo automotor ou em via ou área pública.

Outra variável importante para este estudo consiste na existência de local destinado exclusivamente ao desempenho da atividade. Esta variável foi destinada apenas aos que trabalhavam no próprio domicílio, para determinar a existência no domicílio ou no mesmo terreno do domicílio de algum local ou estrutura destinados exclusivamente ao desempenho do negócio ou se este era desempenhado no mesmo cômodo em que as atividades domiciliares eram realizadas.

As empresas informais que funcionam em domicílio apresentam um alto grau de informalidade e os seus proprietários têm maior probabilidade de estar em condições de precariedade e vulnerabilidade social e estão distantes das condições do trabalho decente <sup>41</sup> estabelecidas pela OIT.

O conceito de posição na ocupação mostra-se fundamental para a análise da informalidade, pois serve de referência à condição de trabalho dos

---

<sup>41</sup> Para a OIT são quatro os requisitos principais que determinam o trabalho decente, que incluem: emprego estável e protegido, seguridade social, direitos trabalhistas e diálogo social (Souza, 2004).

proprietários dos domicílios<sup>42</sup> selecionados pela amostra. A posição na ocupação fornece a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha, sendo possíveis algumas combinações de relações de trabalho também entre pessoas.

Dentre as posições na ocupação consideradas, destacamos primeiramente, o empregador definido como: a pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com, pelo menos, um empregado <sup>43</sup>. A classificação dos empregadores é feita em duas categorias: empregadores com até cinco empregados e empregadores com mais de cinco empregados, mas esta última categoria não é utilizada pela Ecinf.

A capacidade de empregar é fator importante na determinação da qualidade da empresa informal e na caracterização da heterogeneidade típica do setor informal. Há bastante heterogeneidade dentro das categorias ocupacionais, na medida em que nem todo trabalhador por conta própria apresenta uma situação de precariedade. O mesmo vale para os empregadores. Considerando-se a estrutura de funcionamento de empresas de trabalhadores por conta própria e empregadores de um mesmo ramo de atividade, há casos em que se verifica pouca diferença entre eles e situações em que trabalhadores por conta própria e empregadores exercem suas atividades em condições bastante diferentes (Feijó *et al*, 2009).

A outra posição na ocupação considerada é o trabalho por conta própria: pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. Não são

---

<sup>42</sup> Domicílio - é o local que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal (Ecinf, 2003).

<sup>43</sup> Pessoa que trabalhava para o empregador - pessoa física ou jurídica - geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios.

incluídos os trabalhadores domésticos e o trabalhador não remunerado<sup>44</sup> (pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários; conta própria ou empregador).

O trabalhador por conta própria em domicílio controla os instrumentos de trabalho, a matéria-prima e o produto final, além de se responsabilizar diretamente pelas etapas de produção e comercialização dos bens e serviços que presta para o mercado consumidor.

A posição na ocupação dos trabalhadores informais é um dado bastante importante para definir o bom funcionamento da atividade produtiva. Em geral, as empresas de trabalhadores por conta própria apresentam pior desempenho econômico, local de funcionamento da empresa mais precário, gerenciamento mais deficiente e maior ilegalidade do que as empresas informais dos empregadores. Isso significa que não se pode, ao analisar o setor informal, considerar de maneira equivalente essas duas características ocupacionais (Feijó *et al*, 2009).

A seguir, serão apresentados alguns gráficos elaborados a partir das informações disponibilizadas pela publicação da Ecinf 2003 e que se relacionam com a variável chave para este estudo: o domicílio como local onde a atividade se desenvolve. Vale considerar que os dados a seguir se referem ao Brasil, Sudeste, Rio de Janeiro e região metropolitana do Rio de Janeiro. As informações para o Sudeste e Brasil são mais ricas, pois também fornecem a composição das empresas informais domiciliares de acordo com o ramo de atividades.

De acordo com a tabela 3 abaixo, percebemos que mais de 27,3% dos negócios informais são desenvolvidos exclusivamente dentro do próprio

---

<sup>44</sup> Além do ajudante da unidade domiciliar, considera-se, também, como trabalhador não remunerado a pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiário.

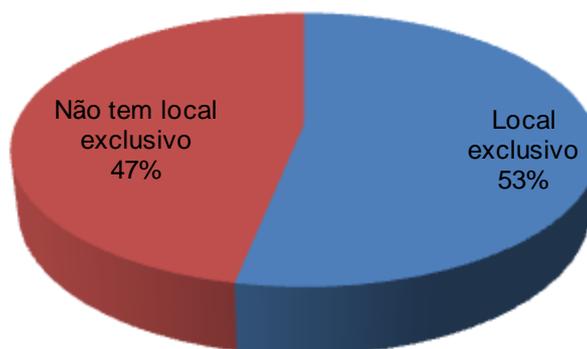
domicílio do trabalhador, sendo que este percentual aumenta para quase 35% quando consideramos as atividades que se realizam dentro e fora do domicílio.

Tabela 3 - Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o local de funcionamento Brasil - 2003						
Local de funcionamento	Empresas do setor informal					
	Total		Tipo de empresa			
			Conta própria		Empregador	
Total	10 335 962	100%	9 096 912	88,0%	1 239 050	12,0%
<b>Só no domicílio</b>	<b>2 817 152</b>	<b>27,3%</b>	<b>2 602 584</b>	<b>25,2%</b>	<b>214 568</b>	<b>2,1%</b>
Só fora do domicílio	6 728 809	65,1%	5 748 692	55,6%	980 117	9,5%
No domicílio e fora do domicílio	788 521	7,6%	744 155	7,2%	44 366	0,4%
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.						

Segundo as informações da tabela acima, percebe-se que dos 27,3% das empresas informais localizadas em domicílio, cerca de ¼, ou 25,2% destas são operadas pelo trabalhador por conta própria em domicílio e apenas 2,1% são operadas por empregadores em domicílio.

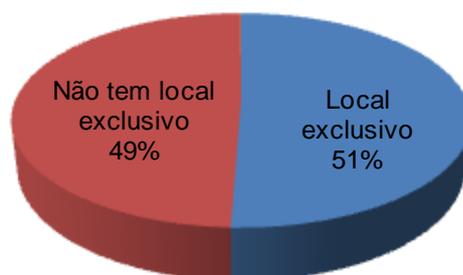
Nos três gráficos a seguir, são apresentadas as informações sobre as unidades econômicas domiciliares segundo a existência de local exclusivo para o desempenho da atividade. No gráfico 3, a informação é sobre as unidades domiciliares sem a desagregação por posição na ocupação e nos gráficos 4 e 5 a seguir, as informações são selecionadas para os conta próprias e os empreendedores respectivamente.

**Gráfico 3: Unidade econômica domiciliar segundo existência de local exclusivo**



Fonte: IBGE, ECINF 2003.

**Gráfico 4: Unidade econômica domiciliar operada por conta própria segundo existência de local exclusivo**



Fonte: IBGE, ECINF 2003.

### **Gráfico 5: Unidade econômica domiciliar operada por empregador segundo existência de local exclusivo**



Fonte: IBGE, ECINF 2003.

Quanto à existência ou não de local exclusivo para a realização da atividade dentro do domicílio ou em estrutura do terreno onde o domicílio está situado, percebemos que mais da metade (53%) das unidades econômicas domiciliares possuem local exclusivo. Porém, quando olhamos separadamente de acordo com a posição na ocupação, percebemos que os empregadores, em 84% dos casos, possuem local exclusivo no domicílio para o desenvolvimento da atividade, enquanto que os trabalhadores por conta própria estão bem divididos, com 51% de trabalhadores com local exclusivo.

Esta diferença entre conta própria e empregador é compreensível uma vez que os empregadores precisam disponibilizar o espaço físico para a produção ou prestação do serviço aos seus empregados. Este resultado mostra que há um relativo grau de investimento dos empregadores com capital fixo e variável em suas unidades produtivas domiciliares e que, de certa forma, o trabalhador mostra-se mais propenso a separar, com local exclusivo, o trabalho das atividades do convívio domiciliar.

Nas tabelas a seguir, as informações do trabalho baseado em domicílio no Brasil até a menor escala geográfica de análise possível na Ecinf: a região metropolitana, que no caso refere-se à RMRJ. A escolha por essa escala geográfica, que parte do Brasil, Sudeste, RJ (UF) e RMRJ, pode ser justificada pelo interesse na dinâmica do mercado de trabalho na RMRJ que sofreu

profundamente com as transformações socioeconômicas, o processo de desindustrialização e implementação da agenda neoliberal, ao longo da década de 1990.

Na tabela 4, é apresentado o percentual das empresas informais em domicílio sobre o total de todas as empresas da economia informal urbana, além da participação segundo a posição na ocupação do proprietário no Brasil Sudeste, Rio de Janeiro e região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Tabela 4: empresas informais com funcionamento somente em domicílio segundo a posição na ocupação, 2003.

	Total		Conta própria		Empregador	
Brasil	2 817 152	27%	2 602 584	92%	214 568	8%
Região Sudeste	1 148 711	25%	1 068 020	93%	80 691	7%
Rio de Janeiro (UF)	228 407	26%	217 312	95%	11 096	5%
Região metropolitana do Rio de Janeiro	180 030	27%	171 403	95%	8 627	5%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

As empresas informais com local de funcionamento em domicílio variam entre 25% e 27% do total de todas as empresas informais em cada região escolhida. Os trabalhadores por conta própria dominam o trabalho baseado em domicílio e este fato pode ser verificado pela análise da Ecinf, onde 92% no Brasil e 95% na RMRJ das empresas informais domiciliares são de proprietários por conta própria.

A expressiva participação dos proprietários por conta própria é ainda maior no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana, onde apenas 5% dessas empresas informais domiciliares são empregadoras, enquanto que para o Brasil esse percentual aumenta para 8%.

Na tabela 5, a seguir, percebe-se que as empresas informais domiciliares operadas pelos trabalhadores por conta própria apresentam uma

divisão equilibrada quanto à existência de local exclusivo no domicílio para o desempenho da atividade econômica. As regiões consideradas apresentam percentual semelhante, cerca de 50% dessas empresas não tinham local exclusivo nessas regiões, o que pode indicar uma situação de precariedade do trabalhador baseado em domicílio por conta brasileiro que tende a não separar as atividades domésticas do espaço profissional.

Tabela 5: empresas operadas pelo trabalhador por **conta própria** com funcionamento somente em domicílio segundo a existência de local exclusivo, 2003.

	Total	Local exclusivo		Sem local exclusivo	
Brasil	2.602.584	1 316 690	51%	1 284 845	49%
Região Sudeste	1.068.020	542 183	51%	525 837	49%
Rio de Janeiro (UF)	217.312	104 201	48%	113 110	52%
Região metropolitana do Rio de Janeiro	171.403	85 009	50%	86 394	50%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Na tabela 6, constata-se que as empresas informais operadas pelos empregadores apresentam um percentual expressivo de local exclusivo para o desempenho da atividade, com 84% dessas possuindo um local exclusivo no Brasil. O estado do Rio de Janeiro apresentou números mais baixos de empresas domiciliares com local exclusivo.

Tabela 6: empresas operadas por **empregadores** com funcionamento somente em domicílio segundo a existência de local exclusivo, 2003.

	Total	Local exclusivo		Sem local exclusivo	
Brasil	214.568	179 444	84%	34 155	16%
Região Sudeste	80.691	62 157	77%	17 668	22%
Rio de Janeiro (UF)	11.096	8 240	74%	2 856	26%
Região metropolitana do Rio de Janeiro	8.627	7 203	83%	1 424	17%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Na tabela 7, constatamos que das mais de 2,8 milhões de empresas informais domiciliares captadas pela Ecinf 2003 no Brasil, 41% estão no Sudeste, com 92% sendo operadas pelo trabalhador por conta própria e 8%, operadas por empregadores. No estado do Rio de Janeiro estão 8% do total dos trabalhadores baseados em domicílio no Brasil e 6% estão em sua região metropolitana.

Tabela 7: localização das empresas informais domiciliares , 2003

	Participação	%
Brasil	<b>2 817 152</b>	
Sudeste	1 148 711	41%
RJ (UF)	228 407	8%
RMRJ	180 030	6%

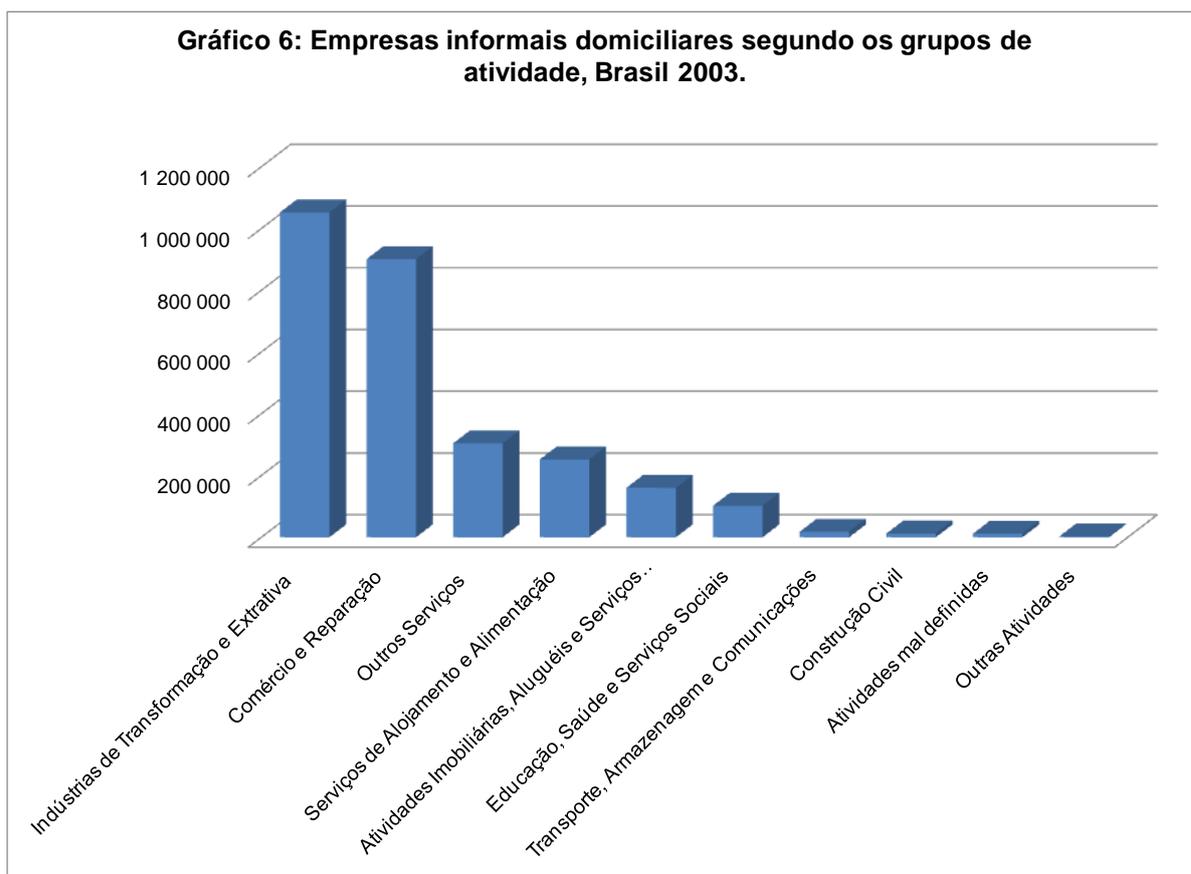
Fonte: Ecinf 2003

A análise das tabelas apresentadas anteriormente sobre o trabalho baseado em domicílio, pela ótica da Ecinf 2003, mostra que a dinâmica das empresas informais domiciliares operadas por trabalhadores por conta própria é mais expressiva no estado do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana quando comparamos com Brasil e sudeste. No Rio de Janeiro, são maiores os indicadores de precariedade, da economia informal urbana, verificados pelas variáveis: posição na ocupação por conta própria e existência de local exclusivo.

Finalmente, nos dois próximos gráficos, são apresentadas as empresas informais domiciliares, segundo os grupos de atividades, apenas para Brasil e região sudeste uma vez que não foram divulgados os resultados por unidade da federação e nem por regiões metropolitanas pela Ecinf 2003.

No gráfico 6, os resultados são para o Brasil e percebemos que os grupos de atividade mais representativos são a indústria de transformação e extrativa e o comércio e reparação. As atividades que se destacam em

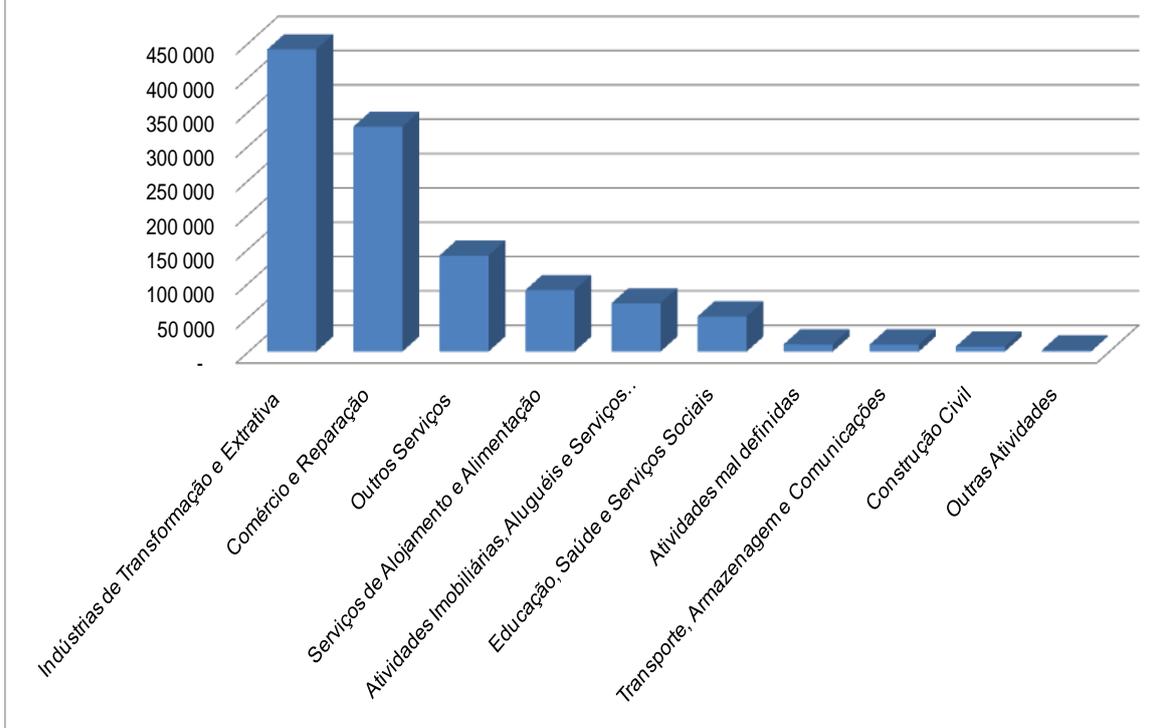
segundo plano são: outros serviços sociais e pessoais e serviços de alojamento e alimentação. Em um terceiro patamar aparecem as atividades imobiliárias e educação, saúde e outros serviços sociais. Com baixíssima representatividade aparecem os grupos: transporte, armazenagem e comunicações, construção civil, atividades mal definidas e outras atividades.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003

No gráfico 7, os resultados e as proporções da distribuição das empresas informais domiciliares, segundo os grupos de atividades para o sudeste, são muito parecidos com os resultados apresentados pelo Brasil, sobretudo com relação à supremacia das atividades de indústria de transformação e extrativa e comércio e reparação. Até porque a região sudeste responde com mais de 40% da força de trabalho baseado em domicílio no Brasil sob a ótica da ECINF 2003.

**Gráfico 7: Empresas informais, por grupos de atividade, funcionando só em domicílio, Região Sudeste - 2000.**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Porém, ao compararmos Brasil e sudeste, percebemos uma proporção mais bem equilibrada nesta região entre as atividades: serviços de alojamento e alimentação, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas e educação, saúde e outros serviços sociais. Além disso, na região sudeste, as atividades mal definidas<sup>45</sup> aparecem com um percentual superior às atividades: transporte, armazenagem e comunicações e construção civil

<sup>45</sup> Um percentual elevado do grupo atividades mal definidas constitui-se em um indicador de que as empresas informais domiciliares estão em condições de precariedade.

## **Capítulo 4: Análise sociodemográfica e de gênero do trabalho baseado em domicílio por conta própria no Brasil de 1992 a 2008.**

Este capítulo destina-se à análise empírica do trabalho baseado em domicílio a partir dos microdados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad. A disponibilidade desses microdados no Banco Multidimensional de estatísticas (BME) permite uma análise temporal<sup>46</sup> desde 1992 até 2008.

A variável selecionada para mensurar o trabalho baseado em domicílio é: trabalho principal, local da ocupação. Tal variável busca investigar o tipo de local ou tipo de empreendimento onde a pessoa ocupada na semana de referência exercia seu trabalho, remunerado ou não. A classificação que interessa a esta pesquisa e que serve como filtro para a sistematização das informações é: no domicílio em que morava.

O objetivo inicial do capítulo é dimensionar a participação, por posição na ocupação, do trabalhador baseado em domicílio na população economicamente ativa (PEA)<sup>47</sup>. Investigar qual a posição na ocupação segundo o sexo do trabalhador baseado em domicílio permite um diálogo com a abordagem teórica feita nos capítulos iniciais desta dissertação. A participação expressiva do trabalhador por conta própria em domicílio, com as informações desagregadas entre homens e mulheres, permite a análise comparativa entre os sexos<sup>48</sup> nesta posição na ocupação.

---

<sup>46</sup> Nos anos de 1994 e 2000 a Pnad não foi realizada, não havendo, portanto informações para esses dois períodos na análise evolutiva.

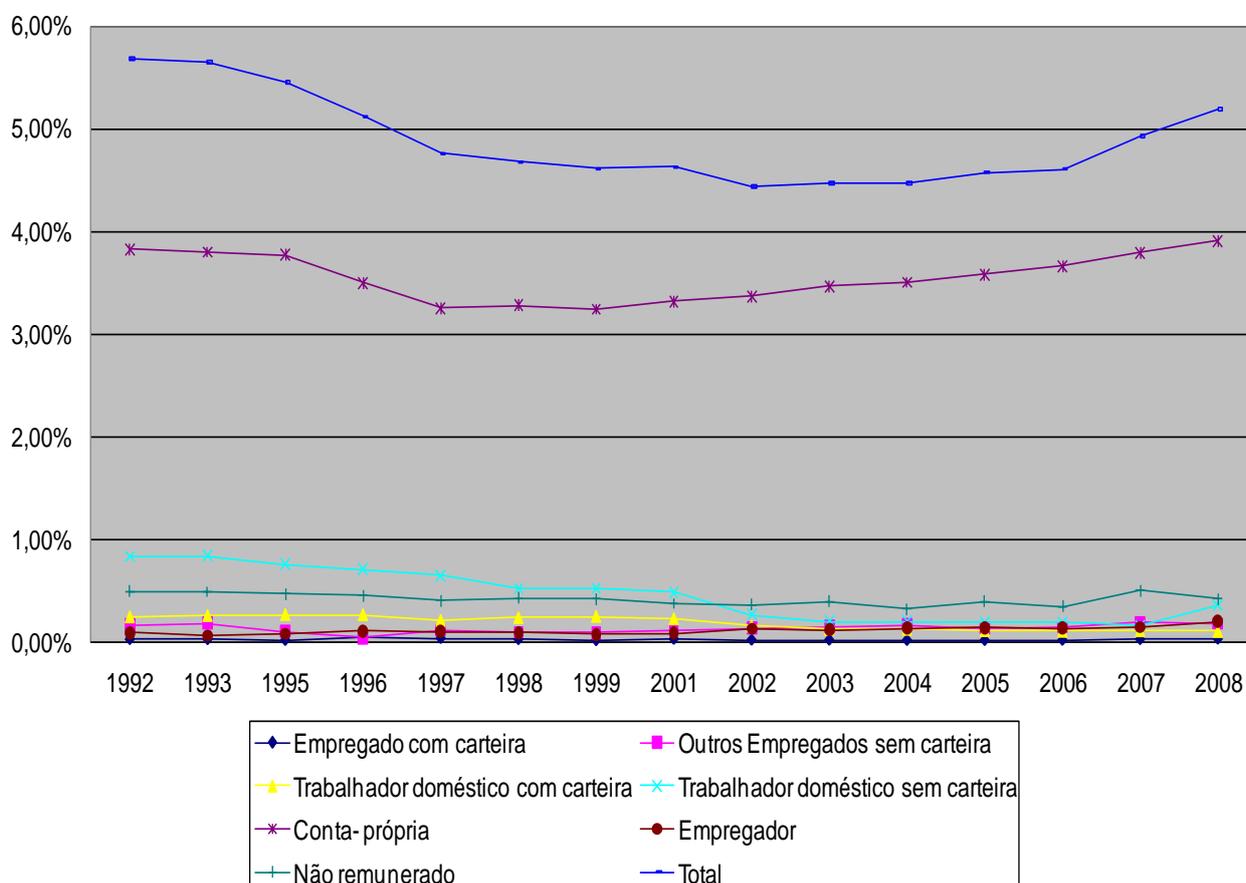
<sup>47</sup> Na Pnad, a População Economicamente Ativa (PEA) pode ser apreendida pela variável: Condição de atividade, que investiga a condição econômica de atividade da pessoa na semana de referência da pesquisa. A informação é classificada pelas seguintes opções: 1 - Economicamente ativa: pessoa que, no período de referência, exerceu trabalho remunerado, trabalho não remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou tomou alguma providência para conseguir trabalho. 2 - Não economicamente ativa: pessoa que, no período de referência, não exerceu trabalho remunerado, trabalho não remunerado ou trabalho na produção para o próprio consumo e não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho.

<sup>48</sup> As variáveis escolhidas para traçar o perfil do trabalhador baseado em domicílio por conta própria entre homens e mulheres foram: faixa etária, idade média, cor/raça, condição no

## 4.1. Trabalho baseado em domicílio por posição na ocupação

No gráfico 1, é apresentada a participação, em percentual, na PEA das posições na ocupação do trabalhador baseado em domicílio no Brasil, no período de 1992 a 2008.

Gráfico 1: Trabalhador baseado em domicílio, por posição na ocupação, em função da População economicamente ativa (PEA), Brasil - 1992 a 2008.



Fonte: Banco Multidimensional de Estatística (BME), Pnad.

domicílio, anos de estudo, rendimento mensal domiciliar, ramo de atividade e contribuição previdenciária.

As posições na ocupação<sup>49</sup> consideradas pela Pnad do trabalhador baseado em domicílio são: empregado com carteira, trabalhador doméstico sem carteira, trabalhador não remunerado, outros empregados sem carteira, conta própria, trabalhador doméstico com carteira e empregador. Os dados revelam que o trabalho por conta própria é a posição na ocupação mais expressiva do trabalho baseado em domicílio.

A participação do trabalhador baseado em domicílio por conta própria na PEA variou entre 3% a 4%, seguindo uma tendência parecida com a participação total onde todas as posições na ocupação são somadas. A linha total refere-se ao trabalhador baseado em domicílio como um todo, sem especificar sua posição na ocupação. No período considerado a participação do trabalhador baseado em domicílio na PEA variou entre 4% a 6%.

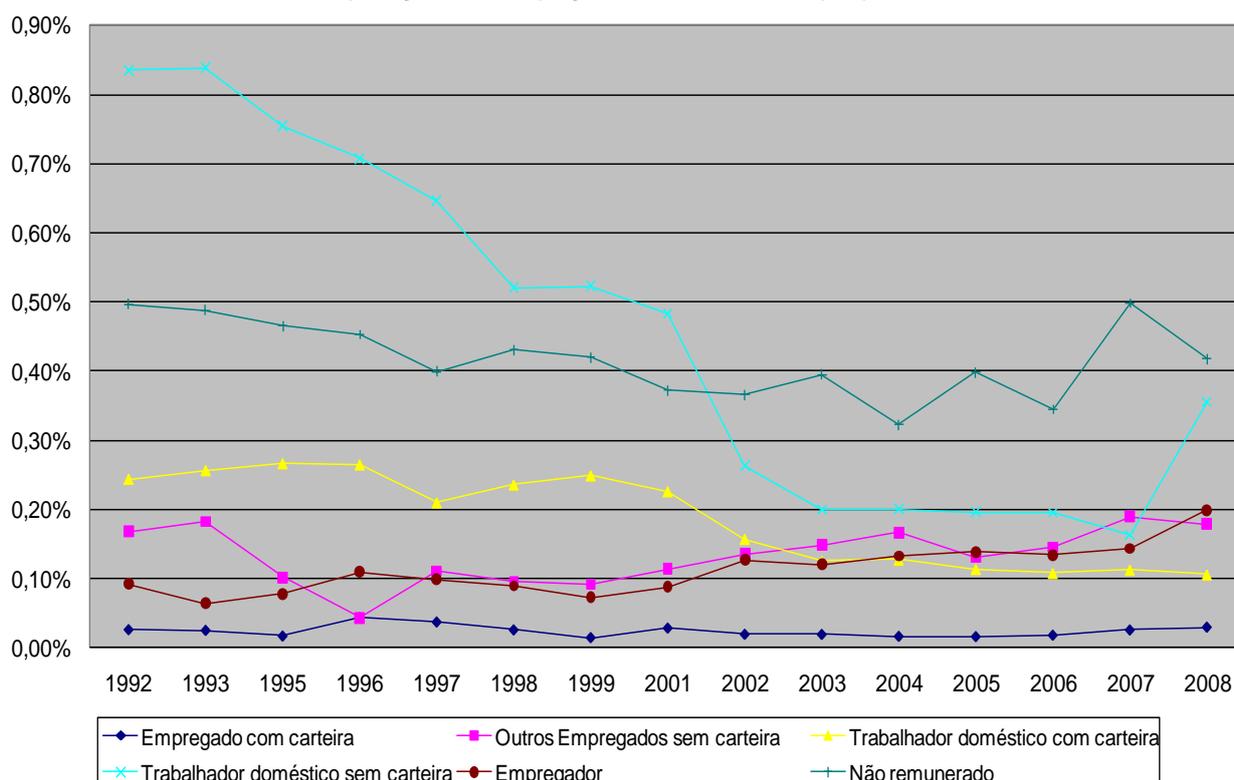
Importante destacar que a posição por conta própria inicia o período, em 1992 a 1995, com uma pequena queda seguida por outra queda mais acentuada até 1997. Após passar por dois anos de estabilidade, em 1999 até 2008 houve um crescimento constante da participação do trabalhador baseado em domicílio por conta própria na PEA. Esta proporção de conta própria no trabalho baseado em domicílio apresenta uma evolução diferente do total das ocupações, onde a linha total segue variando muito pouco de 1997 até 2006, quando se inicia um crescimento até 2008.

---

<sup>49</sup> Na Pnad, a variável Trabalho principal, posição na ocupação considera a posição na ocupação da pessoa de 10 anos ou mais de idade no trabalho que tinha na semana de referência, em empreendimento de atividade não incluída no ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, e psicultura e nem nos seus serviços auxiliares. As informações classificadas pelo trabalho baseado em domicílio são: 1 – Empregado: pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). 2 - Trabalhador doméstico: Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares; 3 - Conta-própria: Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado; 4 – Empregador: Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; 5 - Trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar: Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: conta-própria ou empregador.

O gráfico 2 a seguir apresenta a variação das posições na ocupação que serão desconsideradas na análise nesta dissertação. Essas posições têm participações, em porcentagem, na PEA que variam de 0 a 1% no período considerado com dinâmicas distintas, mas com pouca influência sobre a trajetória do trabalho baseado em domicílio.

Gráfico 2: Participação do trabalhador baseado em domicílio na PEA, por posição na ocupação excluído conta própria



Acima, percebe-se que o trabalhador doméstico sem carteira apresenta a maior queda em todo período considerado, embora de 2007 a 2008 tenha havido um crescimento considerável. O trabalhador doméstico com carteira também tem sua participação reduzida na PEA no período, mas com uma variação pequena neste declínio.

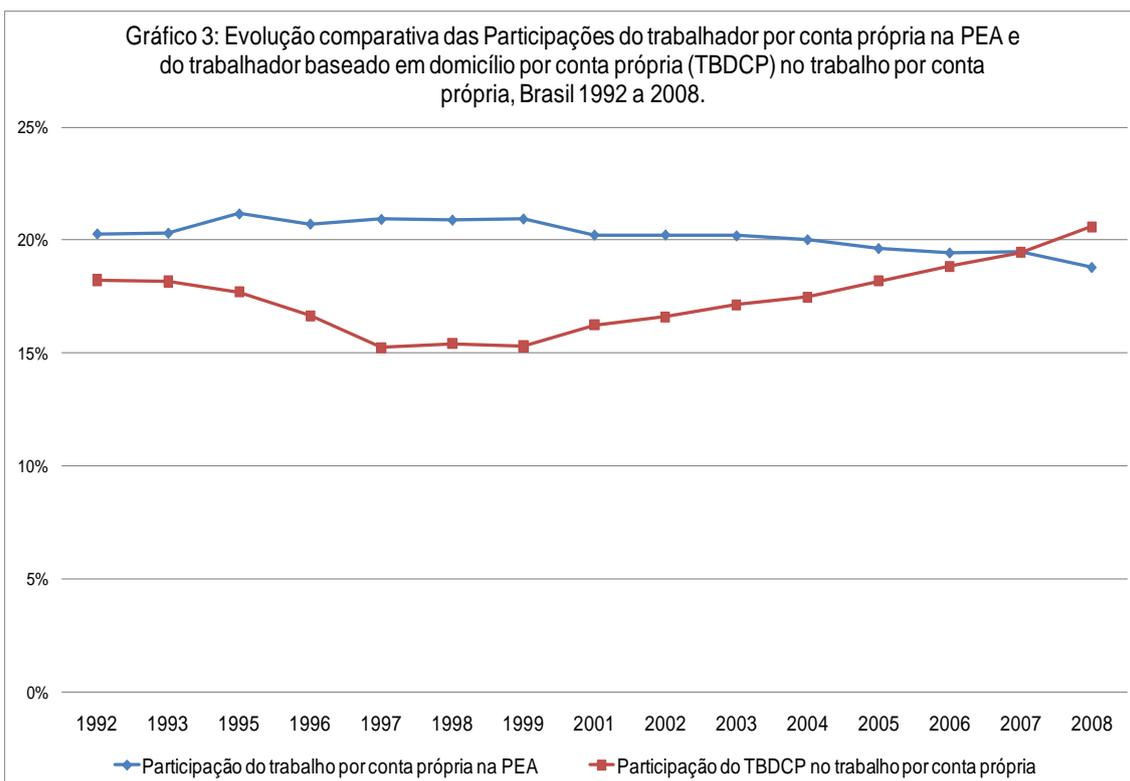
Se for desconsiderado os não remunerados e os trabalhadores domésticos, cujo domicílio é o mesmo do empregador, obtém-se as posições na ocupação que compõem o trabalho baseado em domicílio pautado pelas

relações de dependência distintas ao empregador ou independência e autonomia, como é o caso dos empregadores e conta própria. Os empregados com carteira e outros empregados sem carteira representam a figura do trabalhador a domicílio, aquele que mantém algum tipo de relação trabalhista com empregador.

As posições que apresentaram crescimento da participação na PEA no período de 1992 a 2008 foram: empregadores e outros empregados sem carteira. Os empregados com carteira apresentaram uma participação bem linear com pouca variação no período e os trabalhadores não remunerados apresentaram uma variação oscilando em torno de 0,4% da PEA.

Desta forma, constata-se que, no que tange à ocupação, o trabalhador por conta própria domina o trabalho baseado em domicílio e apresenta um crescimento constante em sua participação na PEA a partir de 1999. Por este motivo, este capítulo se concentrará na análise do Trabalhador Baseado em Domicílio por conta própria.

Neste sentido, no gráfico 3, é apresentada a participação do Trabalhador Baseado em Domicílio por Conta Própria (TBDCP) no universo dos trabalhadores por conta própria e a participação de todos os trabalhadores por conta própria na PEA. O objetivo é entender como evoluiu a participação do TBDCP em proporção ao trabalho por conta própria como um todo e como esse evoluiu dentro da PEA no período considerado.



Fonte: BME, Pnad.

Com relação à participação dos trabalhadores por conta própria na PEA, percebe-se uma redução pequena de 21,2%, em 1995, a 18,8%, em 2008. Ou seja, cerca de 20% da população economicamente ativa no Brasil, no período considerado, era de trabalhadores por conta própria que inicia o período em ascensão, até 1995, depois se mantém estável até 1999, quando assume uma trajetória de ligeira queda até 2008, quando assume o nível mais baixo.

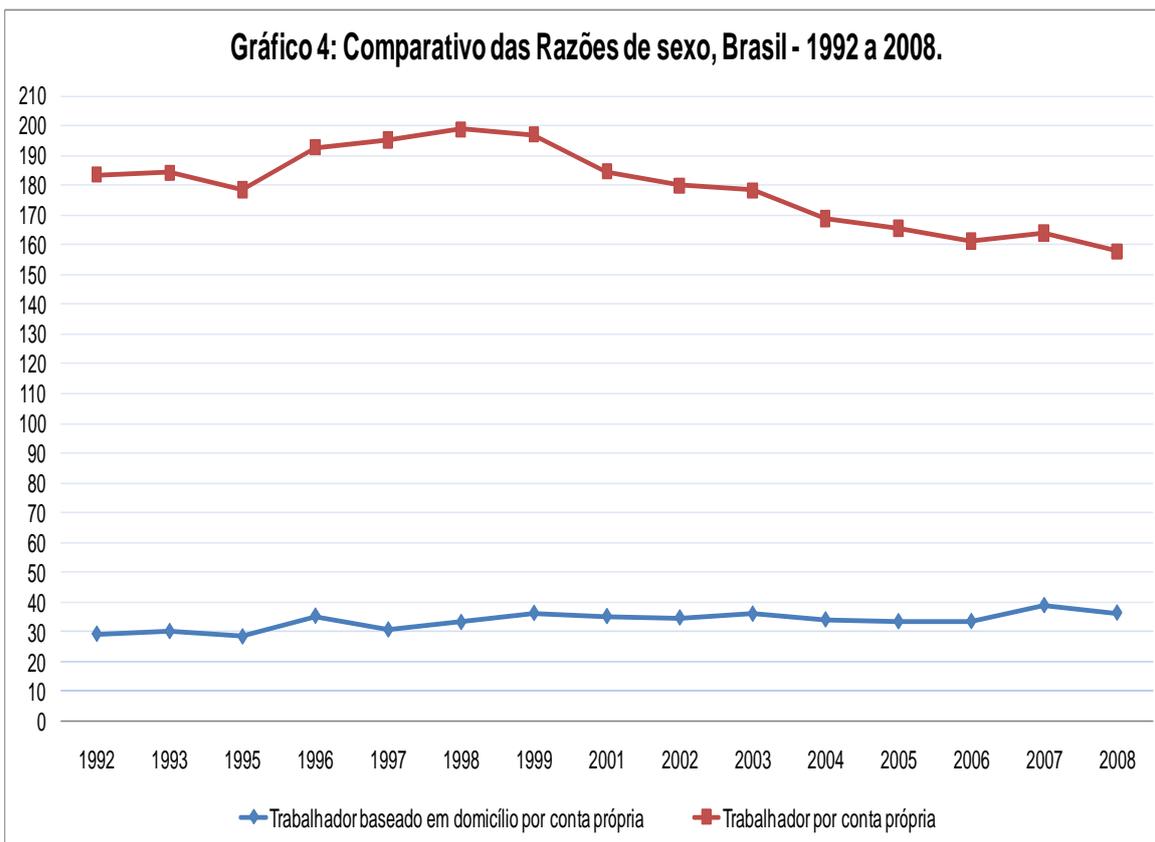
A participação do TBDCP entre os trabalhadores por conta própria na PEA inicia o período em queda, sendo que em 1992, 18% dos trabalhadores por conta própria no Brasil estavam baseados em domicílio. Em 1997, esta participação reduz para 15%. De 1997 a 1999 a participação se mantém relativamente estável, ainda em torno dos 15%, mas a partir daí, há um crescimento constante de trabalhadores por conta própria baseados em domicílio, quase atingindo a marca de 21% sobre o total do trabalho por conta própria. Ou seja, cada vez mais trabalhadores por conta própria estão baseando-se em domicílio.

Desta forma, a posição na ocupação preponderante do trabalho baseado em domicílio é o conta própria, como visto anteriormente e essa participação pode crescer nos próximos anos. O gráfico acima revela que o crescimento de trabalhadores por conta própria baseados em domicílio vem acompanhado de uma redução da participação dos trabalhadores por conta própria na PEA, sendo que em 2007, as linhas se cruzam.

## **4.2. Razão de sexo do Trabalho Baseado em Domicílio por Conta Própria**

Para se analisar o diferencial na participação de homens e mulheres no trabalho por conta própria geral e baseado em domicílio, no Brasil, utilizou-se a razão de sexos que expressa o número de homens para cada 100 mulheres e é obtida pela divisão do número de homens pelo número de mulheres multiplicado por 100.

O gráfico 4 apresenta o comparativo entre as razões de sexos para trabalhadores por conta própria (TCP) e trabalhadores baseados em domicílio por conta própria (TBDCP). A razão 100 indica uma igualdade entre os sexos em uma determinada população, os valores maiores que 100 indicam uma superioridade da população masculina e os valores menores, uma superioridade feminina.



Fonte: BME, Pnad.

O gráfico acima revela que os homens dominam o trabalho por conta própria, mas quando este trabalho por conta própria é baseado em domicílio, são as mulheres que passam a dominar significativamente. A linha azul mostra a evolução da razão de sexo para os TBDPC: em 1992 havia 29 homens para cada 100 mulheres e esta proporção cresce lentamente até 2008, quando a razão de sexos foi de 36 homens para cada 100 mulheres. Ou seja, a cada três mulheres, há um homem no trabalho por conta própria baseado em domicílio.

A linha vermelha apresenta a razão de sexos para os trabalhadores por conta própria. A participação masculina, embora venha declinando no período, ainda é superior a feminina. Em 1992, a razão era de 183 homens para cada 100 mulheres. Ela se mantém relativamente estável até 1995, mas a partir daí cresce até 1998, quando atinge a marca de 199 homens para cada 100 mulheres, ou seja, o dobro. Já em 1999 a razão de sexos dos trabalhadores por conta própria começa a declinar até 2008, quando atinge a razão de 158 homens para cada 100 mulheres, demonstrando que a superioridade

masculina em relação à feminina no trabalho por conta própria é menor que a superioridade feminina no trabalho por conta própria baseado em domicílio.

### **4.3. Análise descritiva das características sociodemográficas do Trabalho Baseado em Domicílio por Conta Própria entre os sexos**

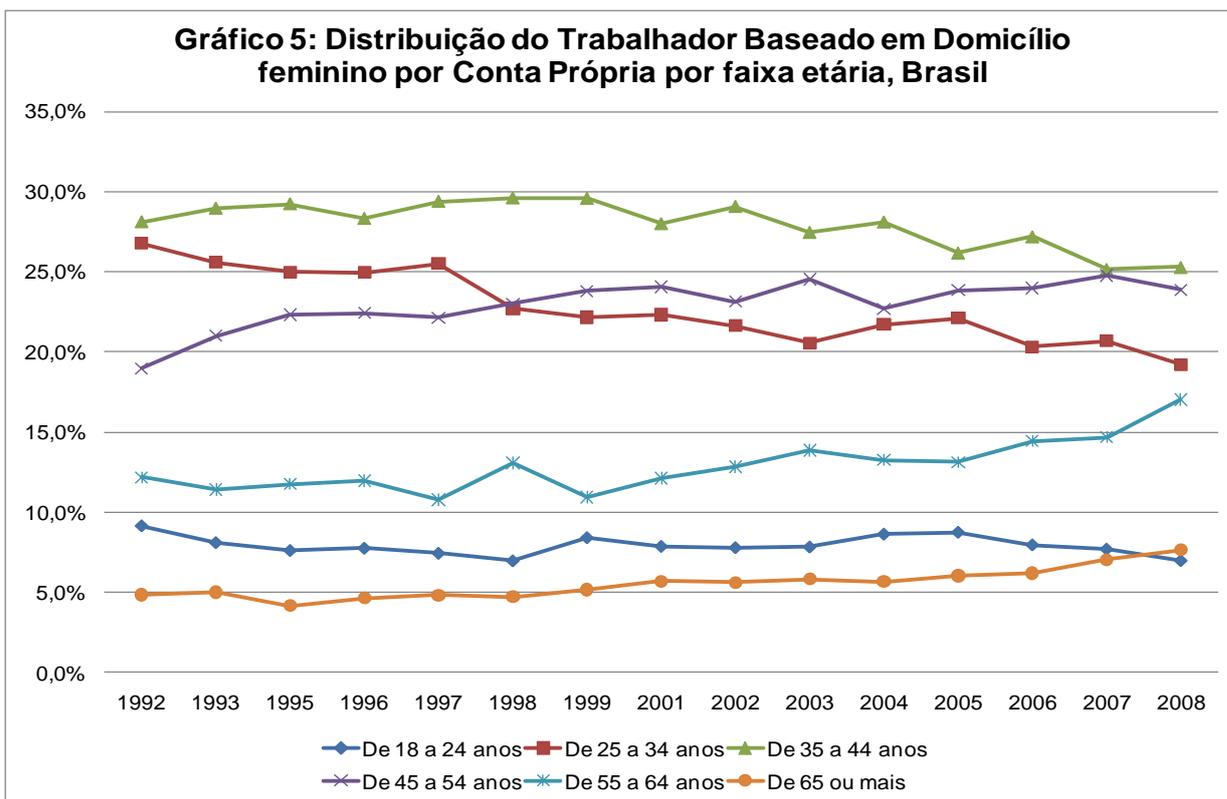
O domínio feminino no trabalho baseado em domicílio por conta própria, constatado pelos dados da Pnad e abordado pela literatura anteriormente, direciona a análise descritiva neste tópico, desagregando as variáveis sociodemográficas para homens e mulheres. O objetivo é identificar as diferenças da ocupação do trabalho principal por conta própria em domicílio entre os sexos para compreender como a divisão sexual e de gênero do trabalho diferencia o trabalho baseado em domicílio por conta própria feminino e masculino.

#### **4.3.1. Faixa etária**

O gráfico 5 a seguir apresenta a evolução da trajetória da faixa etária<sup>50</sup> feminina do trabalho baseado em domicílio por conta própria no Brasil.

---

<sup>50</sup> As classes de idade são as consideradas a partir dos 18 anos, pois nesta dissertação não é abordada a questão do trabalho baseado em domicílio infantil que requer uma abordagem teórica específica.

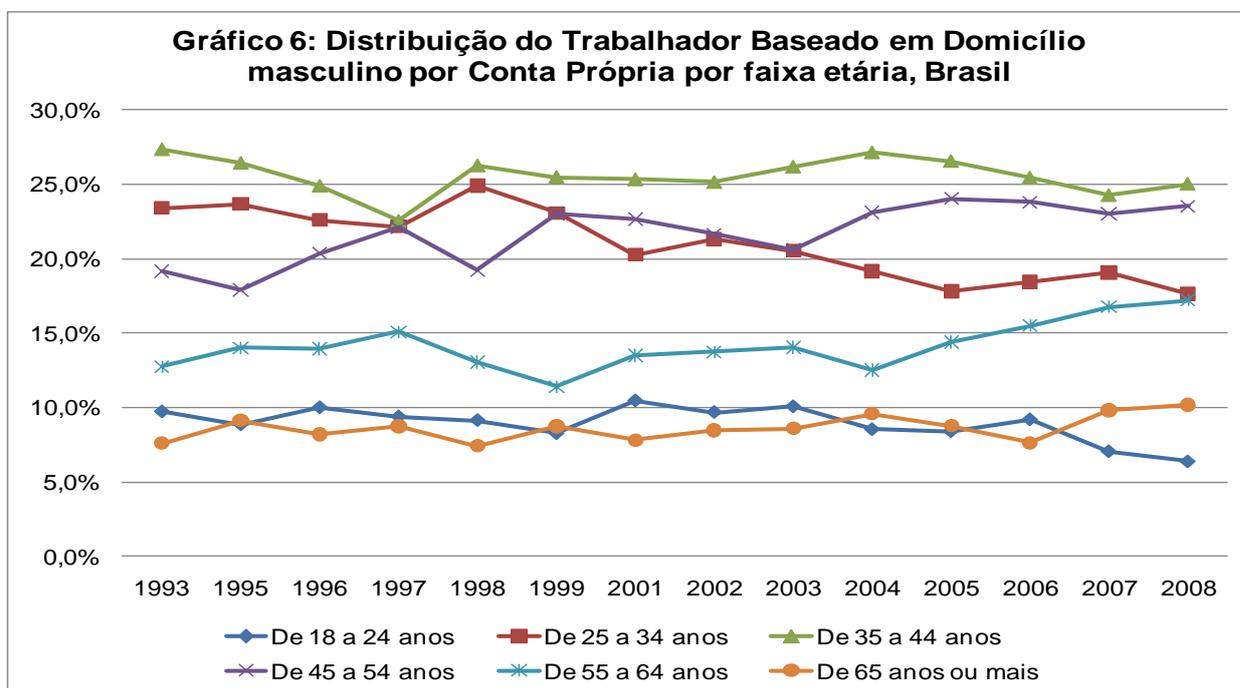


Fonte: BME, Pnad.

A análise da distribuição das classes de idade ao longo do período revela que as três classes mais novas (18 a 24, 25 a 34, e 35 a 44 anos) tiveram uma pequena redução em sua participação enquanto que as três classes mais velhas (45 a 54, 55 a 64 e 65 anos ou mais) tiveram crescimento em sua participação.

O perfil etário da trabalhadora baseada em domicílio por conta própria envelheceu de 1992 a 2008 no Brasil. Em 1992, mais da metade dessas trabalhadoras estavam representadas por duas faixas somadas, entre 25 a 44 anos. Em 2008 quase 50% delas estavam entre outras duas faixas de 35 a 54 anos. A faixa etária de destaque com a maior participação, mesmo com declínio a partir de 1999, é a de 34 a 45 anos. Em 2008, 25% dessas trabalhadoras tinham esta faixa de idade. Outra faixa que teve crescimento considerável a partir de 1997, quando tinha 10,8%, foi a faixa de 55 a 64 anos, representando 17% do total ao final do período.

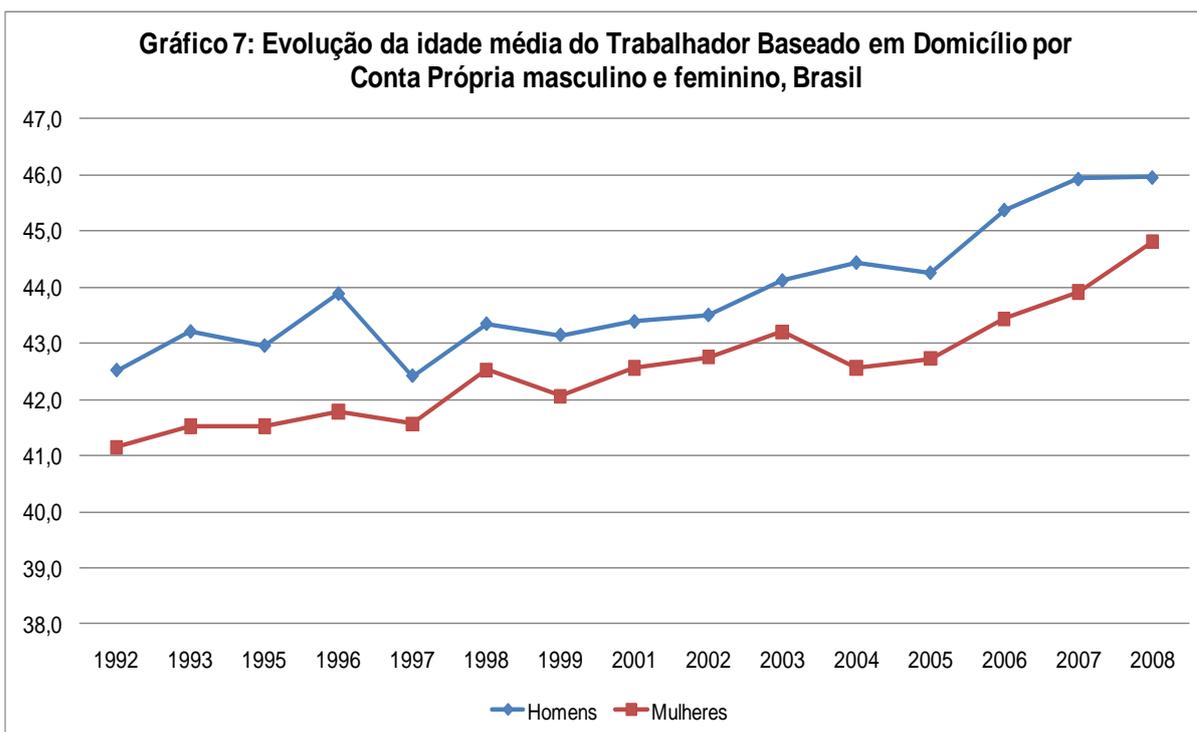
O gráfico 6 apresenta a participação por faixa etária do trabalhador baseado em domicílio por conta própria masculino no Brasil.



Fonte: BME, Pnad.

A distribuição por faixa etária masculina revela um quadro muito parecido com o feminino onde a faixa mais representativa no período é a mesma, de 35 a 44 anos, e as três faixas mais velhas aumentam sua participação e as três faixas mais novas diminuem. Há também um envelhecimento do trabalhador ao longo do período, sendo que os trabalhadores masculinos têm maior representatividade nas faixas mais senis, inclusive na de 65 anos ou mais, indicando que eles são mais velhos que as mulheres quando estão desempenhando trabalho por conta própria em seus domicílios.

No gráfico 7, é apresentada a evolução da idade média no período para homens e mulheres, onde percebemos que de fato, os trabalhadores baseados em domicílio por conta própria masculino no Brasil têm idade média maior que o feminino, em todo o período, entre um a dois anos mais velhos que as mulheres. Também é visível o processo de envelhecimento com o aumento de idade contínuo para ambos os sexos.



Fonte: BME, Pnad.

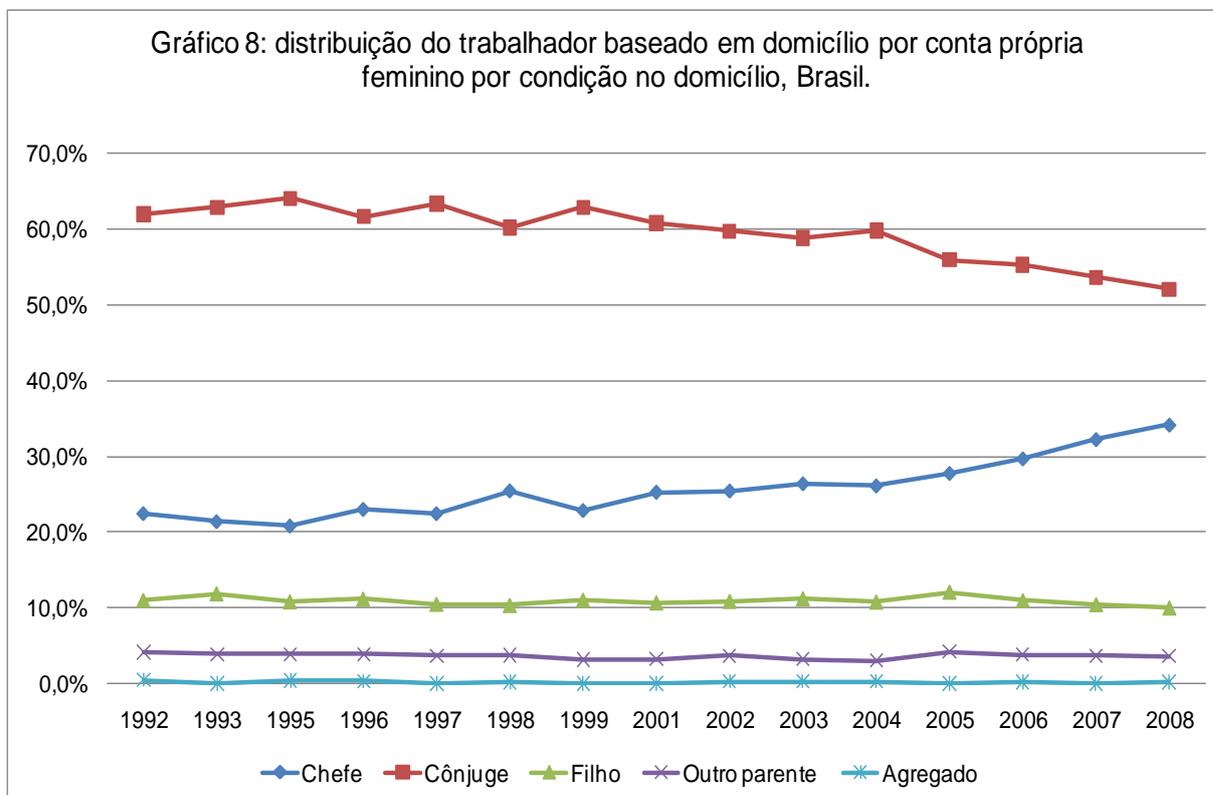
### 4.3.2. Condição no domicílio

A seguir será apresentada a variável condição no domicílio<sup>51</sup> que está plenamente de acordo com a abordagem teórica que estuda o trabalho baseado em domicílio pela lógica da divisão sexual e de gênero do trabalho. As mulheres culturalmente tendem a se manter em ocupações complementares de renda na família e por isso estão sobre-representadas em atividades precarizadas.

---

<sup>51</sup> A variável Condição no domicílio Corresponde à relação de convivência entre cada morador e o responsável pela unidade domiciliar. As informações relativas ao trabalhador baseado em domicílio por conta própria, captadas pela Pnad, são classificadas em: 1 - Pessoa de referência ou chefe (pessoa responsável pela unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores); 2 - Cônjuge (pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência na unidade familiar, existindo, ou não, vínculo matrimonial); 3 - Filho (pessoa que é filha, enteada, filha adotiva ou de criação da pessoa de referência na unidade domiciliar ou do seu cônjuge); 4 - Outro parente (pessoa que tiver qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência na unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive aqueles relacionados anteriormente); 5 - Agregado (pessoa que não é parente da pessoa de referência na unidade domiciliar ou do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação na unidade domiciliar);

No gráfico 8, apresenta-se a distribuição feminina no trabalho baseado em domicílio por conta própria pela condição no domicílio.



Fonte: BME, Pnad.

A análise do gráfico acima revela que as três condições menos expressivas representadas por: filho, outro parente e agregado permanecem com pouquíssima variação ao longo do período, seguindo praticamente constante. Cerca de 10% dessas trabalhadoras, no período, são filhas na condição no domicílio em que residem e trabalham.

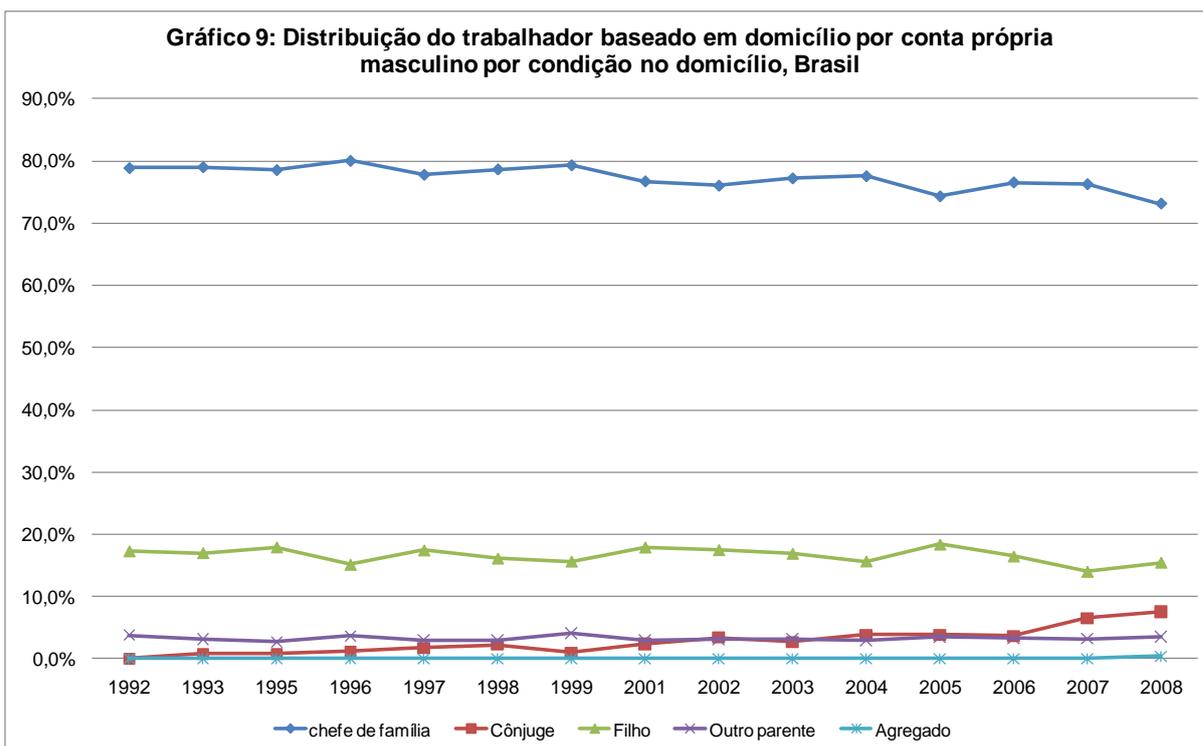
Percebe-se ainda que as mulheres, em sua maioria, desempenham o papel de cônjuge no domicílio, 62% em 1992 baixando para os 52% em 2008, enquanto que as chefes iniciaram com 22% e terminaram com 34%. O aumento da participação de trabalhadoras baseadas em domicílio por conta própria que são chefes em seus domicílios aponta um ponto importante de investigação.

As atividades dos cônjuges são consideradas inferiores em rendimento às atividades dos chefes no orçamento familiar. A divisão de gênero do trabalho, que culturalmente relaciona as mulheres às atividades de pouco reconhecimento social, dificulta a passagem da mulher da condição de cônjuge para a de chefe do domicílio.

No trabalho baseado em domicílio por conta própria essa situação fica ainda mais evidente, pois elas são coadjuvantes em seu próprio negócio. As atividades teoricamente tendem a não ser bem sucedidas, pois sendo atividades complementares da renda familiar, a cultura patriarcal tende a não aceitar a prosperidade das atividades econômicas femininas.

As informações do gráfico 8 podem estar indicando um cenário de mudança nesta perspectiva da desigualdade de gêneros no domicílio no Brasil. Mas o crescimento de chefes pode ser explicado não só pelo sucesso destas atividades femininas, mas também pela dificuldade dos maridos das trabalhadoras baseadas em domicílio por conta própria no mercado de trabalho.

O gráfico 9 apresenta as informações sobre a distribuição na condição no domicílio masculina de trabalhadores por conta própria baseados em domicílio. Nota-se a preponderância absoluta de chefes de domicílio que iniciaram o período em 1992 com quase 80% sobre o total. A partir de 1999 há uma diminuição gradativa na participação dos chefes que terminam o período com 73% do total.



Fonte: BME, Pnad.

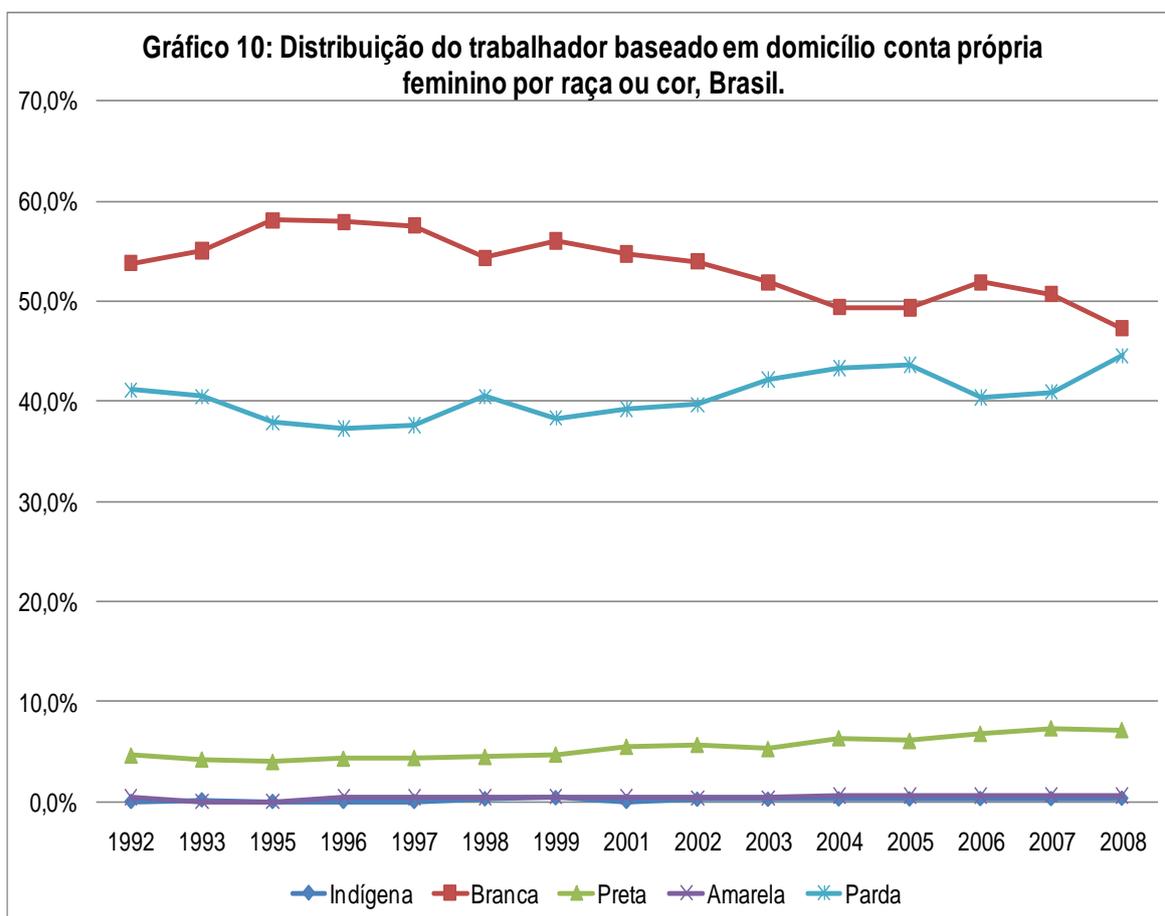
Importante ressaltar que o cônjuge inicia o período em 1992 aumentando constantemente até atingir os 7% em 2008. O filho enquanto condição no domicílio representa o segundo maior destaque com uma variação muito pequena sempre em torno dos 15% do total. Outro parente também tem um desempenho bem linear no período sempre próximo aos 3% e a condição de agregado só apresenta observações em 2008, quando representa 0,4% do total de trabalhadores baseados em domicílio por conta própria masculinos na Pnad.

### 4.3.3. Cor ou raça

A próxima variável para análise descritiva será raça ou cor que embora não tenha sido abordada na parte teórica, constitui-se em uma característica importante para traçar o perfil do trabalhador baseado em domicílio por conta própria feminino e masculino e compará-los.

No gráfico 10, é apresentada a distribuição das trabalhadoras por raça ou cor, apontando para o domínio da cor branca no período com um aumento

da participação até 1995 quando representava 58% dessa população. A partir de 1997, nota-se que a linha vermelha representando a cor branca inicia uma trajetória de queda, terminando o período em 2008 com 47% do total, em uma posição muito próxima dos pardos.

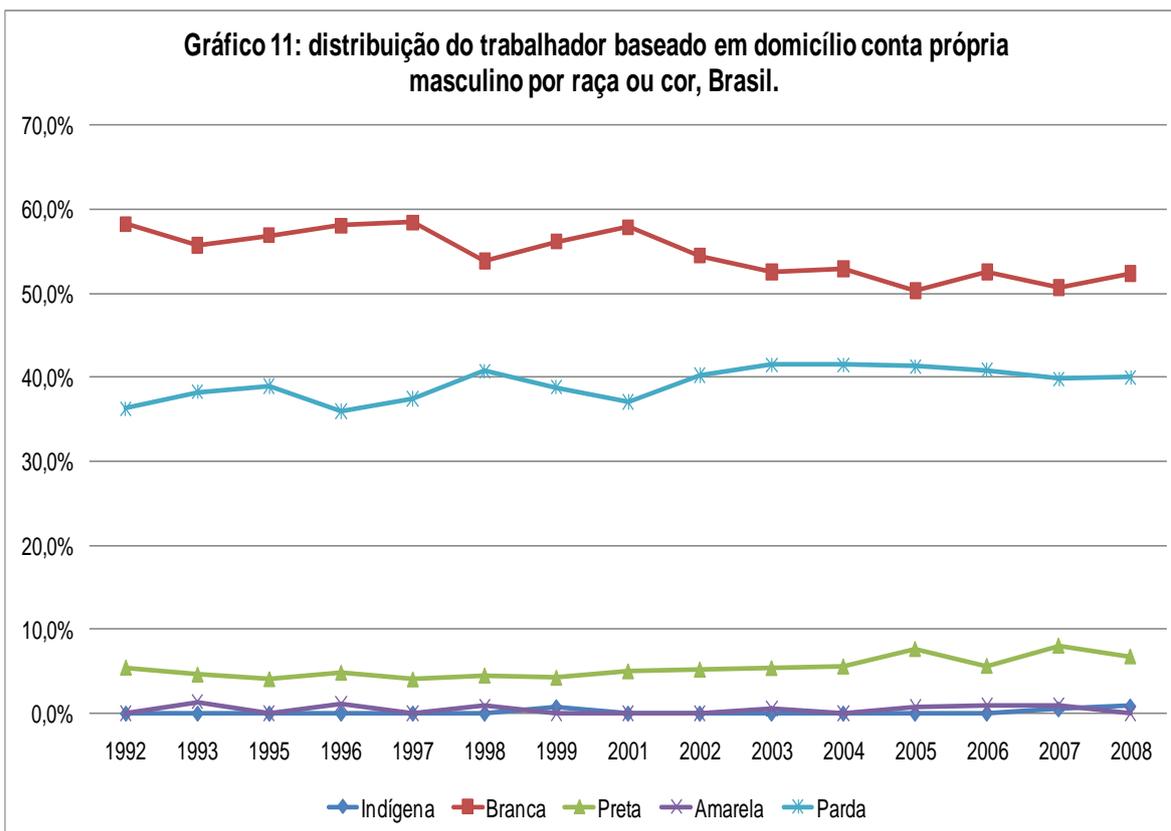


Fonte: BME, Pnad.

Os pardos apresentam um comportamento oposto ao dos brancos. O maior declínio dos pardos foi em 1996 quando representava 37% e a maior participação foi em 2008 com 44%. Os pretos seguiram com uma variação muito pequena, mas apresentando uma trajetória de alta a partir de 1999 quando passa de 4,7% para 7,2% em 2008. Os amarelos e indígenas apresentaram uma participação ínfima, sempre com menos de 1% cada no total.

No gráfico 11, é apresentada a distribuição por cor e raça para os homens e os resultados são um pouco diferentes com relação à trajetória dos brancos e pardos ao final do período. Ao contrário da distribuição feminina, os

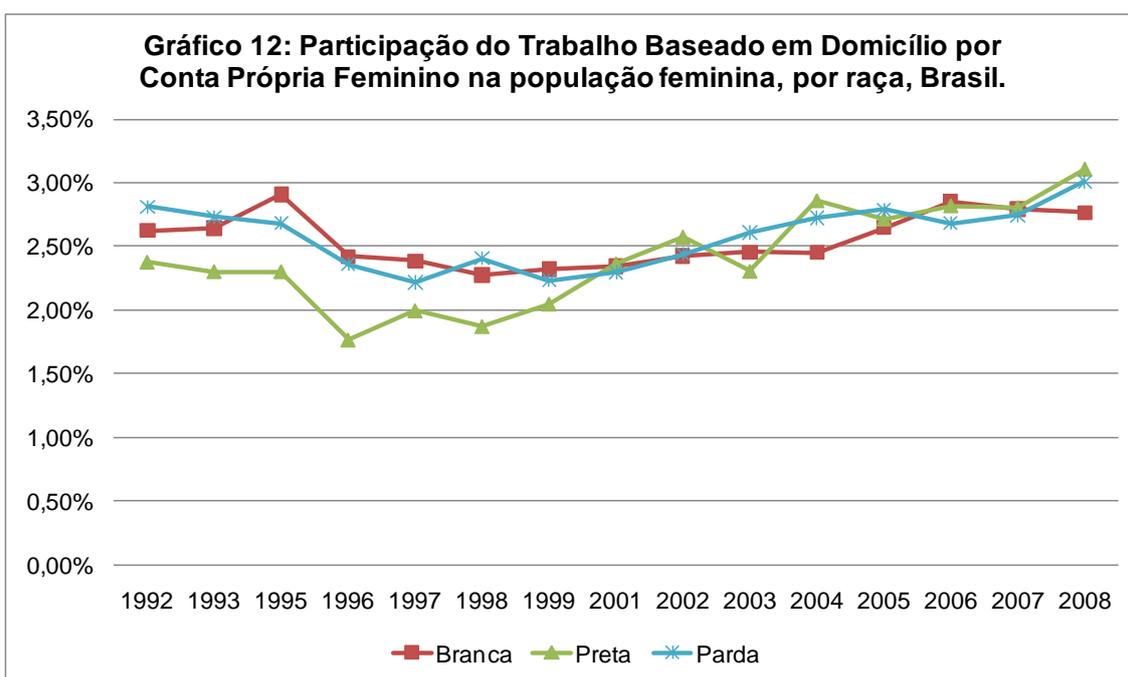
homens não apresentam uma perspectiva de equilíbrio com as retas tendendo a se cruzar. As retas parecem seguir paralelas, indicando que o domínio da cor branca se manterá estável com um pouco mais de 50% do total, enquanto que os pardos se mantêm com 40%. Os outros 10% são divididos com a cor preta, amarela e indígena em uma situação próxima da feminina para essas cores.



Fonte: BME, Pnad.

A seguir, são apresentados os gráficos relativos à participação do trabalho baseado em domicílio por conta própria (TBDCP) na população, por cor ou raça. O objetivo é considerar a variação da população brasileira por cor no período de 1992 a 2008, bem como identificar a participação de cada cor do TBDCP no total da população brasileira por cor. Foram consideradas apenas as cores: branca, parda e preta, pois foram as mais representativas e as únicas com numeradores significantes, sendo desconsiderada desta análise a amarela e indígena.

O gráfico 12 abaixo apresenta a participação feminina em cada cor ou raça do TBDCP. Os resultados da análise temporal indicam que a participação do trabalho baseado em domicílio por conta própria feminino é semelhante nas três cores consideradas. A cor preta, a partir de 2001, segue oscilando de perto com brancas e pardas, demonstrando que entre 2,5% a 3,0% de cada cor na população brasileira é composta por trabalhadoras baseadas em domicílio por conta própria.

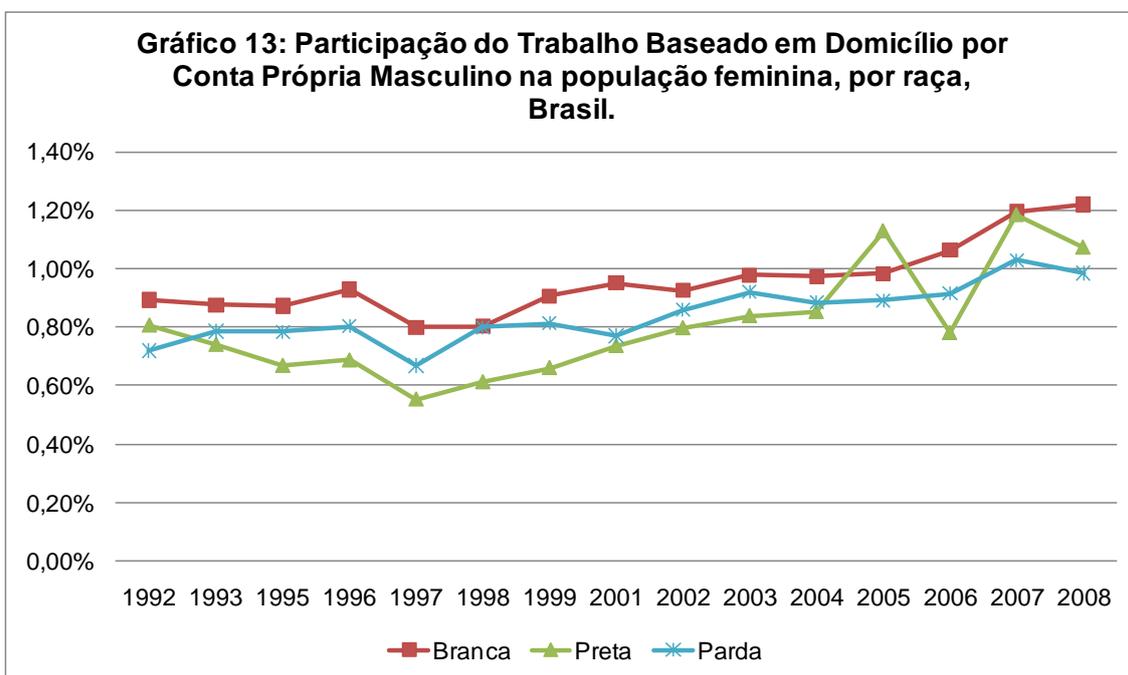


Fonte: BME, PNAD.

No gráfico 13, a seguir, é apresentada a participação masculina do TBDCP nas três cores ou raças consideradas. Percebe-se que neste caso, há um crescimento proporcional entre as cores a partir de 1997. Mantém-se o domínio de brancos, pardos e pretos, nesta ordem, embora em alguns anos haja uma mudança não sustentada de posições, indicando que os pretos podem ter uma variação maior na participação do TBDCP.

Nota-se ainda que a participação do TBDCP masculino é menor na população brasileira por cor ou raça do que aquela apresentada pelas mulheres. Pouco mais de 1,2% dos brancos da população brasileira em 2008

era composta por TBDCP, indicando que esta cor é de fato mais representativa para o trabalho baseado em domicílio por conta própria masculino.



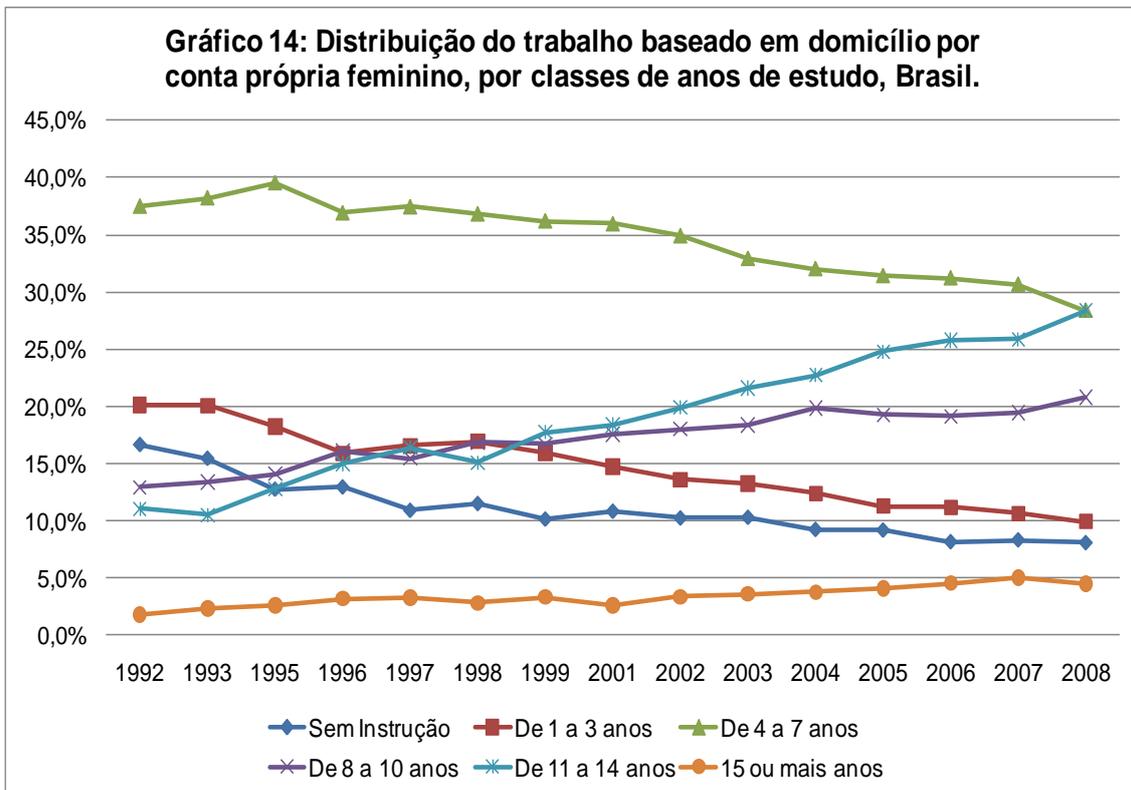
Fonte: BME, PNAD.

A análise de cor ou raça do TBDCP nesta perspectiva permite considerar se o número de pessoas ocupadas neste tipo de atividade acompanha o crescimento da população por cor ou raça. Permite ainda verificar a divisão proporcional do TBDCP feminino na população por cor ou raça. Entre as mulheres, as linhas no gráfico seguem oscilando bastante ao longo do período, mas entre os homens, percebe-se que o TBDCP apresenta proporção ligeiramente maior entre os brancos, seguidos dos pardos e pretos.

#### 4.3.4. Anos de estudo

Nos próximos gráficos, é apresentada uma variável importante para a análise socioeconômica do trabalhador baseado em domicílio por conta

própria. A variável: anos de estudo<sup>52</sup> constitui-se em um indicador quanto ao nível de qualificação do trabalhador e geralmente apresenta uma relação positiva com o rendimento. A seguir, esta variável é apresentada em classes para as mulheres.



Fonte: BME, Pnad.

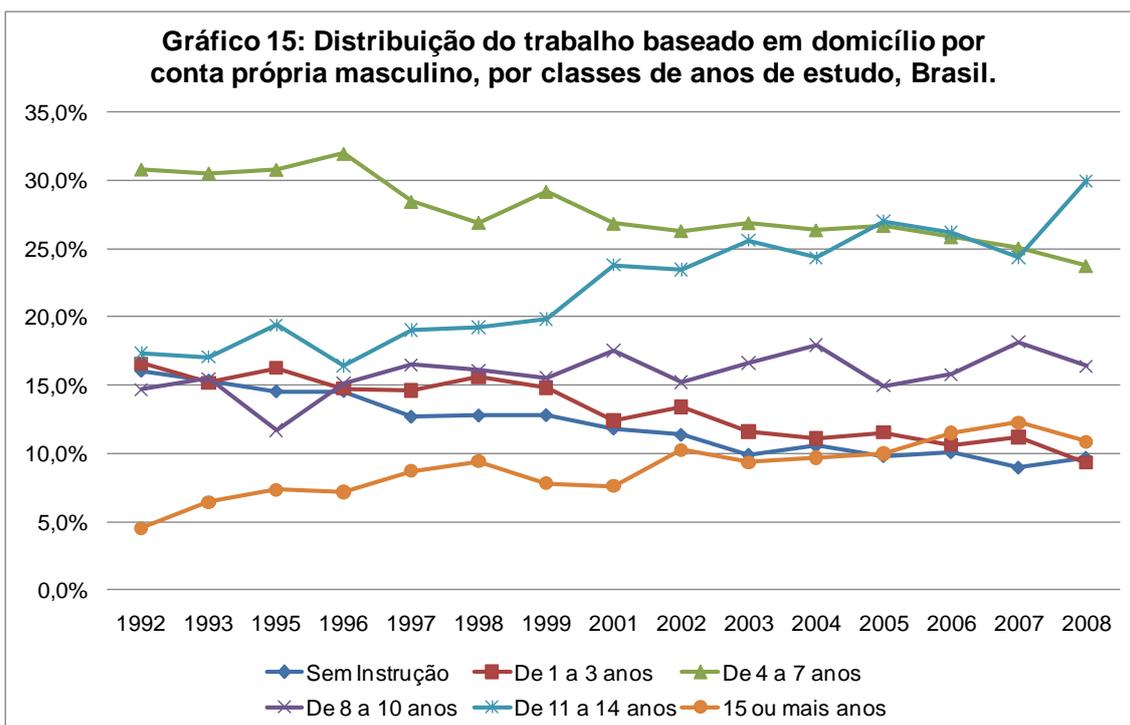
No período considerado há uma melhora em relação aos anos de estudo do trabalhador baseado em domicílio por conta própria feminino

<sup>52</sup> Classe de número total de anos de estudo para pessoas que frequentam ou que já frequentaram estabelecimento de ensino. Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não-determinados ou sem declaração. Nota: informação calculada para pessoas de 10 anos ou mais. Classificação da Informação: 1 - Sem Instrução / Menos de 1 ano. 2 - De 1 a 3 anos. 3 - De 4 a 7 anos. 4 - De 8 a 10 anos. 5 - De 11 a 14 anos. 6 - 15 ou mais anos. 7 - Não determinado / Sem declaração. 0 - Parte não informada.

evidenciada pelo crescimento das três classes de maior escolaridade, principalmente da classe de 11 a 14 anos que iniciou o período em 1992 com pouco mais de 10% na penúltima classe de menor participação e terminou em 2008 com quase 30% do total, ocupando a segunda classe com maior participação. A classe de 8 a 10 anos aumentou em uma proporção um pouco menor, mas suficiente para ultrapassar as classes: sem instrução e de 1 a 3 anos de estudo. Outra classe que também teve sua participação aumentada no período foi a de 15 anos ou mais, quase atingindo em 2008 o percentual de 5% do total.

Se as três classes de maiores anos de estudo tiveram sua participação maior no período, em contra-partida as três classes de menores anos de estudo reduziram suas participações. A classe de 4 a 7 anos dominou todo o período com pico de quase 40% em 1995, mas a partir daí iniciou uma trajetória descendente, terminando o período com a mesma participação da classe de 11 a 14 anos com 28,4% do total. As classes sem instrução e de 1 a 3 anos também tiveram uma trajetória de queda no período, terminando em 2008 com 8,1% e 9,9% respectivamente.

No gráfico 15, a análise descritiva é feita para a distribuição dos trabalhadores masculinos pelas classes de anos de estudo. De acordo com as informações, os homens apresentam mais anos de estudo quando comparado às mulheres, pois as classes mais elevadas têm peso muito maior.

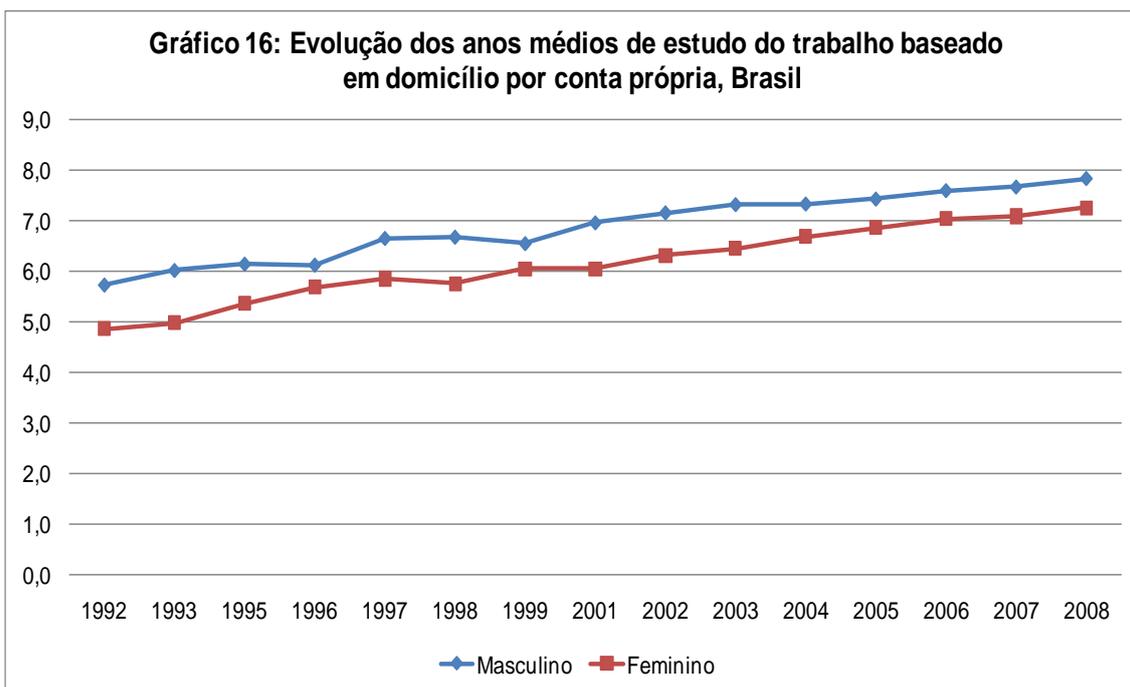


Fonte: BME, Pnad.

Pela análise do gráfico acima, percebemos que a partir de 2007, a classe de 11 a 14 anos passa a ser a mais representativa, superando a classe de 4 a 7 anos em 2008. A classe de 15 ou mais também tem sua participação dobrada no período terminando em 2008 com quase 11% do total e à frente das classes: sem instrução e de 1 a 3 anos que terminam o período ambas com 9%. A classe de 8 a 10 anos teve grande variação no período, mas terminou o período com 16%, bem próxima dos 14% que iniciaram em 1992.

Desta forma, percebemos que os homens têm maior representatividade nas classes de maiores anos de estudo e a evolução da média anual dos anos de estudo entre homens e mulheres, apresentada no gráfico 16, mostra de fato que os homens apresentam mais anos de estudo em todo o período que as mulheres.

A evolução vista pelas linhas mostra que ambas crescem de forma constante e proporcional, sendo que a partir de 2005 essas linhas seguem paralelas, os homens iniciam o período próximo da média anual de 6 anos de estudo e terminando em 2008 com quase 8 anos, as mulheres tiveram crescimento passando de 5 para 7 anos.



Fonte: BME, Pnad.

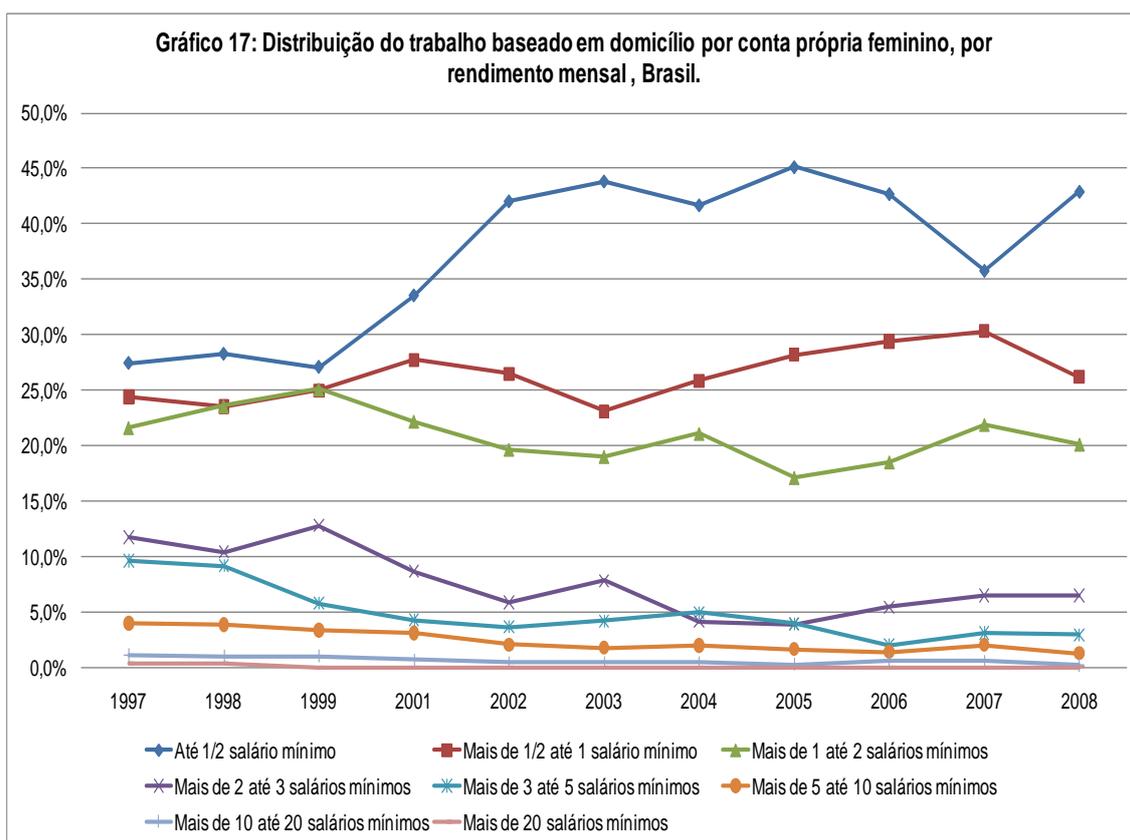
#### 4.3.5. Rendimento mensal

Nos próximos gráficos, é apresentada a distribuição do trabalho baseado em domicílio por conta própria por rendimento, através da variável: Trabalho principal, Rendimento mensal, em classes de salários-mínimos. A evolução dos níveis de renda mensal entre os sexos fornece a compreensão da divisão de gênero, no trabalho e no domicílio, e a possível relação da renda com anos de estudo e condição no domicílio.

As informações sobre rendimento mensal do TBDCP em salários-mínimos são apresentadas a partir do ano de 1997. As informações de rendimento mensal nos anos de 1992 a 1996 foram retiradas, pois neste período houve a troca de moeda, com o Plano Real, em 1994, que alterou a expressão de valor do salário-mínimo, fornecendo resultados estatísticos pouco confiáveis.

Vale considerar, que a variável rendimento mensal em salários-mínimos apresenta um limite para expressar o real poder de compra dos salários, pois não acompanha necessariamente a correção dos salários pela variação de preços segundo os índices de referência. Mesmo assim, esta variável foi utilizada para compreender a distribuição entre homens e mulheres segundo as classes de salários-mínimos no período considerado.

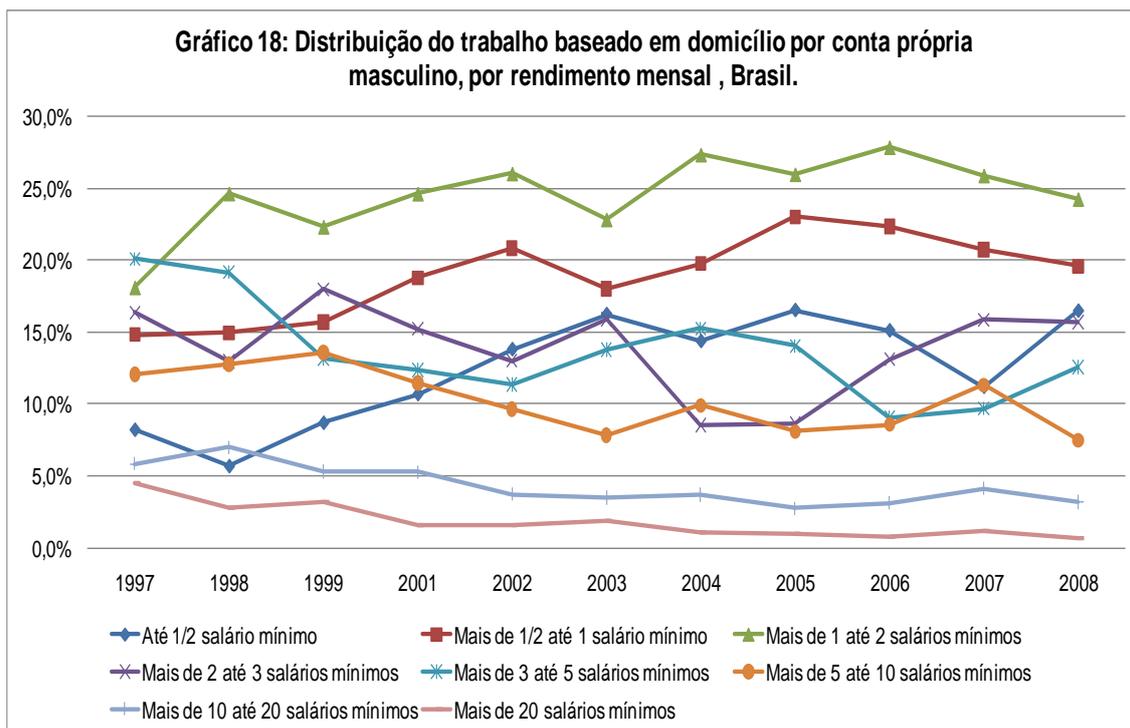
No gráfico 17, é apresentada a evolução da participação feminina por rendimento, em classes de salários-mínimos. Percebe-se primeiramente que essas trabalhadoras estão em sua maioria representadas pela classe de rendimento mais baixa: a de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. As classes de renda mais altas estão achatadas próximas ao eixo horizontal enquanto que as três classes mais baixas estão bem definidas.



Fonte: BME, Pnad.

No gráfico 18, a seguir, apresenta-se a distribuição por classes de rendimento para o trabalho baseado em domicílio por conta própria masculino. A comparação dos resultados entre os sexos confirma o diferencial de renda

entre homens e mulheres pela divisão de gênero do trabalho. Os homens apresentam uma distribuição mais equilibrada entre as classes, não estando sobre-representados, como as mulheres, nas duas classes de renda mais baixas. Esse perfil heterogêneo dos homens pode ser expresso pela participação de algo em torno 5% do total, no período, nas duas classes de rendimento mais elevadas com mais de 10 salários mínimos.



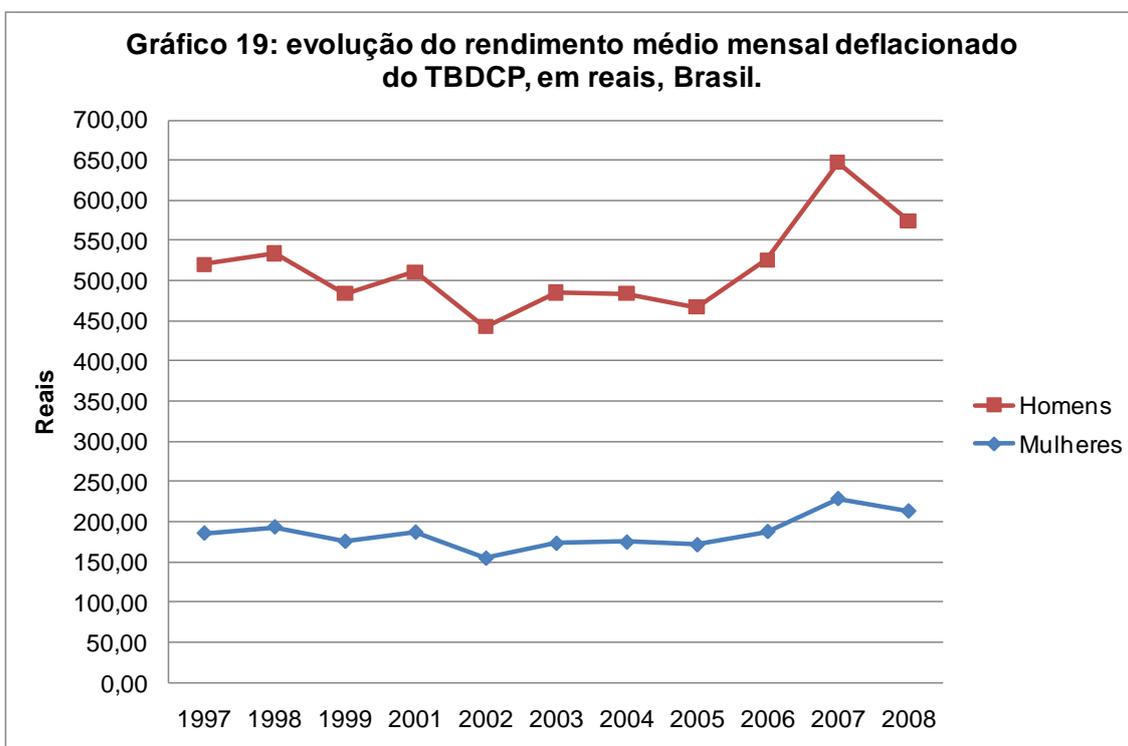
Fonte: BME, Pnad.

No gráfico 19 é apresentado o rendimento médio mensal deflacionado, em reais, com os rendimentos nominais da série anual corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Os rendimentos nominais foram divididos por deflatores, calculados<sup>53</sup> segundo o IPCA anual, tomando o ano de 1997, como base. O objetivo foi considerar o impacto da inflação na evolução temporal do rendimento médio mensal do TBDGP.

Nota-se que o rendimento médio mensal masculino é mais do que o dobro do que o feminino em todo o período. O rendimento masculino no período teve uma variação entre 450 a 650 reais e o feminino entre 150 a 240

<sup>53</sup> Os dados e tabelas estão no anexo.

reais. Vale considerar o crescimento mais acentuado para os homens nos anos de 2005 a 2007.

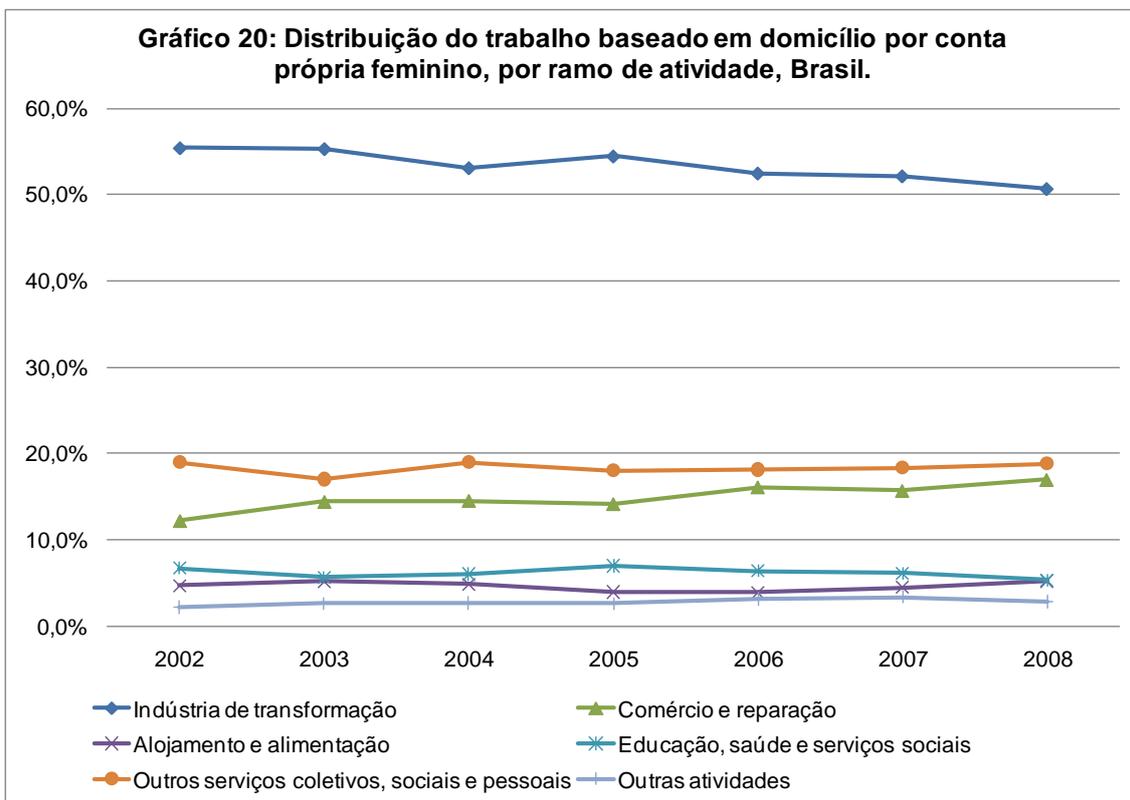


Fonte: BME, Pnad.

#### 4.3.6. Ramo de atividade

Nos dois próximos gráficos, é apresentada a distribuição do trabalho baseado em domicílio por conta própria por ramo de atividade<sup>54</sup>, desagregando os dados por sexo, mas apenas para o período de 2002 a 2008, porque a CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) passou a ser utilizado nas Pnads a partir de 2002. Vale ressaltar que a variável que fornece as informações para o período de 1992 a 2001 apresenta as informações das atividades econômicas de forma diferente.

<sup>54</sup> Ramo de atividades, pesquisadas a partir de 2002, de negócio da organização, empresa ou entidade cujas atividades para o trabalho baseado em domicílio por conta própria, desagregando por sexo, são: Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Educação, saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Outras atividades.

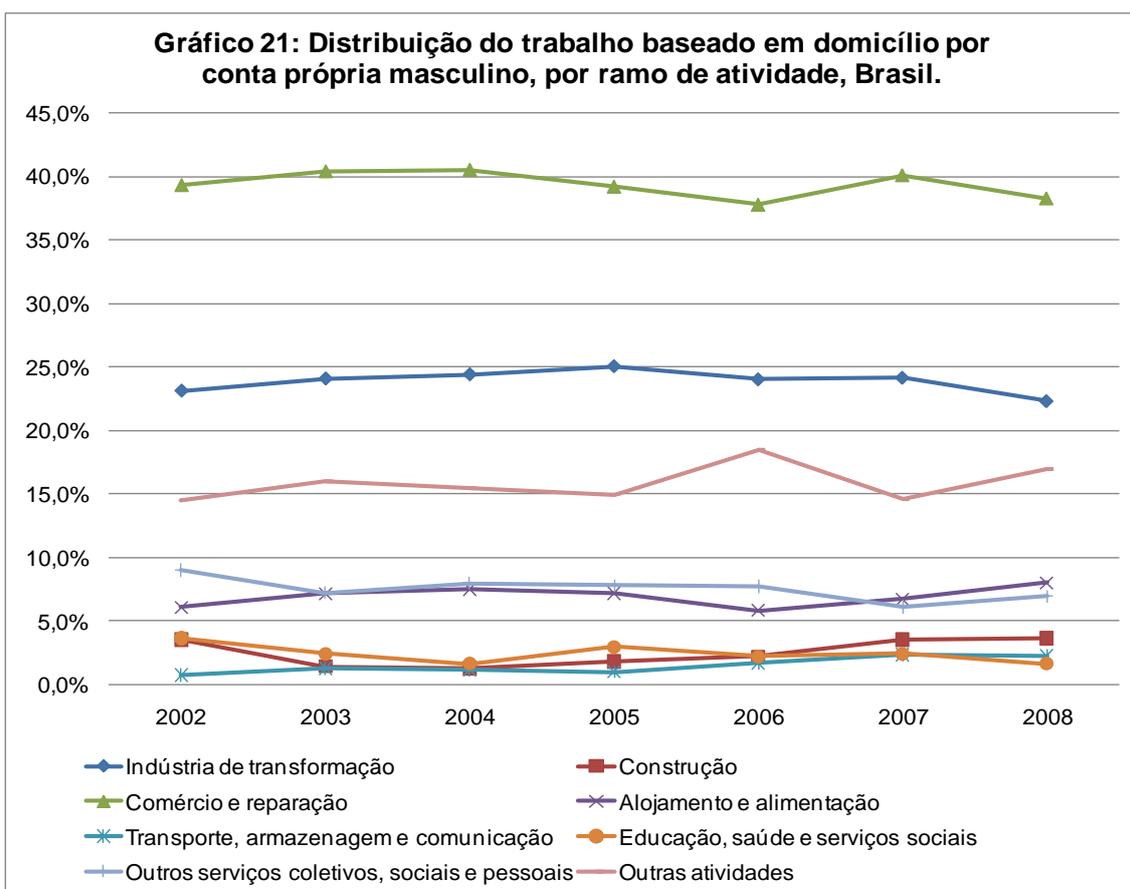


Fonte: BME, Pnad.

No gráfico acima, percebe-se que as mulheres estão concentradas em sua grande maioria no ramo da indústria da transformação e mesmo com uma trajetória de queda, esta atividade ainda é responsável pela participação de mais de 50% em 2008. As outras atividades com maior representatividade foram outros serviços coletivos, sociais e pessoais e comércio e reparação, sendo que esta última apresentou crescimento no período, aproximando-se dos 20% da participação total.

As demais atividades do trabalho baseado em domicílio por conta própria feminino tiveram uma participação pequena e com pouca variação no período. Destas atividades, destacam-se educação, saúde e serviços sociais e alojamento e alimentação que apresentaram um pequeno crescimento a partir de 2005.

O gráfico 21 apresenta a distribuição do trabalho baseado em domicílio por conta própria masculino por ramo de atividade no mesmo período de 2002 a 2008. Os resultados do gráfico apontam para uma distribuição mais homogênea e ampliada dos homens entre os ramos de atividade, com oito opções de atividades masculinas contra seis femininas. Destaque para o ramo do comércio e reparação que representou quase 40% do total masculino, embora tenha demonstrado uma tendência de queda em 2008.



Fonte: BME, Pnad.

A indústria de transformação aparece como o segundo ramo de atividade com uma participação em torno dos 25% do total no período. O ramo: outras atividades, que aparece como o último ramo da participação das mulheres, surge em terceiro para os homens com uma distribuição em torno dos 15% do total no período. Em seguida, aparecem outros serviços sociais e coletivos e alojamento e alimentação com uma participação superior a 5% do total.

As demais atividades apresentam uma participação inferior a 5% do total cada, destaque para o ramo da construção que terminou o período em crescimento e não aparecia entre os ramos de atividades femininas, assim como o ramo de transporte, armazenagem e comunicação. Educação, saúde e serviços sociais aparecem como o ramo de menor participação do trabalho baseado em domicílio por conta própria entre os homens no período.

Vale considerar que esta variável, ramo de atividade, reflete à divisão sexual do trabalho, na medida em que mais de 50% das mulheres estão inseridas na indústria da transformação, que inclui atividades têxteis e de vestuário, atividades tradicionalmente realizadas por mulheres. Os homens apresentam uma distribuição mais homogênea entre as classes com um perfil mais diversificado de ramos de atividade. 40% dos homens estão no ramo do comércio e reparação.

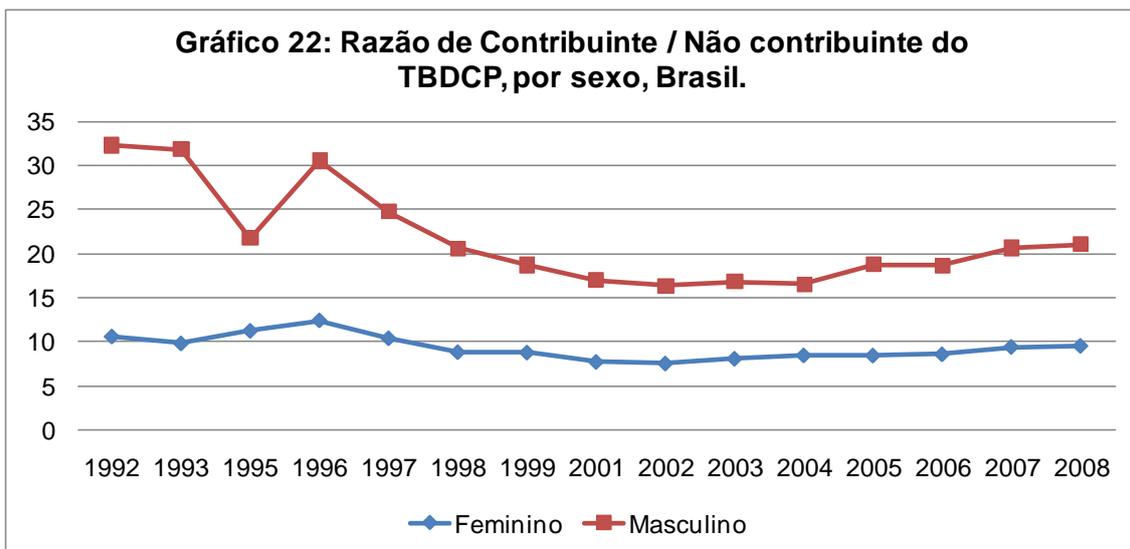
#### **4.3.7. Contribuição à Previdência**

Os dois últimos gráficos tratam da variável contribuição à previdência<sup>55</sup>, o primeiro estabelece a razão entre contribuintes sobre não contribuintes para análise temporal de quantos contribuintes existiam para cada 100 não contribuintes.

A comparação entre sexos mostra que os homens têm maiores chances de contribuir a Previdência do que as mulheres, pois apresenta razões mais próximas de 100, quando há um equilíbrio entre contribuintes e não contribuintes.

---

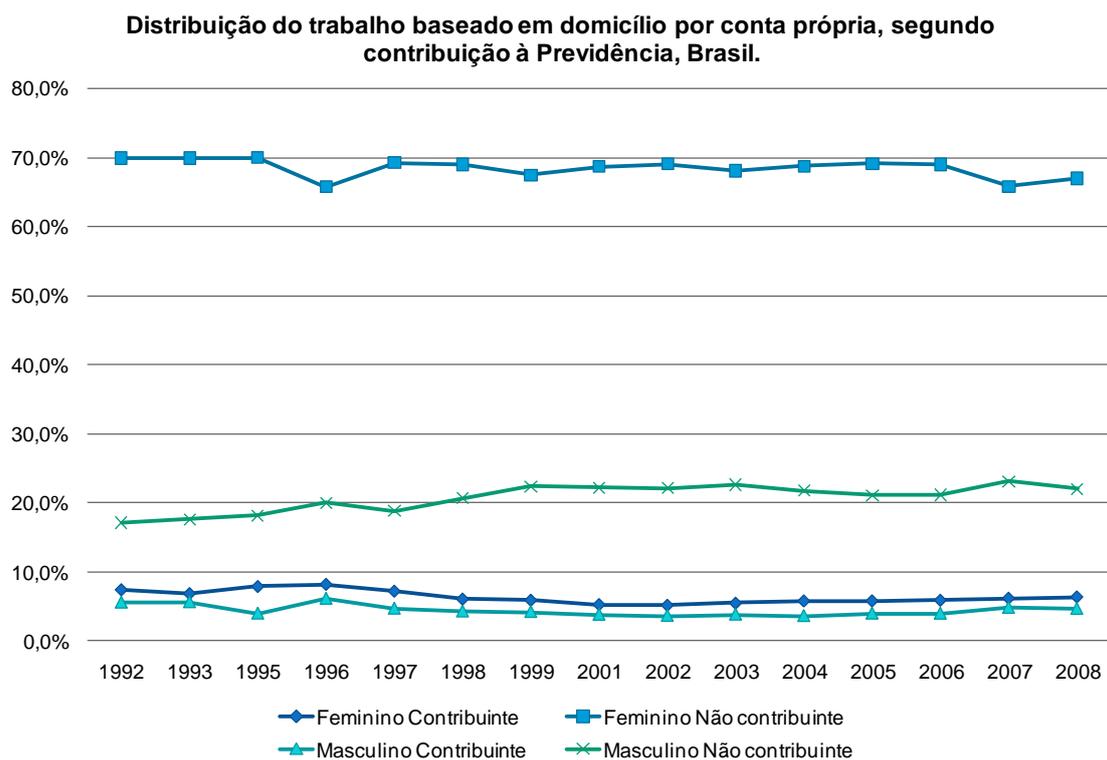
<sup>55</sup> Trabalho principal, contribuição previdenciária: contribuição para instituto de previdência social pelo trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Contribuição para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou para Instituto de Previdência Social Estadual e Municipal.



Fonte: BME, Pnad.

O gráfico acima apresenta uma informação importante sobre uma categoria de trabalho considerada público alvo de políticas públicas de incentivo à contribuição previdenciária. No caso, as informações no gráfico revelam que a partir de 2002 houve um aumento contínuo na razão contribuintes/não contribuintes, demonstrando uma melhora na perspectiva previdenciária para o trabalho baseado em domicílio por conta própria, no Brasil.

Por fim, o gráfico a seguir apresenta a distribuição do trabalho baseado em domicílio por conta própria por sexo e contribuição à Previdência. Percebe-se que as mulheres não contribuintes mantêm-se com quase 70% do total durante boa parte do período. Percebe-se ainda que os homens não contribuintes representam mais de 20% do total.



Fonte: BME, Pnad.

Constata-se o domínio expressivo da mão-de-obra feminina não contribuinte neste tipo de trabalho. Além disso, percebe-se que a proporção entre contribuintes e não contribuintes é bem menor para os homens que apresentam um equilíbrio maior nesta relação, ao passo que as mulheres apresentam uma alta propensão a não contribuírem ao instituto de previdência.

Nota-se que as mulheres contribuintes tiveram um crescimento até 1996, mas a partir daí, percebe-se uma redução nesta participação. As mulheres não contribuintes representam cerca de 70%, em quase todo período, do total da força de trabalho baseado em domicílio por conta própria, mas tiveram uma ligeira redução nesta participação, terminando em 2008 com 67% do total.

Os homens contribuintes apresentaram uma participação semelhante a das mulheres contribuintes, com pouca variação ao longo do período, chegando em 2008 com quase 5% do total. Já os homens não contribuintes tiveram um crescimento da participação sobre o total, sobretudo a partir de

1999 quando alcançaram a marca de 22% do total, mantendo esse nível até o final do período em 2008.

Portanto, podemos dizer que, após a análise descritiva do perfil sociodemográfico do trabalhador baseado em domicílio por conta própria feminino e masculino, o perfil dominante deste trabalhador é constituído por mulheres brancas, cônjuges em seus domicílios, de aproximadamente 40 anos, recebendo um rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo mensal, com 4 a 7 anos de estudo, inseridas no ramo de atividade da Indústria de Transformação e não contribuintes a instituto de Previdência.

A literatura já havia indicado que o perfil do trabalhador baseado em domicílio era constituído em sua maioria por mulheres casadas de meia idade. Este fato, a princípio, justifica-se pela maior participação feminina nos afazeres domésticos, nos cuidados com os filhos e na possibilidade de conjugar essas tarefas familiares com atividade economicamente rentável que sirva não só como complemento de renda da família, mas também como fonte de seu sustento.

Relacionar a discussão teórica à análise descritiva tem por objetivo indicar que esta força de trabalho, embora possua um perfil sociodemográfico hegemônico, apresenta características sociodemográficas diversas. Políticas públicas destinadas ao trabalhador baseado em domicílio devem estar orientadas pela divisão de gênero do trabalho que impõe um cenário distinto de condições de ocupação entre homens e mulheres.

## **Considerações Finais**

Esta dissertação teve o trabalho baseado em domicílio como objeto de análise teórica e empírica. Foram abordados os conceitos e definições da OIT e da literatura sobre esta forma de trabalho que inclui trabalhadores com alto grau de dependência aos empregadores e trabalhadores independentes, traduzidos na análise empírica do capítulo 4 pelo trabalhador por conta própria.

A definição de trabalho baseado em domicílio da OIT enfatiza mais a relação trabalhista existente entre contratado e contratante do que discute as implicações sobre o local onde a atividade se realiza: em domicílio. O conceito de trabalho baseado em domicílio, cuja definição abrange os trabalhadores independentes, permite a ampliação do foco da relação trabalhista, ligado à discussão sobre trabalho a domicílio, para uma abordagem mais heterogênea sobre variáveis relativas à informalidade e à autonomia do trabalhador.

Pela definição da OIT, percebe-se que o trabalho a domicílio aparece como uma subcategoria do trabalho baseado em domicílio, sendo que o primeiro está estreitamente relacionado a uma mudança de padrão na organização do trabalho cuja flexibilidade e descentralização produtiva nas últimas décadas permitiram que o emprego industrial assumisse novas formas com a alocação do trabalhador em sua própria moradia.

Vale considerar, como contribuição para pesquisas futuras, a proposta de se criar categorias mais delimitadas de trabalho baseado em domicílio para que seja possível separar trabalhadores com graus de dependência tão distintos de trabalhadores independentes. A ampla camada de trabalhadores cobertos pela definição de trabalho baseado em domicílio dificulta a regulamentação, mensuração e formulação de políticas públicas específicas para essa categoria.

A análise do trabalho baseado em domicílio, pela ótica do trabalhador independente, revela-se mais informativa porque considera o peso da informalidade da força de trabalho sobre variáveis macroeconômicas, tais como: desemprego, poupança, investimento e crescimento econômico. Os efeitos da informalidade do trabalho na economia têm influenciado as políticas públicas a buscarem a alternativa do empreendedorismo para a inserção produtiva, financeira e previdenciária do trabalhador por conta própria nas grandes cidades brasileiras.

Políticas de empreendedorismo são cada vez mais frequentes na busca de formalizar a força de trabalho por conta própria, por meio de contribuição a instituto de Previdência, para estimular o mercado interno, a captação de poupança e a geração de trabalho e renda. Além de aumentar a base de arrecadação previdenciária, como no caso da política de fomento ao micro empreendedor individual, discutida no capítulo 2.

Entretanto, sabe-se que o viés ideológico neoliberal que marcou as agendas das políticas públicas de trabalho nas últimas décadas enfraquece o debate analítico sobre informalidade na medida em que considera todo trabalhador por conta própria como um empreendedor em potencial. A análise empírica e teórica nesta dissertação apontou o perfil de destaque do trabalhador baseado em domicílio constituído por atividades que beiram à subsistência, e não são capazes de criar ou inovar no processo produtivo, características típicas do empreendedor.

A melhor forma de enfrentar os efeitos econômicos indesejados do setor informal consiste em promover políticas públicas de fomento ao emprego formal e ao salário industrial. São estes os setores que têm o efeito multiplicador da renda e podem inclusive influenciar positivamente a saturada economia informal urbana, tornando-a mais rentável e menos precária.

Os níveis de renda e de oportunidades da economia informal urbana estão relacionados ao desempenho do próprio setor formal do mercado de trabalho e do emprego e salário nas indústrias em geral. A promoção de políticas macroeconômicas, incentivando a criação de empregos seguros, estáveis, bem remunerados e com benefícios sociais, constitui-se na alternativa correta ao enfrentamento das condições de precariedade e informalidade da força de trabalho.

Neste sentido, esta dissertação enfatizou o trabalho baseado em domicílio pela ótica da economia informal urbana, conhecida por suas atividades não sofrerem barreiras à entrada no mercado e por suas unidades econômicas empregarem não mais que cinco trabalhadores.

A análise descritiva, a partir dos dados da Pnad de 1992 a 2008, das características sociodemográficas do trabalhador por conta própria feminino e masculino, cujo trabalho principal era realizado no domicílio em que morava, analisa a economia informal urbana pela ótica da unidade econômica domiciliar. A posição na ocupação por conta própria foi selecionada após a constatação de que esta posição concentra a maior parte dos trabalhadores baseados em domicílio.

Negócios por conta própria que não requerem qualificação do trabalhador não necessitam de grandes investimentos produtivos, facilitando a entrada de novos trabalhadores neste setor de atividade. A renda média do negócio, neste caso, consiste na variável de ajuste entre o tamanho do mercado e o número de pessoas ali ocupadas, justificando o predomínio do trabalho por conta própria na economia informal urbana.

A comparação das características sociodemográficas entre os sexos pode ser justificada pela discussão teórica sobre a feminização do trabalho baseado em domicílio. A possibilidade feminina de conciliar esse tipo de ocupação com a rotina das atividades domésticas, pela independência de horário estabelecido para o trabalho, favorece as atividades econômicas em domicílio.

Além disso, elementos, como a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, podem aparecer de maneira mais efetiva entre as mulheres que trabalham em seus próprios domicílios. A divisão sexual do trabalho aparece em determinados contextos socioculturais em que as mulheres tendem a dar mais atenção ao exercício de suas funções reprodutivas, como os cuidados domésticos e familiares, do que ao exercício de suas atividades profissionais. A atividade econômica feminina é vista como complementar, fazendo com que as mulheres se dediquem a negócios pouco rentáveis, de baixa escala e reduzida capitalização.

Pelos resultados da Pnad, as mulheres representam 73% do total do trabalho baseado em domicílio por conta própria em 2008, apresentaram idade média inferior à masculina, com 45 anos, enquanto os homens apresentaram idade média de 46 anos, sendo que houve um envelhecimento desta força de trabalho com aumento de aproximadamente quatro anos, no período de 1992 a 2008, para ambos os sexos.

Com relação à cor e raça, percebemos que há uma distribuição semelhante entre os sexos, com domínio de brancos, pardos e pretos. Amarelos e indígenas têm participação insignificante no período. A participação

masculina dos brancos, no período, tende a ser ligeiramente superior à participação dos pardos e pretos.

Para as mulheres, a participação entre brancas, pardas e pretas no TBDCP é proporcional à população por cor notavelmente a partir de 2001. Pelos resultados empíricos, pode-se dizer que de 2,5% a 3,0% das três cores mais significativas são compostas por trabalhadoras baseadas em domicílio por conta própria no Brasil no período considerado.

A análise entre gêneros revelou um cenário em que as mulheres estão situadas em condições socioeconômicas piores do que as apresentadas pelos homens, possivelmente pela divisão de gênero do trabalho. As mulheres são majoritariamente cônjuges na condição no domicílio, enquanto os homens são predominantemente chefes, quando desempenham o trabalho baseado em domicílio por conta própria.

A condição no domicílio constitui-se em uma variável que mantém estreita relação com a divisão de gênero do trabalho e explica a superioridade de rendimento e escolaridade do trabalho masculino comparado ao trabalho feminino. O trabalho baseado em domicílio por conta própria é exercido em sua maioria por mulheres que são cônjuges em seus domicílios. Há uma relação de gênero presente a todo o momento nessas atividades femininas e um ambiente cultural propício para que haja a dicotomia socioeconômica entre homens chefes e mulheres cônjuges.

Os homens ganham em média mais do que o dobro e têm pelo menos um ano a mais de estudo do que as mulheres. Além disso, eles apresentam uma relação contribuinte/não contribuinte mais equilibrada ou menos exorbitante do que as mulheres que têm maior probabilidade de não contribuírem com a Previdência.

Com relação aos ramos de atividade, pode-se dizer que também há uma divisão sexual do trabalho baseado em domicílio na medida em que alguns setores que são dominados tradicionalmente por homens no mercado de trabalho, como o ramo da construção e do transporte, armazenagem e comunicação, também ocorrem no trabalho baseado em domicílio por conta

própria. A principal atividade masculina é o ramo de comércio e reparação, mas há uma distribuição mais homogênea entre as atividades do que as mulheres que estão representadas em seis ramos de atividades contra oito dos homens.

Setores de serviços coletivos, sociais e pessoais são de domínio feminino, como ocorre tradicionalmente também no mercado de trabalho em geral. Porém, o fato mais marcante foi o predomínio absoluto do trabalho baseado em domicílio por conta própria feminino no ramo da indústria da transformação.

Desta forma, o perfil dominante do trabalhador baseado em domicílio por conta própria, no Brasil, no período de 1992 a 2008, é constituído por mulheres brancas, cônjuges em seus domicílios, de aproximadamente 44 anos, recebendo um rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo mensal, com 4 a 7 anos de estudo, inseridas no ramo de atividade da Indústria de Transformação e não contribuintes a instituto de Previdência.

A conclusão da análise teórica e empírica abordada nesta dissertação permite dizer que há um paradoxo na utilização da moradia como local de produção, pois a casa aparece culturalmente como o local do não-trabalho, ou o local de lazer. O próprio trabalhador tem dificuldade de reconhecer o seu trabalho em domicílio quando este se mistura às atividades domésticas, dificultando o comprometimento com o trabalho que está quase sempre em segundo plano com relação às atividades domiciliares.

As atividades de lazer, o ócio e o tempo livre, do ponto de vista sociológico, são opostas à concepção de trabalho, embora sejam, ao mesmo tempo, acessórios ao trabalho, na medida em que permitem repor o desgaste diário da força de trabalho (Blass, 2004). No caso do trabalho baseado em domicílio, as atividades produtivas estão propensas a serem diluídas no conjunto das práticas de lazer e ócio inerentes ao tempo livre, ou ao exercício do não-trabalho. Essa interpenetração da atividade produtiva com a vida é típica das atividades pré-modernas: impossibilitando a separação rigorosa entre trabalho e lazer (Blass, 2004) e, talvez por isso, o trabalho baseado em domicílio por conta própria apresenta uma jornada de trabalho mal definida e menos concentrada por ser considerada muitas vezes como atividade de subsistência.

Nas atividades modernas, há uma separação entre local de trabalho e local de moradia, na medida em que a concepção de trabalho está orientada pelo emprego fabril no que diz respeito a salários, jornadas, sindicatos e direitos trabalhistas (Blass, 2004). Mas, como pode ser visto pelas palavras de Hirata e Prétenceille (2002), “o declínio do mundo operário, os efeitos sociais dramáticos do desemprego e da exclusão a que isso pode conduzir (...) ao esfacelamento do assalariamento” e conseqüentemente, a práticas precárias de trabalho onde o tempo social, dividido entre o tempo regular da jornada de trabalho e o tempo livre, aparece diluído.

As atividades de trabalho e não-trabalho são bem delimitadas nas formas tradicionais do mundo do trabalho orientadas pela concepção de generalização do assalariamento nas empresas. A noção de trabalho imaginada passa a estar associada ao emprego, sendo a forma histórica que o trabalho assume nas sociedades modernas, mas o trabalho desassociado ao emprego refere-se aos sentimentos de castigo, dever moral, punição, dor e obrigação (Blass, 2004).

Em sociedades em desenvolvimento, atividades como o trabalho baseado em domicílio por conta própria não está fundamentado em uma análise sociológica que tem como referência o trabalho assalariado. A oposição entre trabalho, emprego e lazer e a dicotomia entre trabalho e não-trabalho, uma das dimensões teóricas da noção moderna de trabalho (Blass, 2004), não estão postas claramente no trabalho baseado em domicílio e esse parece ser o contra-senso desta condição sócio-ocupacional cujas atividades estão deslocadas, pois são desenvolvidas no chamado mundo do não trabalho e em um local privilegiado do ócio, lazer e tempo livre.

Este paradoxo justifica em parte as dificuldades históricas enfrentadas por trabalhadores baseados em domicílio na busca pela efetivação de direitos trabalhistas e na regulamentação desta categoria. Justifica também as dificuldades de mensuração estatística e de formulação de políticas públicas que, míopes, não conseguem desvendar o conflito invisível sofrido pelo trabalhador em um local híbrido de trabalho e moradia.

## Bibliografia

ABREU, Alice; SORJ, Bila. “Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas - uma revisão da literatura recente”. In: O Trabalho Invisível. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed., 1993. pp. 11-24.

ALMEIDA, R. A. P.; BIANCHINI, Z. M. **Aspectos da amostragem da economia informal urbana**. Textos para discussão, n. 89, IBGE, junho de 1998.

ARAUJO JUNIOR, Edmar Augusto Santos. **Políticas públicas: a construção social do território e a moradia como local de produção**. 29 folhas. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ARBACHE J S. Informalidade, encargos trabalhistas e previdência social. Ministério da Previdência Social, Brasília, 2003.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto. Reforma da Previdência. Texto para discussão Nº 508, IPEA, Rio de Janeiro, agosto de 1997.

BLASS, Leila Maria da Silva. “Nas interfaces do trabalho, emprego e lazer”. **Caderno CRH**, Salvador – BA, v. 17, n. 41, p. 67-78, agosto de 2004.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. “Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo”. In: O Trabalho Invisível. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed., 1993. pp. 83-125.

CARNEIRO, F. G. O setor informal urbano no Brasil e o conceito de integração do mercado de trabalho. In: Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 17. *Anais*. ANPEC: Brasília, v. 3, 1989.

EHLERS, Tracy Bachrach; MAIN, Karen. Women and the false promise of microenterprise. **Gender & Society**. University of Denver, Vol. 12, No. 4, 424-440, 1998.

FEIJÓ, C. A.; SILVA, D. B. do N.; SOUZA, A. C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. *Revista de Economia Contemporânea*. Vol.13 no.2 Rio de Janeiro Mai/Ago. 2009

GHAFFUR, Shayer. Gender implications of space use in home-based work: evidences from slums in Bangladesh. **Habitat International** 26. PÁg 33 – 50, Bangladesh, 2002.

GIAMBIAGI, Fabio.; MENDONÇA, João Luis O.; Beltrão, Kaizô I.; Ardeo, Vagner. A. “Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: O que foi feito e o que falta reformar”, IPEA, (2004).

GOMEZ CM, 2001. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. CESTE/ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Nadya. “Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas”. In *Além da Fábrica*. SP, Boitempo. 2003. P 179 - 212.

HARVEY, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. **Espaço & Debates**, nº 6, jun./set., 1982, p. 6-35.

HIRATA, H.; PRÉTECEILLE, E.; “Trabalho, exclusão e precarização econômica”. *Caderno do CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*, n. 37, Salvador, jul/dez, 2002.

IBGE, SEBRAE. *Economia Informal Urbana 2003*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>

KALLEBERG, A L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.24 no.69 São Paulo Fev. 2009.

KANTOR, Paula. Women’s empowerment through home-based work: evidence from India. **The China Journal**. Institute of Social studies, Madison, 2003.

KEAN, Rita; SHIRLEY, Nimeyery. Home-based entrepreneurship and multiple roles—an inter-role conflict. **Journal of Consumer Studies & Home Economics**. University of Nebraska-Lincoln, Volume18, Issue 1, pag. 1 – 16, 26 Jul 2007.

KON, Anita. As trabalhadoras por conta própria no Brasil: diferenças entre os gêneros. **Mulher e Trabalho**. Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila.. “Trabalho a domicílio: novas formas de contratação”. Relatório para a OIT. Rio de Janeiro, 1998. 46 ps.

LEITE, Julio Cesar Prado. “Desregulamentação do Direito do Trabalho”, *in Trabalho & Processo, Revista Jurídica Trimestral*, n 7, Ed. Saraiva, dez. 1995.

MACHADO, Luiz Antônio. “Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento”. In *Além da Fábrica*. SP, Boitempo. 2003. Pp 140-178.

\_\_\_\_\_ “Informalidade e Crise Econômica”. *Tempo e Presença*. n.288, julho/agosto de 1996. pp. 10-13.

MARSH, Katy; MUSSON, Gill. Men at Work and at Home: Managing Emotion in Telework. **Gender, Work and Organization**. Vol. 15 No. 1 University of Sheffield, UK, January 2008.

NERI, Marcelo. Uma Nota sobre o Deflacionamento da Renda do Trabalho. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise - nº 1, junho 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt001e.html>.

O GLOBO. *Reportagem sobre a semana global de empreendedorismo no Brasil. Caderno de Economia*. Terça-feira, 17 de novembro de 2009, p. 24.

\_\_\_\_\_ *Reportagem sobre a semana global de empreendedorismo no Brasil. Caderno de Economia*. Quarta-feira, 18 de novembro de 2009, p. 27.

OLIVEIRA, Jane Souto. “Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela: A cidade da informalidade”. Org. Pedro Abramo. FAPERJ, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Jane Souto; AJARA, Cezar. Impactos da reestruturação econômica nas favelas cariocas: Trajetórias e paradigmas. In: *A ENCE aos 50 anos: Um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. “C177 Home Work Convention, 1996”. *Convention concerning Home Work, Geneva, 1996*. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C177>

---

“Women and Men in the informal economy: a statistical Picture”. Employment sector, Geneva, 2002. Disponível em: [www.ilo.org/publics/english/employment/gens/download/women.pdf](http://www.ilo.org/publics/english/employment/gens/download/women.pdf)

POCHMANN, Márcio; SINGER, Paul. “Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.” CUT, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

POLONI, Antônio Sebastião. “Doutrina: Trabalhador Autônomo”. *Acervo on line*, Universo jurídico, junho de 2003. Acessado em dezembro de 2008, disponível em: [http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/1368/trabalhador\\_autonomo](http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/1368/trabalhador_autonomo)

PRONI, Marcelo Weishaupt; ROCHA, Thaíssa Tamarindo. “A Proposta da OIT para a Promoção do Trabalho Decente no Brasil”. XI ENCONTRO DA ABET. Sessão temática 8: “Discriminação e precariedade no trabalho, trabalho degradante e trabalho decente”. Campinas, 28 de setembro a 01 de outubro de 2009.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. V.36, n.3, Rio de Janeiro, dez 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”. *Formas e crises: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005, p. 93-109.

SANTOS, Wanderley Guilherme. “Cidadania e Justiça”. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SILVA, Jaílson Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. “O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro”. Boletim da Social Democracia Sindical (SDS), p.9. Rio de Janeiro, novembro de 2001.

SOUZA, Augusto Carvalho. **Análise de correspondência aplicada à ECINF: a diversidade do setor informal urbano no Brasil**. 246 folhas. Dissertação de conclusão de curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, ENCE – IBGE, Rio de Janeiro, 2004.

TEMKIN, Benjamin. *“Informal self-employment in developing countries: entrepreneurship or survivalist strategy? Some implications for public policy”*. *Analyses of social issues and public policy*, vol 00, No. 00, México, 2009, pp. 1-22.

THOMPSON, Piers; JONES-EVANS, Dylan; KWONG, Caleb. Women and Home-based Entrepreneurship: Evidence from the United Kingdom. **International Small Business Journal**. London, 2009. The online version of this article can be found at: <http://isb.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/2/227>

TOMEI, Manuela. “El trabajo a domicilio en países seleccionados de América Latina: una visión comparativa”. *Cuestiones de desarrollo*, Documento de discusión 29. Organización Internacional del Trabajo, Santiago, 1999.

VANDENBERG, Paul; SELVAKUMAR, Kanagarani. “The ILO’s Home Work Conventions”. *Labour Rights*, CED DP – RIGHTS. Labour file, 01 de dezembro de 2006.

## Anexo

Rendimento médio mensal deflacionado feminino, Brasil.				
	renda nominal	IPCA anual	deflator	renda deflacionada
1997	185,93	0	1,0000	185,93
1998	196,70	1,66	1,0166	193,49
1999	194,65	8,94	1,1075	175,75
2001	223,09	7,67	1,1924	187,09
2002	208,01	12,53	1,3418	155,02
2003	254,16	9,3	1,4666	173,29
2004	275,85	7,6	1,5781	174,80
2005	286,09	5,69	1,6679	171,53
2006	323,08	3,14	1,7203	187,81
2007	410,08	4,45	1,7968	228,22
2008	405,46	5,9	1,9028	213,08
Fonte: IBGE, PNAD, BME.				

Rendimento médio mensal deflacionado masculino, Brasil.				
	renda nominal	IPCA anual	deflator	renda deflacionada
1997	520,29		1,0000	520,29
1998	543,18	1,66	1,0166	534,31
1999	535,98	8,94	1,1075	483,96
2001	609,44	7,67	1,1924	511,09
2002	593,81	12,53	1,3418	442,54
2003	711,76	9,3	1,4666	485,30
2004	763,40	7,6	1,5781	483,75
2005	778,55	5,69	1,6679	466,79
2006	904,43	3,14	1,7203	525,75
2007	1163,27	4,45	1,7968	647,41
2008	1093,56	5,9	1,9028	574,71
Fonte: IBGE, PNAD, BME.				

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)